



Responsabilidade Social Universitária:

O CASO DA UNIVERSIDADE
DE SANTA CRUZ DO SUL



MAIRA MEIRA PINTO



**RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA:
O caso da Universidade de Santa Cruz do Sul**



Reitor
Vilmar Thomé
Vice-Reitor
Eltor Breunig
Pró-Reitora de Graduação
Carmen Lúcia de Lima Helfer
Pró-Reitor de Pesquisa
e Pós-Graduação
Rogério Leandro Lima da Silveira
Pró-Reitor de Administração
Jaime Laufer
Pró-Reitor de Planejamento
e Desenvolvimento Institucional
João Pedro Schmidt
Pró-Reitora de Extensão
e Relações Comunitárias
Ana Luiza Texeira de Menezes

EDITORA DA UNISC

Editora
Helga Haas

COMISSÃO EDITORIAL

Helga Haas - Presidente
Rogério Leandro Lima da Silveira
Cristina Luisa Eick
Eunice Terezinha Piazza Gai
José Martinho Rodrigues Remedi
Ricardo Hermany
Sérgio Schaefer
Wolmar Alípio Severo Filho



Avenida Independência, 2293
Fones: (51) 3717-7461 e 3717-7462 - Fax: (051) 3717-7402
96815-900 - Santa Cruz do Sul - RS

E-mail: editora@unisc.br - www.unisc.br/edunisc

MAIRA MEIRA PINTO

**RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA:
O caso da Universidade de Santa Cruz do Sul**

Santa Cruz do Sul
EDUNISC
2012

© Copyright: Da autora
1ª edição 2012

Direitos reservados desta edição:
Universidade de Santa Cruz do Sul

Capa: EDUNISC
Editoração: Clarice Agnes, Julio Cezar Souza de Mello
Foto UNISC: Marcos Knapp

P659r Pinto, Maira Meira

Responsabilidade social universitária [recurso eletrônico] : o caso da Universidade de Santa Cruz do Sul / Maira Meira Pinto. – Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2012.

Dados eletrônicos.

Texto eletrônico.

Modo de acesso: World Wide Web: <www.unisc.br/edunisc>

1. Universidades e faculdades comunitárias – Santa Cruz do Sul (RS). 2. Universidade de Santa Cruz do Sul – História. 3. Responsabilidade social – Santa Cruz do Sul (RS). I. Título.

CDD: 378.8165

Bibliotecária responsável: Luciana Mota Abrão - CRB 10/2053

ISBN 975-85-7578- 347-4

Dedico esta obra à minha mãe e ao meu pai, as pessoas que me ensinaram a ser uma pessoa socialmente responsável. Muito obrigada!

“[...] a transformação de um mundo que espelhe Responsabilidade Social deve partir da transformação do nosso mundo interior, a que temos alcance, da possibilidade de fazer o diferencial. Responsabilidade Social implica compreender e explorar o caminho do abraço Integrador que significa integrar, reconciliar, juntar as partes, o que depende de cada um de nós”.

Leda Lísia Franciosi Portal

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO	8
2 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS	10
3 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E UNISC: DE QUE UNIVERSO ESTAMOS FALANDO?	20
4 RESPONSABILIDADE SOCIAL – CLARIFICANDO CONCEITOS	39
5 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: O CASO DA UNISC	53
6 PONTO DE CHEGADA: RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA	86
7 CONSIDERAÇÕES EM ABERTO	124
REFERÊNCIAS	127



1 APRESENTAÇÃO

Maira Meira Pinto, com sensibilidade, percepção acurada e espírito investigativo traz à tona nesta obra um tema de fundamental importância para as universidades, como também para as organizações de um modo geral, que é a construção de um perfil organizacional socialmente responsável. O processo de construção desse perfil em universidades é complexo e exige um esforço sistêmico, autorregulado e em rede tecida por toda a comunidade acadêmica.

Sabemos que, mesmo numa universidade comunitária, as mudanças comportamentais, em relação à forma de tratar o planeta, bem como o seu entorno, buscando o desenvolvimento efetivo de ações socialmente responsáveis, dependem das características específicas das atividades de ensino, pesquisa e extensão. As universidades, conhecidas como as organizações responsáveis pela produção e socialização do conhecimento e pela formação de pessoas, têm papel importante no contexto da responsabilidade social: dar o exemplo ao produzir, socializar e formar, respeitando todo o ambiente.

As mudanças de conduta da comunidade acadêmica, no entanto, não acontecem de uma hora para outra. A obra em questão propõe um caminho sistêmico e compartilhado por todos os atores institucionais, necessitando, para que isso ocorra, da integração e da sinergia das diferentes áreas da organização, do apoio da direção para o sucesso na manutenção de uma responsabilidade social construída por todos.

Nesse sentido, esta obra, de caráter exploratório e elucidativo, traz aspectos relevantes ao tema responsabilidade social universitária. Nos aspectos introdutórios, a autora situa com grande propriedade, na sociedade em que vivemos, a ação que a universidade deve ter para um desempenho efetivo com responsabilidade social.

Já no capítulo 3, descreve os principais aspectos do ambiente de estudo, ou seja, trata das universidades comunitárias, apresentando os sete saberes básicos para a educação do e para o século XXI, percorrendo também a evolução do sistema universitário, as características das universidades comunitárias e, em especial, apresenta a Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC. O histórico da UNISC é apresentado desde março de 1962, marco do ensino superior na região, quando foi proposta, por representantes da comunidade local, a criação da Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul, mantenedora da UNISC. A Missão e a Visão, bem como conceitos e aspectos relevantes são descritos, em especial enfatizando o foco institucional e a importância da extensão como uma das formas de inserção social da universidade.

Com relação ao tema responsabilidade social, a obra remete ao entendimento e ao esclarecimento dos conceitos, apresentando, no capítulo 4, um referencial teórico de grande relevância ao tema. Os capítulos 5 e 6 da obra apresentam uma síntese da metodologia da pesquisa e a responsabilidade social universitária tratada na práxis do dia a dia em uma universidade comunitária. Os principais documentos institucionais,



assim como entrevista com gestores da organização foram trabalhados, seguindo a lógica da elaboração da pesquisa. A mandala da empresa socialmente responsável proposta por Ashley (2002) foi utilizada pela autora como embasamento para a construção inédita da Mandala para uma Universidade (Comunitária) Socialmente Responsável. Vetores de responsabilidade social universitária foram construídos com intuito de buscar indicadores possíveis para uma organização universitária que execute diariamente a responsabilidade social.

É indicado pela autora que a UNISC contribui com uma educação socialmente responsável, por meio da articulação e da indissociabilidade de suas funções, bem como da relação e da interação que estabelece com as comunidades de seu entorno. As contribuições aqui apresentadas comprovam que a formação de indicadores é fundamental para dar continuidade e para acompanhar a construção sistêmica de um perfil universitário socialmente responsável, sendo fundamental que a comunidade universitária atente para continuar esta construção de produção e reprodução de conhecimento sempre articulada com a comunidade.

Boa leitura a todos!

*Dra. Liane Mählmann Kipper,
Professora da UNISC.*



2 ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

No século XXI, a educação não pode mais ser entendida como um sistema fechado, uma vez que nessa perspectiva o processo de ensino e de aprendizagem é estruturado apenas na capacidade eficiente e eficaz de transmissão do conhecimento. Este século, diferentemente dos anteriores, demanda um entendimento complexo¹ da realidade, em que a certeza dá lugar para a incerteza na produção de novos conhecimentos. A realidade atual demanda que a educação passe a ser compreendida e operacionalizada enquanto um sistema aberto, no qual os processos (transformadores), decorrentes da experiência, dependem da interação entre sujeito e objeto, ou entre indivíduo e meio.

Morin (2005a, p. 69) aponta que, em relação à aprendizagem, esta deve ser entendida “a partir de uma dialógica não somente do inato/adquirido, mas também do inato/adquirido/construído”. Assim sendo, trata-se de um processo evolutivo comandado pela dialógica autoeco-organizadora. Nesse processo, os termos inato (genético) e adquirido se encadeiam, permutam e produzem as competências inatas aptas a adquirir conhecimento. De acordo com Morin, “construir supõe um construtor: aprender supõe um *a priori*; adquirir supõe um inato. O aparelho neurocerebral é o construtor *a priori* dispondo da capacidade de aprender” (MORIN, 2005c, p. 69).

É relevante entender a educação como um sistema aberto, no qual a construção do conhecimento requer que os processos estejam em (re)construção pela ação dos sujeitos sobre o meio ambiente, mediante relações interativas e dialógicas entre o estudante, o professor e o (meio) ambiente da aprendizagem (MORAES, 2005). Na medida em que se entende a educação como processo, como sistema aberto, em que o sujeito e o objeto realizam trocas e se auto e retroalimentam, melhor se propiciará um ambiente de ensino e de aprendizagem que qualifique a formação desses sujeitos.

É importante lembrar, no que concerne ao processo da educação na formação de profissionais e da construção do conhecimento, que “A maior contribuição de conhecimento do século XX foi o conhecimento dos limites do conhecimento. A maior certeza que nos foi dada é a da indestrutibilidade das incertezas, não somente na ação, mas também no conhecimento” (MORIN, 2000b, p. 55).

A universidade pode ser compreendida como espaço onde essas trocas acontecem com maior intensidade, uma vez que é neste *locus* que atividades de ensino, de pesquisa e de extensão devem ser articuladas e intercaladas. Essa articulação, tão importante para a formação de novos profissionais, deve ser vivenciada no cotidiano universitário por professores, por funcionários, por estudantes e pela comunidade, que se beneficia com o conhecimento gerado na instituição e ao mesmo tempo contribui para a geração de um novo conhecimento.

Conhecer é **construir significados** (“produto”), através do **estabelecimento de relações** (“processo”) no sujeito, entre as representações mentais (“matéria-prima”)

¹ *Complexus*. É aquilo que é “tecido” junto. O universo de fenômenos é inseparavelmente tecido de ordem, de desordem e de organização. Essas noções são complementares (MORIN, 2000a, p. 215).



que visam dar conta das diferentes relações constituintes do objeto, ou das diferentes relações do objeto de conhecimento com outro(s) (VASCONCELLOS, 2004, p. 47).

Portanto, entende-se que é na universidade que a produção do conhecimento encontra um espaço privilegiado, uma vez que essa instituição existe para dar conta, principalmente, da formação de cidadãos através da produção de conhecimentos. Esta produção de conhecimentos deve, além de propiciar novas investigações científicas, mobilizar o desenvolvimento de ações e atividades que auxiliem na busca de respostas às demandas e problemáticas que emergem da e na sociedade.

O conhecimento, ou melhor, a produção do conhecimento constitui-se em um processo integrado, que não fragmenta as áreas ou disciplinas acadêmicas. Ainda, entende-se que o conhecimento está sempre sujeito ao erro e à incerteza.

Conforme Morin (2003)², é necessário que a educação do e para o futuro, no século XXI, esteja embasada em sete saberes principais:

- a) que o conhecimento produzido até o século XX cometeu alguns erros mentais intelectuais e de razão, bem como paradigmáticos;
- b) que o conhecimento pertinente deve levar em conta o contexto, o global, o multidimensional e o complexo, deixando de ser reduzido e (hiper) especializado;
- c) que o conhecimento deve levar ao ensinamento da condição humana – cósmica, física e terrestre;
- d) que o conhecimento deve levar ao ensinamento da identidade terrena da era planetária;
- e) que deve-se enfrentar as incertezas do conhecimento, que são históricas;
- f) que a compreensão é necessária para a construção de conhecimento pertinente, levando-se em consideração a ética da compreensão e a consciência da complexidade humana;
- g) que a produção de conhecimento deve levar em conta a ética do gênero humano, considerando-se o circuito indivíduo/sociedade (democracia) e o circuito indivíduo/espécie (cidadania).

Para esse mesmo autor,

O conhecimento, sob forma de palavra, de idéia, de teoria, é o fruto de uma tradução/reconstrução por meio da linguagem e do pensamento e, por conseguinte, está sujeito ao erro. Este conhecimento, ao mesmo tempo tradução e reconstrução, comporta a interpretação, o que introduz o risco do erro na subjetividade do conhecedor, de sua visão do mundo e de seus princípios de conhecimento (2003, p. 20).

Dessa forma, o conhecimento deve ser constantemente questionado e

² Para aprofundar esses conteúdos, ver: MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.



compreendido como inacabado e em constante mutação. A universidade, *locus* da construção do conhecimento científico, deve proporcionar esta atmosfera de dúvida e eterna busca, característica da era planetária em que se vive.

Morin (2003, p. 35) apresenta que: “[...] a era planetária necessita situar tudo no contexto e no complexo planetário. O conhecimento do mundo como mundo é necessidade ao mesmo tempo intelectual e vital”.

O mesmo autor continua apresentando que existe uma inadequação cada vez maior entre os saberes e as realidades. Os saberes têm a tendência de se dividir, de se desunir e de se compartimentar; enquanto as realidades e os problemas nelas situados, se mostram cada vez mais multidisciplinares, transversais e planetários (MORIN, 2003).

Por isso, Morin afirma:

[...] o retalhamento das disciplinas torna impossível apreender ‘o que é tecido junto’, isto é, o complexo, segundo o sentido original do termo. Portanto, o desafio da globalidade é também um desafio de complexidade. Existe complexidade, de fato, quando os componentes que constituem um todo (como o econômico, o político, o sociológico, o psicológico, o afetivo, o mitológico) são inseparáveis e existe um tecido interdependente, interativo e inter-retroativo entre as partes e o todo, o todo e as partes (2002, p. 14).

Assim, é importante pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentalização dos saberes e da incapacidade de articulá-los; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada. (MORIN, 2002).

De acordo com esse autor,

O conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar (MORIN, 2002, p. 15).

O desenvolvimento das aptidões gerais da mente permite melhor ampliar as competências particulares ou especializadas. Quanto mais desenvolvida a inteligência geral, maior a capacidade de tratar problemas especiais. A educação deve favorecer a aptidão natural da mente para colocar e resolver os problemas e, correlativamente, estimular o pleno emprego da inteligência geral. Esse pleno emprego exige o livre exercício da faculdade mais comum e mais ativa na infância e na adolescência, a curiosidade que, muito frequentemente, é aniquilada, quando, ao contrário, trata-se de estimulá-la (MORIN, 2002).

O desenvolvimento da aptidão para contextualizar tende a produzir a emergência de um pensamento que situa todo acontecimento, informação ou conhecimento em relação de inseparabilidade com seu meio ambiente cultural, social, econômico, político e, é claro, natural. Não só leva a situar um acontecimento em seu contexto,



mas também incita a perceber como esse se modifica ou explica de outra maneira. Um tal pensamento torna-se complexo, pois se trata de procurar sempre as relações entre cada fenômeno e seu contexto, as relações de reciprocidade todo/partes: como uma modificação local repercute sobre o todo e como uma modificação do todo repercute sobre as partes (MORIN, 2002).

Conforme Morin,

Há três séculos, o conhecimento científico não faz mais do que provar suas virtudes de verificação e de descoberta em relação a todos os outros modos de conhecimento. É o conhecimento vivo que conduz a grande aventura da descoberta do universo, da vida, do homem. Ele trouxe, e de forma singular neste século, fabuloso progresso ao saber (2000a, p. 15).

Sendo a universidade o *locus* da produção do conhecimento científico, ela deve, ao mesmo tempo, adaptar-se às necessidades da sociedade contemporânea e realizar sua missão transecular de conservação, transmissão e enriquecimento de um patrimônio cultural, sem o que não se passaria de máquinas de produção e consumo.

Assim, a universidade é um local privilegiado para que os processos em educação, organizados em rede³, possam ser desenvolvidos. Entendendo-se que a universidade é o *locus* que articula ensino, pesquisa e extensão, é compreensível fazer a leitura de que seus entendimentos, pontuando que eles encontram-se conectados, são indissociáveis um do outro.

O ensino é entendido enquanto um processo que se constitui em uma via de mão dupla, no qual **alguém** divide **algo** com **outra pessoa**, com o intuito de **aprendizagem**. “O significado de ‘uma cabeça bem cheia’: é uma cabeça onde o saber é acumulado, empilhado. ‘Uma cabeça bem-feita’ significa que é mais importante dispor de: uma aptidão geral para colocar e tratar os problemas; princípios organizadores que permitam ligar os saberes e lhes dar sentido” (MORIN, 2000b, p.21).

Já a pesquisa, é entendida enquanto um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. Seu objetivo é responder a problemas por meio de procedimentos científicos (GIL, 1999).

A extensão, por sua vez, é compreendida como

[...] uma via de mão dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento (NOGUEIRA, 2000, p.11).

3 A rede é o **padrão** comum **de organização** de todos os organismos vivos. Esta rede pressupõe três elementos fundantes: padrão; estrutura e processo vital. O padrão define-se como a configuração de relações entre os componentes do sistema, o que determina as características essenciais daquele. A estrutura refere-se à incorporação física do padrão de organização do sistema; descrição dos componentes físicos efetivos do sistema. Por fim, o processo vital é a atividade envolvida na incorporação contínua do padrão de organização do sistema; é a ligação entre padrão e estrutura (CAPRA, 1997).



Não se pode perder de vista a finalidade de articulação entre os três elementos mencionados anteriormente. A universidade existe, fundamentalmente, para formar cidadãos, produzindo e reproduzindo novos conhecimentos, apropriando-se desses, operacionalizando outros e difundindo-os. Assim sendo, o processo educacional central no âmbito da universidade diz respeito à produção de conhecimento para articular ações que correspondam às demandas sociais emergentes, sempre tendo em vista uma formação coerente para um cidadão responsável e pró-ativo.

É importante que a universidade produza conhecimentos coerentes e relevantes com aquilo que a sociedade lhe demanda, especialmente a comunidade de seu entorno. Esse conhecimento (coerente e relevante) deve servir àqueles que fazem parte da vida da universidade, ou seja, professores, funcionários, estudantes, parceiros e a sociedade em geral.

De outra forma, a produção de conhecimento da universidade não tem validade ou relevância social, ambiental e até mesmo científica. Por isso, é imprescindível que a universidade saiba que tipo de conhecimento está produzindo e reproduzindo, para quem esse conhecimento é relevante e por que o conhecimento produzido é necessário.

Para o desenvolvimento da presente obra, optou-se por trabalhar com uma universidade comunitária de grande expressão em nosso Estado: a Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). A opção por investigar essa universidade comunitária se dá na medida em que se entende que sua missão converge para a educação, construção de conhecimento, ética, transformação da sociedade e para a formação da pessoa. Destacando a missão da UNISC, essa se apresenta como: “Produzir, sistematizar e disseminar o conhecimento, visando à formação de indivíduos, cidadãos livres e capazes, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade solidária” (UNISC, 2007a).

Apontada a missão, acentua-se ser importante que as universidades se coloquem numa postura socialmente responsável frente àqueles indivíduos diretamente implicados no processo de educação, bem como frente àqueles outros, que sofrerão o reflexo desse mesmo processo. Sendo assim, as universidades, em especial as de caráter comunitário, não podem se furtar de contribuir para o desenvolvimento sustentável da sociedade, nem de deixar de divulgar as ações e os projetos que desenvolvem com esse fim.

Afinal, as universidades comunitárias, usualmente, nascem do desejo de determinada comunidade em criar um espaço para a construção de (novos) conhecimentos. Na construção desse espaço, há diversas representações comunitárias, empenhadas em um mesmo objetivo.

Portanto, o compromisso que esse tipo de universidade tem de assumir perante a comunidade de seu entorno é inigualável e de suma importância para seu desenvolvimento. Assim sendo, a relevância da investigação presente nesta obra se justifica, na medida em que procurou investigar de que forma e a partir de que atividades a UNISC vem demonstrando ser socialmente responsável com a sociedade e o planeta, em especial com a comunidade de seu entorno.

Nesse sentido, destaca-se o ineditismo e a originalidade da investigação proposta, uma vez que o tema de responsabilidade social universitária ainda é pouco explorado e debatido nos âmbitos acadêmicos, e acredita-se que este tema tem grande relevância na



área educacional. Ainda, investigar esta questão em universidade de caráter comunitário redobra a originalidade da pesquisa.

A tese que norteou este trabalho assim se delinea: **Universidades comunitárias gaúchas contribuem com uma educação socialmente responsável, por meio da articulação e da indissociabilidade de suas funções bem como da relação e da interação que estabelecem com as comunidades de seu entorno. Com essa premissa torna-se relevante compreender as percepções dos gestores da Universidade estudada e analisar documentos de relevo correspondentes a esta temática.**

Entende-se ser importante ressaltar as diferenças consideradas entre os termos utilizados na tese, especialmente entre *articulação* e *indissociabilidade* e entre *relação* e *interação*. Articulação refere-se à união de coisas, objetos, pessoas, que podem vir a se separar. Já a indissociabilidade relaciona-se com o conceito de inseparabilidade. Assim, a tese quer apresentar que, além de articulados, os elementos do tripé que baseiam a universidade devem ser inseparáveis, no sentido da responsabilidade social.

No que se refere ao termo relação, esse sugere ligação,nexo ou mútua referência, diferentemente de interação, que significa ação conjunta, ou ação de uma pessoa ou organização que desencadeia a ação de outra. Por isso, não basta a universidade se relacionar com a comunidade de seu entorno. Faz-se necessário que elas interajam entre si, para alcançar a responsabilidade social da universidade.

O problema de investigação para sustentação da tese configurou-se da seguinte forma: **Como os gestores de universidade comunitária do Rio Grande do Sul percebem se constituir as atividades que denotam preocupação em desenvolver uma educação socialmente responsável no século XXI?**, e o objetivo geral da pesquisa foi compreender como os gestores de universidade comunitária gaúcha percebem se traduzir, nas atividades nela desenvolvidas, preocupação com uma educação socialmente responsável.

Desenvolveu-se uma investigação de cunho qualitativo, naturalístico, partindo-se do pressuposto de que “todo conhecimento, toda ciência deve [...] comportar dupla ou múltiplas entradas [...] e construir um circuito. A constituição de um campo novo de saber [ocorre] transformando aquilo que gera as fronteiras, ou seja, os princípios da organização do saber” (MORIN, 2005a, p.466).

A pesquisa apoiada na abordagem qualitativa ou naturalística parte do ambiente natural onde ocorrem os fenômenos, na qual os pesquisadores também são sujeitos da pesquisa. Segundo Minayo,

O labor científico caminha sempre em duas direções: numa, elabora suas teorias, seus métodos, seus princípios e estabelece seus resultados; noutra, inventa, ratifica seu caminho, abandona certas vias e encaminha-se para certas direções privilegiadas. E ao fazer tal percurso, os investigadores aceitam os critérios da historicidade, da colaboração e, sobretudo, imbuem-se da humildade de quem sabe que qualquer conhecimento é aproximado, é construído. [...] a pesquisa social é sempre tateante, mas, ao progredir, elabora critérios de orientação cada vez mais precisos (2003, p.12).



O pesquisador, frente aos fatos sociais, tem preferências, inclinações e interesses particulares; interessa-se por eles e os considera a partir de seu sistema de valores. Em ciências humanas, o pesquisador é mais do que um observador objetivo: é um ator aí envolvido (LAVILLE; DIONNE, 1999). Os mesmos autores colocam ainda que,

[...] os fatos dificilmente podem ser considerados como coisas, uma vez que os objetos de estudo pensam, agem e reagem, que são atores podendo orientar a situação de diversas maneiras, é igualmente o caso do pesquisador: ele também é um ator agindo e exercendo sua influência (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 33).

Dessa forma, percebe-se que o objeto das Ciências Humanas e Sociais é essencialmente qualitativo. A realidade social é o próprio dinamismo da vida individual e coletiva com toda a riqueza de significados dela transbordante. Essa mesma realidade é mais rica que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que se possa elaborar sobre ela. Portanto, os códigos das ciências que por sua natureza são sempre referidos e recortados são incapazes de conter a realidade (MINAYO, 2003).

A mesma autora apresenta que,

A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2003, p. 22).

Haguette (1987, p.68) afirma que “[...] os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser”. Esses métodos buscam, ainda, descrever e interpretar para compreender os fenômenos, tendo em vista a não neutralidade do pesquisador e a utilização de métodos qualitativos de investigação.

A abordagem naturalística possui um *design* emergente, que vai sendo construído ao longo do processo da pesquisa, a fim de dar credibilidade, transferibilidade, confirmabilidade e confiabilidade para a análise dos fenômenos investigados (LINCOLN; GUBA, 1985).

Conforme Castro (1994, p. 57), “[...] o processo de pesquisa é realizado por seres humanos, que vivenciam a experiência de uma forma holística e integrada. [...] todos os *'insights'*, emoções, intuições são incorporados de uma forma sistemática no processo de pesquisa”.

Ainda, ao se trabalhar com o paradigma naturalístico, é necessário considerar a interação entre o sujeito pesquisador e a sua própria pesquisa, pois ambos se influenciam reciprocamente. O simples ato de observar pode provocar mudanças, seja no observador, seja naquilo ou naquele que está sendo observado. Isso ocorrerá,



especialmente, se observador e observado forem seres humanos (BORGES, 1994). Segundo Engers (1994, p. 66):

A perspectiva desse paradigma é penetrar no mundo pessoal dos sujeitos, buscando a compreensão, o significado particular da ação das pessoas e utiliza como critério a evidência do acordo intersubjetivo no contexto educacional. Pretende, ainda, desenvolver conhecimento ideológico, assumindo que a descrição pode mostrar uma realidade dinâmica, múltipla e holística.

Para Castro (1994), devem-se levar em conta alguns elementos para se trabalhar com pesquisa a partir do paradigma naturalístico, quais sejam: as realidades são múltiplas, construídas e holísticas; quem conhece e o que é conhecido interagem; as hipóteses de trabalho são limitadas no tempo e ao contexto; todos os seres estão em processo mútuo de autodefinição, sendo difícil distinguir causas; esse tipo de pesquisa é marcado pelos valores.

A partir do que vem sendo descrito, entende-se que o “método é a *práxis* fenomenal, subjetiva, concreta, que precisa da geratividade paradigmática/teórica, [...] é a atividade pensante [e consciente] do sujeito” (MORIN, 2000a, p. 335-337). Ou seja, o método deve conter a certeza negativa de que é impossível encerrar o real em qualquer sistema de pensamento e de ponderação, seja ele qual for. Não tem por missão encontrar a certeza perdida, mas deve constituir um pensamento que se nutre da incerteza (MORIN, 2005b).

A metodologia que se propôs só pôde formar-se e formular-se numa ecologia mental complexa. “O pensamento ecologizado é a introdução do olhar ecológico na descrição e na explicação de tudo aquilo que vive, incluindo a sociedade, o homem, o espírito, as ideias, o conhecimento” (MORIN, 2005b, p. 83-85).

Considerando o objetivo proposto, a pesquisa foi realizada em uma universidade comunitária do Rio Grande do Sul, a UNISC, cujos critérios de escolha já foram apresentados anteriormente. Por universidade comunitária entende-se aquela de iniciativa pública não estatal. O art. nº 20 da Lei nº 9.394/1996 classifica as instituições de direito privado em quatro categorias, ao mesmo tempo em que as define:

I - particulares em sentido estrito; II – comunitárias, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas; III – confessionais, assim entendidas as que são instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendem a orientação confessional e ideologia específica e ao disposto no inciso anterior; IV – filantrópicas, na forma da lei.

No universo de metodologias inseridas na abordagem qualitativa ou naturalística, escolheu-se a metodologia de estudo de caso simples para desenvolver a investigação. Entende-se que essa metodologia é a que melhor corresponde às intenções da pesquisa, que estão relacionadas com a investigação da educação socialmente responsável desenvolvida na Instituição de Ensino Superior anteriormente citada.

“El caso es algo específico, algo complejo, en funcionamiento. [...] El caso es un sistema integrado. No es necesario que las partes funcionen bien, los objetivos



pueden ser irracionales, pero es un sistema” (STAKE, 1998, p.16).

O estudo de caso é compreendido enquanto “*uma investigação empírica* que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2005, p.32).

Uma vez que na presente pesquisa o estudo de caso foi um instrumento para se conseguir responder ao problema da investigação, este pode ser considerado “estudo instrumental de casos” (STAKE, 1998, p.17). Para a coleta de dados de um estudo de caso, é importante se utilizar de várias fontes de evidência, criar um banco de dados para o estudo do caso e manter o encadeamento das evidências (YIN, 2005).

A finalidade da pesquisa foi de “[...] *descrever* uma intervenção e o contexto na vida real em que ela ocorre” (YIN, 2005, p.34-35) para poder ilustrar e compreender as articulações das funções universitárias e suas inter-relações com o contexto social.

Para tanto, se utilizou, na presente investigação, de várias fontes de evidência, coletadas a partir de entrevistas e de documentos institucionais, bem como das observações da investigadora. Esse processo é chamado por Stake (1998) de triangulação de dados e seus métodos incluem, especialmente, observação, entrevista e análise de documentos pertinentes ao caso.

As entrevistas se deram com o Reitor e os Pró-Reitores da universidade selecionada, por se entender que essas pessoas detêm o conhecimento geral e também os conhecimentos específicos daquilo que se queria averiguar, além de serem compreendidos enquanto mediadores dos processos universitários, especialmente daqueles relacionados à responsabilidade social universitária.

Somaram-se, assim, seis entrevistados: Reitor; Pró-Reitor de Administração; Pró-Reitor de Extensão e Relações Comunitárias; Pró-Reitora de Graduação; Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação; Pró-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento Institucional. A maioria deles é do sexo masculino, possui mais de vinte anos de Instituição - são professores desde o tempo da FISC (Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul) - e também, em sua maioria, não estão na primeira gestão.

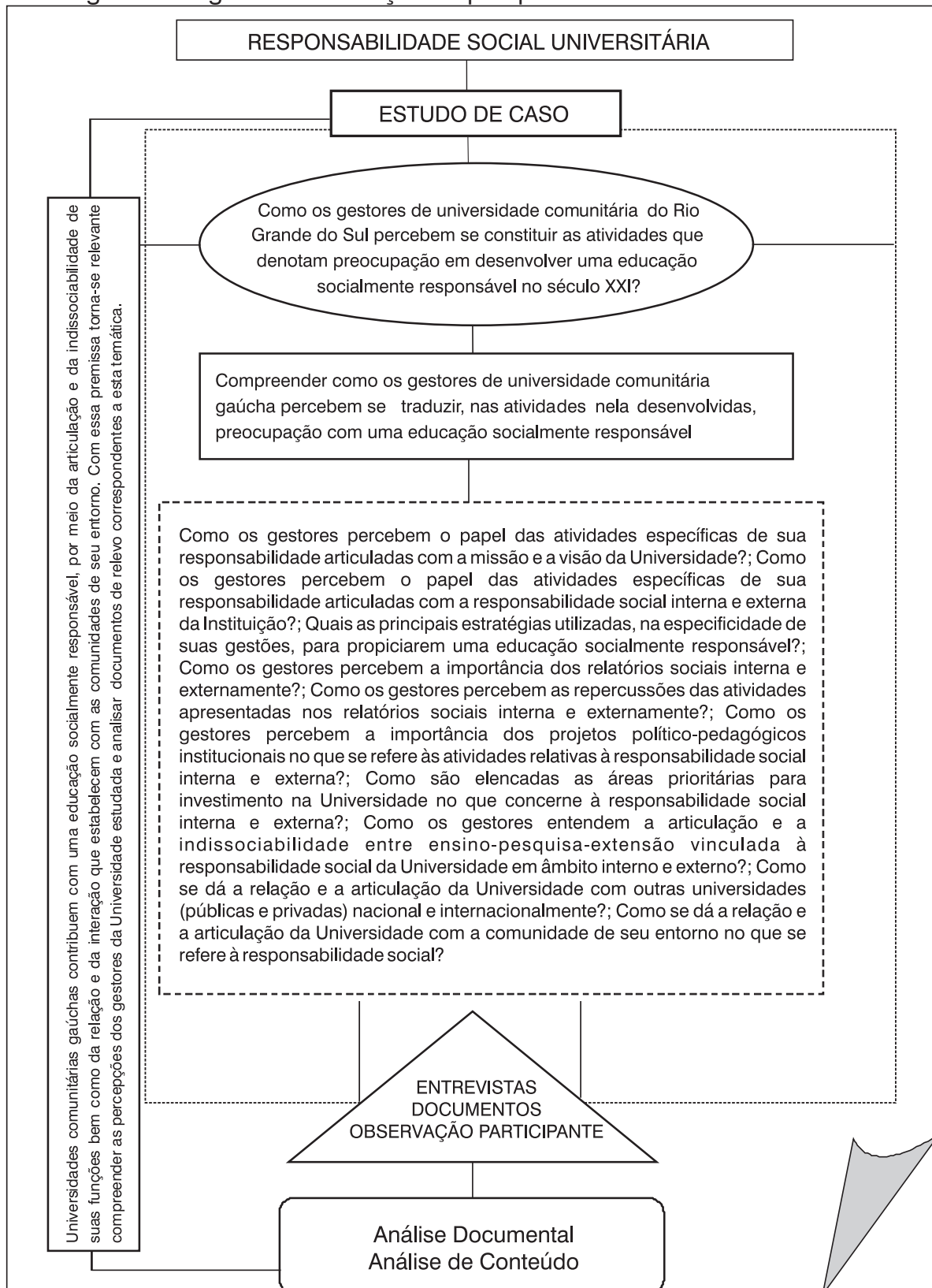
Um importante documento consultado e analisado foi o **projeto político-pedagógico institucional** da Universidade. Entende-se que é nesse projeto que constam as informações relacionadas à visão estratégica da UNISC, contribuindo para a compreensão que se desejava alcançar no que se refere ao compromisso social interno e externo da Instituição. Além disso, o projeto político-pedagógico institucional é o documento no qual se pode verificar se são explicitadas a indissociabilidade e a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão.

A **observação** também fez parte das estratégias de coleta de dados neste estudo de caso. Uma vez que a pesquisadora trabalha na UNISC, em seu cotidiano de trabalho observou atividades e discussões relevantes para compor a análise desse caso. As observações realizadas foram do tipo participante natural, uma vez que a investigadora faz parte da Instituição investigada (GIL, 1999). Os dados coletados nessas observações foram retirados do cotidiano de trabalho da própria pesquisadora, por meio de vivências, diálogos e interação com diferentes atores institucionais, inclusive os gestores sujeitos dessa pesquisa.



LÓGICA DE ELABORAÇÃO DA METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

Figura 1 - Lógica de elaboração da pesquisa



3 UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS E UNISC: DE QUE UNIVERSO ESTAMOS FALANDO?

De acordo com Sombra (1992, p.8): “O ensino de nível superior configura-se plenamente na universidade. Ela se constitui no grande e fecundo centro da convivência intelectual, do ensino e da pesquisa, no foco de irradiação dos valores do espírito”.

Em princípio, e a rigor, a universidade é fundamentalmente a cidade do saber. Uma cultura, no que ela tem de íntimo, essencial, de potencialidade, alimenta-se, manifesta-se, transmite-se na universidade. Por isso mesmo, cada uma é distinta, singular, tem a sua própria personalidade, a sua maneira de ser, de viver e de respirar a cultura (SOMBRA, 1992).

As primeiras universidades nasceram como corporações que reuniam, num trabalho comum, mestres e aprendizes, no caso professores e estudantes. Essas corporações assumiram formas e nomes diversos – confraria, associação de defesa de interesses comuns. A universidade designava, pois, a corporação legal de mestres e estudantes (ROSSATO, 1998).

Herdeiras das instituições do mundo greco-romano, as universidades foram assumindo uma forma específica no contexto religioso do Oriente islâmico e do Ocidente cristão. Na época feudal existiram os chamados *studia generalia*, lugares frequentados por estudantes vindos de todas as partes. Para terem o direito de ensinar ou de conferir graus, eles precisavam de uma licença do papa, do rei ou do imperador.

A excelência de algumas escolas, no final do século XII, extrapolava suas dimensões locais. Os estudantes, professores e clérigos desfrutavam de privilégios e imunidades, como proteção contra prisão injusta, permissão para morar em segurança, entre outros (WANDERLEY, 1988).

O mesmo autor continua:

Algumas características das universidades medievais podem ser apontadas: seu caráter conservador, suas polêmicas teológicas e de outro teor, como as disputas entre realistas e nominalistas, o espírito universalista do professorado italiano, os cursos longos de teologia, o regime de internato, as aulas orais, a defesa de tese ao final dos estudos. Sua tônica estava voltada para o saber como um fim em si mesmo, o saber desinteressado. Criadas para formar uma elite aristocrática, depois complementada por uma elite de mérito, elas irão sofrendo mutações através dos tempos e se adequando às novas condições impostas pela realidade (WANDERLEY, 1988, p.17).

Com a revolução industrial e a consolidação do modo de produção capitalista, surgiram exigências de especializações e técnicas que se ajustassem à nova divisão social do trabalho. Sob o influxo e a disseminação das ideias liberais, buscou-se a integração entre o ensino e a pesquisa, e nesta perspectiva vai nascer a Universidade



de Berlim⁴, em 1810.

Pensadas para formar os filhos da burguesia, mas pressionadas a atender aos reclames de mobilidade social dos filhos da classe média, pouco a pouco elas se transformaram no lugar apropriado para conceder a permissão para o exercício das profissões, através do reconhecimento dos títulos e diplomas conferidos por órgãos de classe e governamentais (WANDERLEY, 1988).

O sistema universitário da Espanha foi trazido para a América Latina desde o início do século XVI, com universidades no México, Cuba, Guatemala, Peru, Chile, Argentina, entre outros. No Brasil, o sistema implantado foi fragmentado em escolas de Ensino Superior, e a criação da primeira universidade deu-se em 1920 no Rio de Janeiro. Após as guerras de independência, houve mudanças nas universidades latino-americanas, que seguiram o modelo napoleônico francês⁵ (WANDERLEY, 1988).

O exemplo que esse modelo trouxe para a América Latina foi o do estabelecimento de faculdades para cada profissão, que diplomam os estudantes para o exercício profissional, apropriadas para a educação das elites.

Com os acontecimentos universitários e políticos que se sucederam em Córdoba (1918), e a publicação do “Manifesto de Córdoba”, surge, naquela cidade, o movimento reformista que abalou a universidade de toda América Latina. Criado e impulsionado pelo movimento estudantil, o movimento de reforma universitária acentua o desejo de romper com o passado europeu que marcou decisivamente o caráter das elites da América Latina e a nossa estrutura socioeconômica e política.

Assim, desde a reforma universitária, a universidade funcionou como reduto político da classe média, já que, afastada do poder político concentrado nas mãos das oligarquias e sem a participação na condução da economia, ela encontrou na universidade um canal de conquista da hegemonia que não tinha (WANDERLEY, 1988).

De acordo com o mesmo autor,

Se há um consenso unânime no sentido de se conferir à universidade a função de produzir e difundir conhecimentos, há também uma aceitação válida para a maioria dos países, de que é nela que se pode ter contato sistemático com a cultura universal. É mais propriamente nela, apesar de que não exclusivamente, o lugar de estudo das culturas locais e nacionais, das civilizações, dos conceitos, leis, teorias, pensamentos, definições, interpretações, explicações etc., dos autores antigos, dos clássicos e contemporâneos que marcaram

4 No modelo de universidade alemã, a tarefa primordial da universidade é a pesquisa. O ensino, inclusive, se define pela pesquisa, pois apresenta um caráter de descoberta livre, buscada em comum, e transmitida num ambiente de liberdade acadêmica entre professores e estudantes. A universidade, nesse modelo, tem autonomia pedagógica, administrativa e financeira (ROSSATO, 1998, p.138-139).

5 A concepção napoleônica teve fortes características totalitárias, visando à domesticação dos estudantes e entendendo os professores como gendarmes da inteligência, submissos aos interesses do Estado. No atual sistema francês, todas as instituições superiores são públicas e às universidades cabe contribuir para o desenvolvimento nacional. Ainda, nos dias atuais o modelo francês se caracteriza por ser formado por uma única e grande rede de instituições superiores laicas sob o controle do Estado para atender às suas necessidades e ao seu desenvolvimento (ROSSATO, 1998, p.127-128).



significativamente um determinado ramo do saber (WANDERLEY, 1988, p.29).

Desde tempos remotos, a universidade teve por fim cultivar e transmitir o saber humano acumulado, missão que ela cumpriu com persistência. Sacudida pelas transformações históricas, tendo que acompanhar as inovações que os homens iam inventando em seus processos e estruturas sociais, ela foi tentando, constantemente, se adaptar às diferentes realidades. Pouco a pouco, sob o impacto determinado por novas exigências, constatou-se a necessidade de ampliar os conhecimentos, produzir novos saberes, e o meio privilegiado foi a pesquisa. Assim, as universidades de todo o mundo foram buscando articular o ensino com a pesquisa (WANDERLEY, 1988).

Conforme Wanderley (1988), a tomada de consciência progressiva, por parte de estudantes, professores e setores da sociedade em geral, foi no sentido de que a massa crítica de recursos, acumulada na universidade, deveria, necessariamente, ser estendida ao maior número de pessoas possível. Hoje essa é uma função da universidade, consensualmente aceita: prestadora de serviços à comunidade – denominada de extensão universitária.

Através da extensão, a pesquisa pode difundir, de modo mais efetivo, o conhecimento produzido na universidade, além de contribuir para a resolução das demandas sociais existentes, uma vez que “[...] o desenvolvimento das ações de extensão contribui [...] para orientar as atividades de pesquisa” (UNISC, 2008b, p.68). Dessa forma, as universidades poderiam responder cientificamente a problemas e desafios que são vivenciados pelos mais diversos segmentos da sociedade, os quais a instituição universitária deve servir.

Em muitas Instituições de Ensino Superior essa função nasceu de uma certa má consciência da situação de privilégio que a universidade ocupa na sociedade. Contudo, em outras, surgiu da crítica da função da universidade e da constatação de que ela pode e deve cumprir tarefas sociais relevantes. “Existe uma orientação negativa dada à extensão universitária, que a vê com olhos demagógicos de obter mais recursos orçamentários ou fazer caridade àquelas pessoas que não puderam, por uma razão ou outra, frequentar os cursos superiores” (WANDERLEY, 1988, p.45).

Da tradição americana⁶ vem a concepção da extensão como prestação de serviços que, desde o final do século XIX, era fundamentada na importância de seu caráter educativo. A extensão universitária da tradição americana, desde o início do século XX, era efetuada em função do desenvolvimento de comunidades, através de cursos, conferências e outras atividades variadas, criando áreas de atuação fora da sede central e desenvolvendo um processo de regionalização das universidades. Já a vertente europeia deixou a sua marca na abertura para uma atividade mais voltada para usufruir o conhecimento, a cultura, o saber ilustrativo (GURGEL, 1986).

No documento de Córdoba de 1918, a extensão universitária é vista como fortalecedora da universidade, pela projeção da cultura universitária ao povo e pela maior preocupação com os problemas nacionais. Nesse sentido, a extensão projetaria o trabalho da universidade ao meio social e faria a inserção da instituição em uma

6 No modelo de universidade norte-americano, essa é vista como fonte de progresso. A pesquisa e o ensino constituem os motores do progresso, mas não esgotam as funções da universidade. Ainda, nesse modelo, a universidade deve estar próxima da sociedade e de suas necessidades (ROSSATO, 1998, p.131).



dimensão mais ampla (GURGEL, 1986).

O governo brasileiro, em 11 de abril de 1931, baixa o Decreto 19.851, contendo o Estatuto das Universidades Brasileiras, com referências claras ao papel da extensão universitária: divulgar, em benefício coletivo, as atividades técnicas e científicas da universidade, através de cursos e conferências de caráter educativo ou utilitário, difundir conhecimentos, etc. Botomé (1996) ressalta que, já nessa época, a programação das atividades de extensão deveria ser aprovada pelos órgãos colegiados das universidades e divulgar conhecimentos que salvaguardassem os interesses nacionais.

Desde as primeiras menções do termo “extensão” – no Estatuto das Universidades Brasileiras, Decreto 19.851, de 11.04.1931, de Vargas e Francisco Campos (ROCHA, 1989) – há uma forte ligação com a ideia de relação com a sociedade: “as universidades devem vincular-se intimamente com a sociedade e contribuir, na esfera de sua ação, para o aperfeiçoamento do meio (título XIII)”.

O Decreto, porém, limita a extensão a cursos e conferências. Rocha (1989, p.25) salienta que, já no texto de Francisco Campos em 1931, apareciam expressões como “benefício coletivo”, “solução de problemas sociais”, “interesses nacionais”, “vinculação íntima com a realidade”.

Como decorrência do Decreto de 1931, várias universidades, entre elas a Universidade de São Paulo, incorporaram essas definições, ampliando a formulação inicial de extensão que havia sido assimilada no País no início do século. No plano educacional, porém, tais definições levaram a um trabalho que valorizava o conhecimento técnico, criando, nas classes menos favorecidas, a ilusão da participação em um processo de mudança. As atividades (cursos e conferências) que deveriam “levar o conhecimento à sociedade” eram realizadas a partir dos interesses dos acadêmicos. À sociedade restava o papel de receptora, de destinatária daquilo que era feito na academia (BOTOMÉ, 1996).

No início dos anos sessenta, vários documentos sintetizaram as tendências do movimento universitário, expressas em vários encontros no País. A Declaração da Bahia traça uma proposta para uma universidade comprometida com as necessidades do povo brasileiro, com uma grande quantidade de proposições para uma reforma universitária, destacando-se o papel da extensão universitária em três direções: criar cursos acessíveis a todos, colocar a universidade a serviço dos desvalidos através da prestação de serviços não paternalistas e colocar a instituição a serviço dos órgãos governamentais (BOTOMÉ, 1996).

No Ato Institucional nº 53, de 18.11.1961, foi criado e definido o departamento que era vinculado expressamente ao ensino e à pesquisa, informando a finalidade da extensão, que foi apresentada oficialmente: “A Universidade, em sua missão educativa, deverá estender à comunidade, sob a forma de cursos e serviços, as atividades de ensino e pesquisa que lhe são inerentes” (BOTOMÉ, 1996, p.67). Fica clara a referência à extensão universitária como um complemento do ensino e da pesquisa, para dar-lhes o sentido de “utilidade social”.

Rocha (1989, p.26) ainda destaca que, em 1968, a legislação considerava a “extensão universitária, referida ao ensino e à pesquisa, não como terceiro pé, mas como mão ou meio, para colocar ao alcance da comunidade os resultados das atividades de ensino e pesquisa”.

O Ministério da Educação criou, em 1975, a Coordenação de Atividades de



Extensão (CODAE), cujo plano de trabalho representou também a explicação de uma definição oficial sobre a extensão universitária, considerando que a ideia básica da extensão, para Botomé (1996, p.71): “é a de um processo de comunicação entre Universidade e sociedade”. As palavras retroalimentação, integração, abertura, equilíbrio e projeção, utilizadas no documento da CODAE, representam o movimento de ida e volta, possibilitando mudanças na sociedade e na universidade (GURGEL, 1986).

As ideias básicas de extensão apresentadas estarão presentes durante vários anos, sendo apenas um conjunto de expressões verbais aplicadas a práticas que não fazem aquilo a que os termos se referem. Servirão, muitas vezes, mais para encobrir do que para revelar o que de fato acontece nas práticas extensionistas e nas suas influências sobre a pesquisa científica e o Ensino Superior nas universidades (BOTOMÉ, 1996).

A constituição da universidade brasileira revela que o Ensino Superior no País tem uma dependência do Estado, além de apontar para uma sensibilidade da universidade a grandes transformações da sociedade. Ainda, há uma grande variedade de instituições de Ensino Superior no Brasil – universidades, federações de escolas, faculdades integradas, faculdades isoladas, centros universitários (SANTOS, 1994).

No Brasil, o Ensino Superior emergiu pressionado pelas elites em meio às transformações políticas no final do século XIX. Esse nível de ensino foi organizado nas faculdades isoladas, em regiões de maior desenvolvimento do País, enfatizando o ensino e a formação profissional e tendo como uma de suas características o controle e o alto centralismo do Estado (ENGERS, 2002, p.121).

Sua origem (da universidade no Brasil) data do início da década de 20, com o surgimento das chamadas universidades continuadas ou sucedidas – que tiveram continuidade por um período longo ou que existem até hoje, iniciando pela Universidade do Rio de Janeiro. Porém, das atuais instituições de Ensino Superior no Brasil, a maioria foi criada a partir da década de 60.

Rossato (1998) subdivide o desenvolvimento do Ensino Superior brasileiro em quatro grandes fases: Brasil Colônia; Brasil Império; República; e 1945 em diante, que o autor considera como o período de expansão. Na época do Brasil Colônia, foram os jesuítas que implantaram o sistema de ensino. Criaram colégios nos principais centros da Colônia, especialmente ao longo do litoral. O primeiro foi fundado na Bahia, em 1550. O colégio do Rio de Janeiro começou a oferecer Filosofia em 1638 e o colégio de Olinda passa a oferecer cursos superiores a partir de 1688.

Com a expulsão dos jesuítas, “[...] houve a abertura de aulas de matérias isoladas e criaram-se alguns cursos mais estruturados no Rio de Janeiro e Recife. [...] agora, os objetivos eram diversos e buscava-se, [...] a defesa dos interesses da oligarquia rural” (ROSSATO, 1998, p.108).

Com a transferência da corte de Lisboa para o Rio de Janeiro, criaram-se novas necessidades, uma vez que era preciso formar quadros e burocratas para atender aos interesses do rei. Durante o período do Império, foram muitas as tentativas de se criar a primeira universidade brasileira, mas essas tentativas não foram exitosas. Esse período, portanto, foi marcado por cadeiras e faculdades isoladas (ROSSATO, 1998).

O mesmo autor apresenta que, no período da República, de 1891 a 1910, criaram-se 27 escolas de Ensino Superior e em algumas dessas se constituíram embriões de



futuras universidades. Nesse período, as iniciativas pioneiras eram mais pessoais do que governamentais, e o governo pouco ou nada contribuiu para a educação dessa época. As três primeiras universidades, no entanto, foram criadas na República, mas não sobreviveram por muito tempo – sendo denominadas de universidades passageiras. São elas: Universidade de Manaus (1909-1920); Universidade de São Paulo (1911-1917); Universidade do Paraná (1912-1915).

Assim sendo, a Universidade do Rio de Janeiro foi considerada a primeira universidade brasileira, fundada em 1920, conforme já citado. Essa universidade, de fato, constituía-se mais de um agregado de faculdades isoladas do que propriamente uma instituição articulada. A segunda universidade foi criada em 1927, em Minas Gerais. Em 1934, foram criadas a Universidade Técnica do Rio Grande do Sul e a Universidade de São Paulo, respectivamente.

“No período que se estende de 1945 a 1964, observa-se um crescimento significativo do número de instituições. A partir de 1946, começaram a surgir as universidades particulares, com especial destaque para a atuação da Igreja Católica” (ROSSATO, 1998, p.118). Entre os anos 50 e 60 foram criadas mais quatro universidades federais, seis particulares e mais de 20 instituições de Ensino Superior particulares, entre faculdades, federações e escolas isoladas.

Justamente nessas décadas, a explosão demográfica brasileira aconteceu, e o governo expandiu rapidamente o Ensino Superior, transferindo sua responsabilidade para o setor particular, promovendo a privatização do Ensino Superior brasileiro (ROSSATO, 1998).

A partir da década de 80, as instituições privadas apresentam um acréscimo em suas matrículas, ao passo que as instituições governamentais/federais ficam estagnadas. A expansão das instituições de Ensino Superior no País ocorre a partir de dois fenômenos distintos, ainda segundo o mesmo autor: por um lado, essas instituições buscaram se aglutinar para se transformarem em universidades, a exemplo da implantação de um número expressivo de universidades regionais⁷; ao mesmo tempo, houve a implantação de muitos novos *campi* universitários em substituição às antigas faculdades.

Respalhando-se no que foi apresentado até o presente momento, conclui-se que a partir da segunda metade do século XX a universidade se torna uma instituição universal. As instituições de Ensino Superior apresentam diversos modelos: universidades públicas e privadas, centros universitários, faculdades isoladas, entre outros. O INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – refere as instituições de educação superior brasileiras como sendo organizadas da seguinte forma:

- a) Universidades: instituições pluridisciplinares, públicas ou privadas, de formação de quadros profissionais de nível superior, que desenvolvem atividades regulares de ensino, pesquisa e extensão.
- b) Universidades Especializadas: instituições de educação superior, públicas ou privadas, especializadas em um campo do saber como, por exemplo,

7 O caso do Rio Grande do Sul exemplifica bem a situação: em 1972, havia setenta IES e, em 1985, esse número se reduziu a 38, o que não significa que desapareceram as faculdades ou instituições isoladas, mas, sim, que muitas se reuniram para construir uma universidade (ROSSATO, 1998, p.122).



Ciências da Saúde ou Ciências Sociais, nas quais são desenvolvidas atividades de ensino, de pesquisa e de extensão em áreas básicas e/ou aplicadas.

- c) Centros Universitários: instituições de educação superior, públicas ou privadas, pluricurriculares, que devem oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.
- d) Centros Universitários Especializados: instituições de educação superior, públicas ou privadas, que atuam numa área de conhecimento específica ou de formação profissional, devendo oferecer ensino de excelência e oportunidades de qualificação ao corpo docente e condições de trabalho à comunidade escolar.
- e) Faculdades Integradas e Faculdades: instituições de educação superior, públicas ou privadas, com propostas curriculares em mais de uma área do conhecimento, organizadas sob o mesmo comando e regimento comum, com a finalidade de formar profissionais de nível superior, podendo ministrar cursos nos vários níveis (seqüenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão) e modalidades do ensino.
- f) Institutos Superiores ou Escolas Superiores: instituições de educação superior, públicas ou privadas, com finalidade de ministrar cursos nos vários níveis (sequenciais, de graduação, de pós-graduação e de extensão).
- g) Centros de Educação Tecnológica: instituições especializadas de educação profissional, públicas ou privadas, com a finalidade de qualificar profissionais em cursos superiores de educação tecnológica para os diversos setores da economia e realizar pesquisa e desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo, inclusive, mecanismos para a educação continuada (INEP, 2009a).

O mesmo Instituto destaca que essas instituições estão organizadas sob as seguintes categorias administrativas (ou formas de natureza jurídica):

- a) Públicas: instituições criadas ou incorporadas, mantidas e administradas pelo Poder Público. Podem ser federais - mantidas e administradas pelo Governo Federal; estaduais - mantidas e administradas pelos governos dos estados; municipais - mantidas e administradas pelo poder público municipal.
- b) Privadas: mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado. Podem se organizar como instituições privadas com fins lucrativos ou particulares em sentido estrito - instituídas e mantidas por uma ou mais pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ou como Instituições privadas sem fins lucrativos, que podem ser:
 - Comunitárias - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas, inclusive cooperativas de professores e estudantes que incluam, na sua entidade mantenedora, representantes da comunidade;



- Confessionais - instituídas por grupos de pessoas físicas ou por uma ou mais pessoas jurídicas que atendam à orientação confessional e ideológica específicas;
- Filantrópicas - instituições de educação ou de assistência social que prestem os serviços para os quais foram instituídas e os coloquem à disposição da população em geral, em caráter complementar às atividades do Estado, sem qualquer remuneração (INEP, 2009b).

Para ter condições de avaliar a qualidade do Ensino Superior brasileiro, foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), sob forma da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Esse sistema é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O Sinaes avalia todos os aspectos que giram em torno do ensino, da pesquisa, da extensão, da responsabilidade social, do desempenho dos estudantes, da gestão da instituição, do corpo docente, das instalações, dentre outros aspectos (INEP, 2009c).

O Sinaes possui uma série de instrumentos complementares: autoavaliação, avaliação externa, Enade⁸, Avaliação dos cursos de graduação⁹ e instrumentos de informação (censo e cadastro). Os resultados das avaliações possibilitam traçar um panorama da qualidade dos cursos e das instituições de educação superior no País. Os processos avaliativos são coordenados e supervisionados pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (Conaes) e sua operacionalização é de responsabilidade do INEP (INEP, 2009c).

As informações obtidas com o Sinaes são utilizadas pelas Instituições de Ensino Superior para orientação da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social; pelos órgãos governamentais para orientar políticas públicas; e pelos estudantes, pais de estudantes, instituições acadêmicas e público em geral, para orientar suas decisões quanto à realidade dos cursos e das instituições (INEP, 2009c).

UNIVERSIDADE COMUNITÁRIA

Em relação à origem das universidades comunitárias, Vannucchi (2004) apresenta que esta se dá antes de 1944, data de fundação da primeira universidade brasileira, a PUC do Rio de Janeiro. Esse processo foi de iniciativa de comunidades rurais que, “[...] unidas na busca da própria subsistência mediante o cultivo da terra, se uniam também [...] na construção e manutenção local de uma escola para os

8 O Exame Nacional de Desempenho de Estudantes tem o objetivo de aferir o rendimento dos estudantes dos cursos de graduação em relação aos conteúdos programáticos, suas habilidades e competências. É realizado por amostragem e a participação no Exame constará no histórico escolar do estudante ou, quando for o caso, sua dispensa pelo MEC. O INEP/MEC constitui a amostra dos participantes a partir da inscrição, na própria instituição de Ensino Superior, dos estudantes habilitados a fazer a prova (INEP, 2009d).

9 A Avaliação dos Cursos de Graduação é um procedimento utilizado pelo MEC para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento dos cursos de graduação, representando uma medida necessária para a emissão de diplomas. Essa avaliação passou a ser realizada de forma periódica com o objetivo de cumprir a determinação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Superior, a fim de garantir a qualidade do ensino oferecido pelas Instituições de Educação Superior (INEP, 2009e).



filhos e de uma igreja para as famílias” (VANNUCCHI, 2004, p. 9-10).

De acordo com Guareschi, complementando as informações de Vannucchi, é colocado que

O modelo [da universidade comunitária] tem sua raiz mais profunda na tradição das escolas comunitárias implantadas no Rio Grande do Sul pelos colonizadores europeus e seus descendentes. A justificativa mais próxima encontra-se nas experiências acadêmicas e nos debates havidos em torno dos movimentos pré-federalização e pós-estadualização (2001, p.22).

Conforme Vannucchi (2004), pela força e pelo trabalho de lideranças locais e regionais, iniciou-se um movimento de criação, em alguns locais isolados, especialmente do sul do País, de cursos superiores, que viriam a formar novas mentalidades, capazes de gerar o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias para resolver carências regionais específicas.

Dessa mobilização popular é que acaba nascendo a universidade da própria comunidade local, subsidiada, em certos casos, apenas pela Municipalidade e, por isso mesmo, sustentada, de fato, por mensalidades pagas pelo alunado. Vannucchi (2004) reforça que esse tipo de universidade, desde o início, foi sempre uma universidade comprometida com a sociedade e não com o lucro; entendida por seus fundadores enquanto um serviço público e não como negócio particular.

Esse tipo de instituição foi criado, pelo menos a maioria delas, entre 1946 e 1961¹⁰, mas é somente na década de 80 que se consolida no Brasil este tipo de universidade. No Rio Grande do Sul têm destaque a Universidade de Caxias do Sul (UCS, 1967) e a Universidade de Passo Fundo (UPF, 1968), por serem as primeiras universidades a incorporarem as características peculiares de uma universidade comunitária (TRAMONTIN; BRAGA, 1988; VANNUCCHI, 2004).

Conforme Neves (2003), é em meados de 1980 que a noção de universidade comunitária começa a tomar forma no contexto do debate na Assembleia Nacional Constituinte e no período da elaboração da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Essa autora destaca como principais atores dessa discussão a Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, a Universidade de Passo Fundo e a Universidade de Caxias do Sul, vindo a corroborar as afirmações de Vannucchi.

Conforme documento do COMUNG¹¹, as universidades comunitárias são caracterizadas por uma série de peculiaridades. Considera-se importante trazer aqui

10 Antes da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – 1961 – e antes da Lei n. 5540 – da Reforma Universitária de 1968.

11 Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas. No site do COMUNG (<<http://www.comung.org.br/1024/index.html>>), as universidades que fazem parte do consórcio são: Universidade Regional do Noroeste do Estado Rio Grande do Sul – UNIJUÍ; Universidade de Passo Fundo – UPF; Universidade Católica de Pelotas - UCPel; Universidade da Região da Campanha - URCAMP; Universidade de Caxias do Sul – UCS; Universidade de Cruz Alta – UNICRUZ; Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI; Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC; Centro Universitário Feevale; Centro Universitário UNIVATES; Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS.



essas características, não alterando o texto elaborado pelo Consórcio:

- a) As universidades [...] identificadas são instituições públicas não estatais, surgidas de iniciativas essencialmente comunitárias, e definidas como não confessionais, não empresariais, e sem alinhamento político-partidário ou ideológico de qualquer natureza.
- b) Desenvolvem um serviço educativo e científico sem fins lucrativos sendo todos os seus excedentes financeiros reaplicados em educação, só em território nacional.
- c) O patrimônio dessas instituições não pertence a um dono, grupo privado ou confissão religiosa, mas a fundações comunitárias, cuja totalidade dos bens tem [...] destinação pública revertendo, em caso de dissolução, para o controle do Estado. Os dirigentes dessas fundações não são remunerados no exercício de sua função. Seus balanços são de domínio público [...].
- d) No que se refere à gestão, caracterizam-se pela eleição democrática de seus dirigentes, de que participam todos os segmentos da comunidade acadêmica e representantes da comunidade regional.
- e) As atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas por essas instituições, têm uma vinculação privilegiada com a comunidade regional, destacando-se projetos ligados à promoção humana e social de segmentos excluídos ou de camadas da população de menor poder aquisitivo [...].
- f) Sua localização geográfica e vinculação social permitem o acesso ao Ensino Superior dos estudantes que, a princípio, têm dificuldade de ingressar nas universidades públicas estatais. Nesse sentido, as públicas não estatais são a única possibilidade de democratização do Ensino Superior em sua região de abrangência [...].
- g) Estas instituições, valendo-se dos incentivos fiscais derivados da filantropia, implantaram, de forma criativa, mecanismos para a manutenção de estudantes oriundos de classes menos privilegiadas, instalando programas de bolsas, fundos de apoio e, especialmente, políticas de mensalidades acessíveis às possibilidades econômicas das famílias da região (COMUNG, 1998, s/p).

Mesmo existindo importantes diferenças entre as universidades que se dizem comunitárias, assim como diferentes concepções do que seja uma universidade comunitária, é possível afirmar, segundo Neves (2003, p. 207-208), que a “Universidade Comunitária é uma universidade privada, mantida e administrada por grupos leigos ou confessionais, mas de caráter público não estatal¹², voltada para interesses exclusivamente educacionais”.

Guareschi (2001) também formula um conceito de universidade comunitária, afirmando que esse modelo tem como elementos importantes as experiências de atuação nas comunidades e os serviços prestados ao público. “A marca da

12 Público não estatal é um conceito que abrange dois sentidos: a) a esfera mediadora entre a sociedade civil e o Estado, incluindo formas de participação dos cidadãos nos assuntos públicos, como os conselhos de políticas públicas, as câmaras setoriais e os orçamentos participativos; b) a produção de bens e serviços públicos por parte de organizações da sociedade civil (UNISC, 2008b, p.7).



universidade comunitária [...] está [...] na sua adequação às necessidades sociais da região em que está inserida” (p.23).

Conforme se pôde perceber, as universidades comunitárias devem ser consideradas públicas, embora não estatais, por uma série de razões. Vannucchi (2004) também elaborou um elenco de características desse tipo de instituição, quais sejam: primeiro, pela democratização das relações de poder dentro da instituição, onde o reitor não é dono nem preposto do dono, mas um funcionário qualificado que deve atuar com mecanismos de governo e de gestão marcados pela força decisória das instâncias colegiadas e pela participação obrigatória de representantes da sociedade civil.

A segunda razão elencada pelo autor refere-se à lógica de funcionamento da universidade comunitária, “pautada pelo interesse da população, a serviço da sociedade, sem visar a lucro, [...] e controlada tanto pela comunidade interna quanto pela comunidade externa, porque a universidade é um bem da sociedade, antes e acima de tudo” (VANNUCCHI, 2004, p. 26).

O terceiro ponto relaciona-se com a inegável legitimidade social desse tipo de universidade. O quarto, pela maneira coletiva e pública com a qual toda a reflexão crítica e todo o conhecimento científico e cultural que nela se produzem constituem um valor “realmente democrático” (VANNUCCHI, 2004, p. 26).

Uma quinta característica é apontada pelo serviço público e plural que a universidade comunitária presta à sociedade, pois muitas vezes o Estado está ausente onde essa universidade consegue chegar, como parceira privilegiada na construção do planejamento estratégico e no desenvolvimento da cidade e da região de sua abrangência.

Por fim, o mesmo autor refere-se ao próprio projeto político-pedagógico que a universidade comunitária desenvolve. Entende que ela existe apenas para atender aos interesses e necessidades da comunidade como um todo, recebendo dessa o desafio de construir conhecimentos com base nos dados concretos da sua realidade. Na construção da identidade de uma universidade comunitária os aspectos relevantes são aqueles que a distinguem das demais universidades particulares. Por isso, há a necessidade de (re)afirmar a dimensão pública desse tipo de universidade (comunitária).

Essa dimensão pública se expressa através de uma série de características, dentre as quais se destacam: origem na comunidade civil ou religiosa; não subordinadas a grupos empresariais ou familiares; estreita vinculação com a comunidade por meio de programas e serviços de extensão; dirigentes não vitalícios; participação dos professores e outros segmentos da sociedade civil na administração da instituição.

As características seguem com: subordinação administrativa a uma assembleia ou conselho com participação de representantes da comunidade; mantenedora constituída sob a forma de fundação de direito privado ou de associação ou sociedade civil; prestação de serviço público sem fins lucrativos; transparência administrativa e contábil; luta pela democratização do acesso ao Ensino Superior e pela garantia da permanência do estudante na universidade.

Guareschi também trata de algumas características de universidades estritamente comunitárias, que “[...] encontram-se localizadas predominantemente no Rio Grande do Sul. Essas universidades se distinguem do conjunto das outras universidades comunitárias por elementos característicos” (2001, p.23). Dentre essas



características, o autor destaca:

- têm uma dimensão regional, expressa nos programas voltados ao desenvolvimento da região em que está inserida a universidade;
- não são confessionais, embora na origem tenham contado com a participação de Igrejas;
- a comunidade externa participa dos órgãos da entidade mantenedora;
- são mantidas por fundações educacionais;
- o patrimônio será destinado a outra instituição congênere ou ao poder público em caso de cessação das atividades (GUARESCHI, 2001, p.23).

A universidade comunitária, ainda, não é um projeto criado em gabinete, pois resulta da experiência concreta de algumas instituições. Surge como a tentativa de concretizar aspirações educacionais de grandes grupos que expressam segmentos “vivos” da sociedade. Assim sendo, a universidade comunitária é a universidade instituída, mantida e supervisionada por uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, gerida por colegiados constituídos de representantes de professores, estudantes e funcionários e da sua entidade mantenedora, bem como da sociedade em geral (TRAMONTIN e BRAGA, 1988; VANNUCCHI, 2004).

É possível verificar, a partir dos elementos expostos até o momento, que a Universidade em estudo nesta obra atende a todos os quesitos que a caracterizam como comunitária. Passa-se, pois, a analisar a Universidade de Santa Cruz do Sul.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL – UNISC

A UNISC¹³ localiza-se em Santa Cruz do Sul, centro do Estado do Rio Grande do Sul, na região denominada Vale do Rio Pardo – principal produtora de tabaco no País. Universidade comunitária laica, suas atividades correspondem às demandas advindas dessa região, perfazendo uma área de abrangência de 80 municípios.

O Vale do Rio Pardo recebe o nome de seu principal afluente, o Rio Pardo. Sua população é composta de descendentes de origem alemã no norte e açoriana ao sul. A região¹⁴, por apresentar diferenças geográficas, econômicas, socioculturais e políticas marcantes, ostenta baixo grau de identidade e homogeneidade da sua população.

Atualmente, o Vale é constituído por 25 municípios com administração instalada, dividido em três regiões, tendo em vista diferenças climáticas, de relevo, de solo, de

13 As informações para (re)construção do histórico da UNISC foram retiradas essencialmente de: KIPPER, Maria Hoppe; RIZZATO, Elizabeth Pires; VOGT, Olgário Paulo. *UNISC: a construção de uma universidade comunitária*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

14 “[...] as formas que hoje estão impressas no território do Estado do Rio Grande do Sul, ou de qualquer outro território, não podem mais ser atribuídas simplesmente às condições físicas ou naturais do mesmo. Ao contrário, essas formas atuais revelam o uso que foi dado e, principalmente, que vem sendo dado atualmente a esse território. E esse uso é determinado por interesses econômicos, sociais, políticos e socioculturais. São esses, portanto, os aspectos que definem uma região nos dias atuais” (ETGES, 2001, p.353).



vegetação e de economia:

- a) central: municípios de Herveiras, Santa Cruz do Sul, Sinimbu, Vale do Sol, Venâncio Aires e Vera Cruz, polo industrial e comercial da região;
- b) norte: municípios de Arroio do Tigre, Barros Cassal, Boqueirão do Leão, Estrela Velha, Gramado Xavier, Ibarama, Lagoão, Lagoa Bonita do Sul, Passa Sete, Segredo, Sobradinho e Tunas, região de predomínio da pequena propriedade, com uma população constituída por descendentes de alemães, italianos e luso-brasileiros. Apresenta sérios problemas no que se refere a alternativas econômicas que agreguem valor à produção do minifúndio;
- c) sul: municípios de Candelária, Encruzilhada do Sul, General Câmara, Pantano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo e Vale Verde. Representa a área abrangida pelas médias e grandes propriedades, com predomínio de atividades agropastoris, e com baixa densidade demográfica nas áreas rurais (STÜLP, 2001; ETGES, 2001).

Conforme Stülp (2001), a cultura temporária mais importante nas regiões central e norte é o milho, seguido do fumo. Na região sul, a cultura mais importante é o arroz, seguido do milho. De modo geral, o valor da produção das lavouras do Vale do Rio Pardo depende de poucas culturas e, dentre essas, se destaca muito o fumo, especialmente nos estabelecimentos menores, de até 50 hectares.

De acordo com Etges (2001), a comercialização do tabaco se dá nos municípios da região central do Vale, que abrigam as indústrias de beneficiamento do fumo. Assim, essa região concentra o retorno fiscal do território, ao mesmo tempo em que, atualmente, mais de 70% do que é produzido é exportado, não acarretando em impostos para as empresas fumageiras.

Dentre as culturas permanentes, na região central a erva-mate ocupa lugar de destaque. Laranja e tangerina são as culturas mais importantes na região norte, bem como na região sul, acompanhadas do pêssego e da maçã (STÜLP, 2001).

Pode-se acrescentar que a região do Vale do Rio Pardo é um território monopolizado pelas empresas transnacionais fumageiras, que controlam e centralizam todo o processo que se refere à produção do tabaco, desde as técnicas de cultivo à industrialização, que resulta na produção do cigarro propriamente dita (ETGES, 2001).

A UNISC desenvolve suas atividades através de parcerias com as prefeituras dessa região. Além disso, a APESC, mantenedora da UNISC, também é mantenedora do Hospital Santa Cruz, outro importante parceiro da Universidade, especialmente para os cursos advindos da área da saúde.

A história da UNISC é bastante interessante e demarcada pelo seu compromisso social comunitário. Em 17 de março de 1962, houve uma reunião com a prefeitura de Santa Cruz do Sul, na qual representantes dos estudantes e da comunidade santacruzense propuseram a criação da Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (APESC). Conforme Estatuto da APESC, à época, suas finalidades eram:



a) propugnar pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do ensino em todos os seus graus, especialmente técnico e superior; b) promover e estimular a realização da pesquisa científica nos diferentes setores culturais abrangidos pelo conhecimento humano; c) promover, na medida das suas posses, a difusão das ciências e das letras e concorrer para o aperfeiçoamento do ensino e do engrandecimento da cultura nacional; d) contribuir para o incremento da solidariedade humana, principalmente nos campos social e cultural, em defesa da civilização; e) criar e manter, com os donativos recebidos, Escolas Técnicas e Faculdades (KIPPER; RIZZATO; VOGT, 2003, p. 24-25).

A Instituição decidiu, então, realizar um estudo da região sobre as reais condições para implantação de cursos. Assim, no ano de 1964, inicia o funcionamento da Faculdade de Ciências Contábeis (FACCOSUL) em Santa Cruz do Sul, com Concurso de Habilitação no dia 9 de março de 1964.

As aulas desta Faculdade ocorriam no turno da noite, nas dependências do Colégio São Luís, local onde permaneceu até 1972. Em maio de 1968 o então CFE (Conselho Federal de Educação) aprovou o Reconhecimento da FACCOSUL. A partir de 1972, passou a funcionar junto a FACCOSUL também o Curso de Administração.

Em 1968 houve a abertura do primeiro vestibular para a Faculdade de Direito, através de convênio entre a Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul e a Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). As aulas eram ministradas no turno da manhã, também no prédio do Colégio Marista São Luís, sendo previstas 40 vagas. Em 1970, houve a abertura do Curso de Filosofia, também vinculado à UFSM, em convênio com a APESC. A vinculação da Faculdade de Filosofia à UFSM prolongou-se até 1973, quando ocorreu o reconhecimento da Faculdade.

Em 1970 também passou a funcionar o quarto curso superior em Santa Cruz, a Escola Superior de Educação Física (ESEF), uma extensão vinculada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Esse curso passou a ter suas aulas teóricas desenvolvidas em salas de aula do antigo prédio do Colégio Mauá, no centro da cidade, e, a partir de 1972, também no Colégio Estadual Ernesto Alves de Oliveira. As aulas práticas eram desenvolvidas no campo recreativo do Colégio Mauá e em outros locais, todas no turno da manhã. No início de 1974 este Curso obteve seu reconhecimento junto ao Ministério da Educação (MEC).

Em 1974, a APESC criou o Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA). No ano seguinte, foi criado o Centro de Pesquisas Linguísticas e Literárias (CEPALL). Em 1977, para enriquecer e intensificar as atividades do Curso de Direito, foi criado o Gabinete de Assessoria Jurídica (GAJ), que desde então presta atendimento jurídico à comunidade.

Para abrigar o Ensino Superior, em julho de 1971, foi adquirida pelo prefeito Edmundo Hoppe a Chácara Meinhardt, área de 41,5ha, onde hoje se situa o *campus* central da Universidade. Porém, o prefeito seguinte não deu continuidade às obras, e todos os cursos foram deslocados e passaram a funcionar no prédio da Festa Nacional do Fumo (FENAF), hoje Parque da Oktoberfest. Depois de algum tempo, foi construído um prédio de três andares na rua Coronel Oscar Jost, próximo ao Parque da FENAF, para abrigar os cursos da APESC. O prédio ficou pronto em 1976. Somente a partir de 1984, os cursos foram sendo gradativamente transferidos para o terreno da Chácara



Meinhardt; processo que só se concluiu em 1997.

Em 5 de agosto de 1980, foi aprovado no MEC o parecer 971, que unifica as quatro faculdades isoladas, transformando-as nas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (FISC). A partir dessa aprovação, “[...] o sonho de universidade parece mais próximo” (KIPPER; RIZZATO; VOGT, 2003, p.48). Em 1980 foi iniciado o oferecimento de cursos de pós-graduação *lato sensu*, em nível de especialização; e em 1985 se deu o início do funcionamento do Curso de Economia. Apenas dois anos depois, em 1987, houve a implantação do Curso de Bacharelado em Química com ênfase em Química Industrial, que passou a funcionar a partir de 1988.

Até 1986, o Diretor-Geral era nomeado pelo presidente da APESC a partir de uma lista tríplice de docentes titulares, em exercício, na Instituição. Nesse ano, aconteceu um importante movimento pela democratização, que marcou de forma decisiva a trajetória da FISC, futura UNISC.

Em 1986, com o número crescente de cursos na FISC, acontecem as suas primeiras eleições diretas. Houve votação para os cargos de diretores das faculdades e diretor-geral da FISC. Todos tiveram direito a voto: professores, estudantes e funcionários. Este processo de votação democrático ocorre dessa mesma forma até hoje.

Docentes, estudantes e técnicos administrativos, com o apoio da sociedade civil regional, conquistaram o direito de escolher diretamente os dirigentes, tanto da Direção-Geral quanto das direções das Faculdades e das chefias de Departamento, bem como de participar das decisões dos colegiados superiores. A democracia enraizou-se profundamente em todas as instâncias da [futura] universidade, transformou-se rapidamente em cultura organizacional e mantém-se como uma de suas marcas fundamentais (UNISC, 2008b, p.9).

“As páginas da futura universidade começaram a ser abertas no terceiro dia de janeiro de 1990 [...]” (KIPPER; RIZZATO; VOGT, 2003, p.75). Nessa ocasião, foi enviada a Carta-Consulta elaborada com o envolvimento de todos os segmentos da APESC/FISC, pleiteando a criação da Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC). No mês seguinte, foi designado um professor para ser o relator do processo de criação da UNISC, responsável pela tramitação da Carta-Consulta junto ao Conselho Federal de Educação (CFE).

Em março de 1990 houve a primeira visita do relator do MEC a Santa Cruz do Sul para verificar as reais condições da Instituição para se transformar em universidade. Após entrar em contato com todos os segmentos da FISC e com a comunidade regional, manifestou seu parecer favorável pela criação da UNISC. Após essa primeira visita, a grande meta da FISC e da APESC começou a se concretizar no final de janeiro de 1991, quando a Carta-Consulta que cria a universidade recebeu parecer favorável da Câmara do Conselho Federal de Educação, sendo, no mês seguinte, aprovada por unanimidade pelos conselheiros do CFE, acompanhando o parecer de um novo relator do projeto.

Em meados de abril de 1991 foi instalada oficialmente a Comissão de Acompanhamento do Conselho Federal de Educação. Já no decorrer do processo de acompanhamento, a FISC estava, gradativamente, “[...] implantando alterações



e estabelecendo critérios que iriam nortear as atividades de ensino, pesquisa e extensão da universidade, adaptando o regimento geral da FISC à forma universitária, de modo experimental, e ativando o plano de expansão” (KIPPER; RIZZATO; VOGT, 2003, p.79-80).

A primeira grande modificação foi a remodelagem da estrutura organizacional, o que significou a extinção das faculdades e a redepartamentalização, que reduziu de 16 para 12 departamentos a estrutura da FISC. Esta estrutura foi aprovada em reunião do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão em 1º de julho de 1991. O “[...] perfil da universidade que estava sendo gestada, isto é, a UNISC, iria primar pelos princípios de uma universidade laica, democrática, comunitária, pública e comprometida com a produção da qualidade que articulasse desenvolvimento com justiça social” (KIPPER; RIZZATO; VOGT, 2003, p.81).

Em dezembro do mesmo ano foi aprovado o Regimento Unificado da FISC, pelo CFE, através do Parecer nº 744/91. Essa aprovação teve um grande significado, pois a Instituição obteve condições legais de viver a fase de transição de faculdades integradas para universidade. Importante ressaltar que todos os departamentos e demais segmentos da FISC participaram com sugestões na elaboração desse documento, o que comprovou a “[...] maturidade política da Instituição” (KIPPER; RIZZATO; VOGT, 2003, p. 83).

Na sua última visita, a Comissão de Acompanhamento, após elaborar o relatório final a ser encaminhado ao Conselho Federal de Educação, anunciou à direção-geral da FISC que a UNISC deveria ser reconhecida em reunião do plenário do CFE, em maio de 1993. Assim, na reunião plenária de 5 de maio, o CFE, por unanimidade, aprovou a criação da Universidade de Santa Cruz do Sul. O primeiro Plano de Desenvolvimento Institucional da UNISC – PDI (1993-1997) também data deste ano.

No dia 25 de junho de 1993, o Diário Oficial da União publicou a Portaria nº 880, assinada pelo então ministro Maurílio de Avellar Hingel, na qual reconhece a Universidade de Santa Cruz do Sul e aprova o seu estatuto e regimento geral. Depois da criação da Universidade, os laços com a comunidade foram reforçados. Com um corpo docente qualificado, já era possível oferecer à região serviços de alta qualidade na área de pesquisa e extensão.

Em março de 1998, foi inaugurada a primeira extensão universitária da UNISC com os cursos de Pedagogia/Séries Iniciais e Ciências Contábeis, no município de Sobradinho. O Polo de Modernização tecnológica foi desenvolvido na década de 90 em parceria com o Governo de Estado. O Polo tem o objetivo de “[...] fomentar o desenvolvimento regional, através da proposição e execução de projetos de cunho científico, tecnológico, social e econômico” (KIPPER; RIZZATO; VOGT, 2003, p.109). Dessa forma, integra a Universidade com os diversos setores produtivos da região, através de parcerias entre aqueles que geram e disseminam o conhecimento e os que introduzem o novo insumo no processo produtivo, sendo a interface entre as demandas da comunidade e o meio acadêmico.

O Mestrado em Desenvolvimento Regional teve seu início em 1994 e, neste mesmo ano, a Universidade adere ao Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) e participa da criação do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Comunitárias Gaúchas (PAIUNG), vinculado ao Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (COMUNG).

Ainda na década de 90 (1996), as atividades da UNISC TV se iniciam, e um ano



depois o Serviço Integrado de Saúde (SIS) é inaugurado, contando com os cursos de Enfermagem, Psicologia e Nutrição. Atualmente, através de alguns projetos de extensão, os cursos de Fisioterapia e de Serviço Social também se integraram nessa equipe de saúde. Para encerrar esta década, no ano de 1998 deu-se a implementação do Mestrado em Direito.

Nos anos 2000, a Universidade não para de crescer: em 2002, inicia-se o Doutorado em Desenvolvimento Regional e, neste mesmo ano, são estabelecidos alguns convênios – Mestrado em Psicologia do Desenvolvimento com a UFRGS e Mestrado e Doutorado em Engenharia da Produção com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Para incentivar os docentes e estudantes a desenvolver suas pesquisas, bem como qualificá-las, a Universidade conta com diferentes mecanismos de apoio: o Programa UNISC de Iniciação Científica (PUIC), o Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP), o Fundo de Apoio à Implantação de Grupos de Pesquisa (PROGRUPE), o Fundo de Pesquisa e Extensão e o Comitê de Avaliação.

Em junho de 2003 houve ainda a assinatura do contrato de aquisição do Hospital Santa Cruz pela Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul, uma vez que já havia a intenção de se criar na UNISC o Curso de Medicina (que teve sua primeira turma ingressante em 2006).

A gestão da UNISC orienta-se pelos seguintes aspectos: a legislação brasileira, especialmente as normas que regem a educação superior; a missão, a visão, os objetivos, os valores e os compromissos institucionais; as normas internas da Universidade – estatuto, regimento, entre outros – e as deliberações dos conselhos e colegiados; o planejamento e a avaliação institucional; e as demandas e incentivos da comunidade regional e dos órgãos do Estado, especialmente (UNISC, 2008b).

As principais características da gestão da UNISC são: democracia, participação e descentralização; transparência administrativa; planejamento sistemático e avaliação metódica; melhoramento contínuo e profissionalização dos gestores; confiança e respeito nas relações interpessoais; liberdade de pensamento e de opinião; responsabilidade coletiva e defesa da Instituição; inovação e empreendedorismo; e sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Os objetivos institucionais estão compostos de: oferecer educação integral, proporcionando formação profissional e cultural, para o exercício do trabalho e da cidadania; buscar permanentemente a excelência acadêmica ao desenvolver de forma indissociável o ensino, a pesquisa e a extensão; consolidar a eficiência e a eficácia da Instituição por meio de uma gestão participativa, empreendedora e profissional; manter uma relação constante e dinâmica com as comunidades das regiões em que atua, atendendo às suas necessidades e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico; promover a produção e a difusão do conhecimento científico e a transferência de tecnologia, visando ao bem-estar e à qualidade de vida dos cidadãos; estimular a inovação e o empreendedorismo no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão; incentivar o desenvolvimento da cultura, do esporte, do lazer e das artes nas suas diferentes manifestações; atuar com responsabilidade social e ambiental em todas as dimensões da Universidade (UNISC, 2008b, p.26-27).

Conforme Kipper; Rizzato; Vogt (2003, p.142) “A UNISC é uma universidade comunitária que se caracteriza por ser humana, democrática, de qualidade e comprometida com o desenvolvimento harmônico e solidário”.



[Seu] “reconhecimento será legitimado por meio da alta qualidade acadêmica, da produção intelectual, da relevância social, do profissionalismo da gestão e pelas propostas de solução que apresentar para as demandas e questões da comunidade regional e da sociedade brasileira. As ações da UNISC serão marcadas pelo empreendedorismo, pelo fortalecimento institucional e pela diversificação na prestação de serviços nas mais diversas áreas. A competência, a criatividade, a governabilidade e a participação irão nortear o crescimento sistêmico e auto-sustentável da Instituição” (UNISC, 2007a).

A estrutura administrativa da Universidade¹⁵ está composta de:

- a) Conselhos: Conselho Universitário (CONSUN); Conselho de Graduação (CONGRAD); Conselho de Pesquisa, Pós-Graduação, Extensão e Relações Comunitárias (CONPPEX).
- b) Reitoria: Pró-Reitoria de Administração (PROAD); Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias (PROEXT); Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD); Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPPG).
- c) Assessorias: Assessoria de Avaliação Institucional; Assessoria de Comunicação e Marketing; Assessoria de Custos e Informações Gerenciais; Assessoria de Desenvolvimento Organizacional; Assessoria Jurídica; Assessoria de Planejamento; Assessoria para Assuntos Internacionais e Interinstitucionais; Assessoria para Educação a Distância (AEaD); Assessoria Pedagógica; Assessoria Técnica da Reitoria; Assessoria Técnica de Orçamento e Prestação de Contas; Assessoria Técnico-Pedagógica.
- d) Setores: Áudio e Vídeo; Biblioteca; Central Analítica; Chefia de Gabinete; Clínica de Fisioterapia; Clínica de Odontologia; Coordenação do Campus; Editora (EDUNISC); Financeiro – Atendimento ao Estudante; Gabinete de Assessoria e Consultoria Contábil (GAC); Gabinete de Assessoria Jurídica (GAJ); Gráfica; Incubadora Tecnológica; Laboratório de Geoprocessamento; Laboratórios de Informática; Laboratório Farmacêutico de Controle de Qualidade; Livraria da UNISC; Loja da UNISC; Ouvidoria; Pólo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo; Secretaria de Pós-Graduação e Extensão; Secretaria Geral; Serviço Integrado de Saúde (SIS); Setor Artístico-Cultural; Setor de Contabilidade; Setor Financeiro – Tesouraria; Setor de Informática; Setor de Materiais; Setor de Recursos Humanos; UNISC TV.
- e) Departamentos: Departamento de Biologia e Farmácia; Departamento de Ciências Administrativas; Departamento de Ciências Contábeis; Departamento de Ciências Econômicas; Departamento de Ciências Humanas; Departamento de Comunicação Social; Departamento de

¹⁵ Além do *Campus* Central, em Santa Cruz do Sul, a UNISC também tem *campus* nas cidades de Capão da Canoa, Sobradinho, Venâncio Aires e Montenegro, todas localizadas no estado do Rio Grande do Sul.



Direito; Departamento de Educação; Departamento de Educação Física e Saúde; Departamento de Enfermagem e Odontologia; Departamento de Engenharia, Arquitetura e Ciências Agrárias; Departamento de História e Geografia; Departamento de Informática; Departamento de Letras; Departamento de Matemática; Departamento de Psicologia; Departamento de Química e Física.

- f) Núcleos: Núcleo de Integração e Fomento das Atividades de Estágio (NIFAE); Núcleo de Apoio ao Estudante (NAE); Núcleo de Apoio Pedagógico (NAP); Núcleo de Apoio Acadêmico (NAAC); Núcleo de Assessoramento a Projetos (NUAP); Núcleo de Estudos e Pesquisa em Saúde (NEPS); Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia (NITT); Núcleo de Pesquisa Social (NUPES); Núcleo de Planejamento e Gestão Territorial (NPGT); Núcleo de Educação Básica.
- g) Centros: Centro de Ciências (CECIUNISC); Centro de Documentação (CEDOC); Centro de Educação Profissional da Unisc (CEPRU); Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas (CEPA); Centro de Estudos Contábeis (CEC); Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas (CEPE); Centro de Extensão em Informática (CEI); Centro de Línguas e Culturas (CELINC); Centro de Pesquisas em Administração (CEPAD); Centro de Pesquisas em Desenvolvimento Regional (CEPEDER); Centro de Pesquisas Jurídicas (CEPEJUR).

A **Missão** da UNISC se define por: “Produzir, sistematizar e disseminar o conhecimento, visando à formação de indivíduos que sejam cidadãos livres e capazes, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade solidária”. E como **Visão**: “Ser uma universidade comunitária e democrática, reconhecida por relevantes contribuições ao desenvolvimento da região e do País, capaz de responder criativa e agilmente às transformações do contexto educacional” (UNISC, 2008b, p.26).

Cumpra salientar que “As ações de extensão caracterizam a Instituição desde antes do seu reconhecimento como universidade. Bairros populares, comunidades rurais, escolas, empresas e os diversos segmentos da sociedade regional são espaços em que a atuação dos docentes e técnicos da Universidade é usual” (UNISC, 2008b, p.10).

Atualmente, a UNISC conta com mais de 50 cursos de graduação; mais de 40 cursos de pós-graduação *lato sensu*, entre especializações e Master Business Administration (MBAs), alguns inclusive em modalidade de Educação a Distância – EaD; 8 mestrados e 2 doutorados (pós-graduação *stricto sensu*).

Em todas as atividades, a UNISC busca distinguir-se pela qualidade, o que vem sendo reconhecido pela comunidade regional, pela comunidade científica e também pelos órgãos governamentais. A obtenção da nota máxima (5), em 2006, no processo de avaliação institucional externa do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) constitui-se em marco simbólico dessa busca e em desafio para os próximos anos (UNISC, 2008b).



4 RESPONSABILIDADE SOCIAL – CLARIFICANDO CONCEITOS

O final do século XX foi marcado por profundas transformações, em todos os níveis e em todas as partes do mundo. Com o processo de globalização, as economias foram igualmente globalizadas e o capitalismo ganhou novas formas, passando a ser entendido como capitalismo informacional¹⁶. Ao mesmo tempo, observou-se praticamente a ausência de um crescimento econômico nos países emergentes ou periféricos.

Segundo Bauman (1999), o significado mais profundo transmitido pela ideia da globalização é o caráter indeterminado, indisciplinado e de autopropulsão dos assuntos mundiais; a ausência de um centro, de um painel de controle, de uma comissão diretora, de um gabinete administrativo. A globalização é a “nova desordem mundial”. Esse caráter, inseparável da imagem da globalização, coloca-a radicalmente à parte de outra ideia, que aparentemente substituiu, da “universalização”. Esta foi outrora constitutiva do discurso moderno sobre as questões mundiais, mas agora caída em desuso e raramente mencionada.

A ideia de “universalização” transmitia a esperança, a intenção e a determinação de se produzir a ordem. Ela indicava uma ordem universal – a produção da ordem numa escala universal, verdadeiramente global. Além disso, declarava a intenção de tornar semelhantes as condições de vida de todos, em toda parte, e, portanto, as oportunidades de vida para todo mundo; talvez mesmo torná-las iguais.

A “globalização” não diz respeito ao que todos, ou pelo menos os mais talentosos e empreendedores, desejam ou esperam fazer. Diz respeito ao que está acontecendo a todos. A ideia de “globalização” refere-se explicitamente a forças anônimas, que não se sabe de onde vêm exatamente, operando na vasta “terra de ninguém”¹⁷.

A integração e a divisão, a globalização e a territorialização são processos mutuamente complementares, são faces do mesmo processo: a redistribuição mundial de sabedoria, poder e liberdade de agir desencadeada pelo salto radical na tecnologia da velocidade. A coincidência e o entrelaçamento da síntese e da dispersão, da integração e da decomposição são tudo, menos acidentais e passíveis de retificação.

É por causa dessa coincidência e do entrelaçamento das duas potências

16 MODOS DE PRODUÇÃO: caracterizados pelo princípio estrutural de apropriação e controle do excedente da produção. Tipos do século XX: capitalismo (visa a maximização dos lucros) e estatismo (visa a maximização do poder). MODOS DE DESENVOLVIMENTO: procedimentos mediante os quais os trabalhadores atuam sobre a natureza (matéria) para gerar um produto, determinando o nível de excedente. Modelam toda a esfera de comportamento social. Tipos do século XX: industrialismo (fonte de produtividade é a introdução de novas fontes de energia e a capacidade de descentralização do uso desta energia) e informacionalismo (fonte de produtividade é a tecnologia de geração de conhecimento, processamento de informação e comunicação) (CASTELLS, 2005).

17 “A modernidade ‘fluida’ é a época do desengajamento, da fuga fácil e da perseguição inútil. Na modernidade ‘líquida’ mandam os mais escapadiços, os que são livres para se mover de modo imperceptível” (BAUMAN, 2001, p.140).



aparentemente opostas, que os chamados processos “globalizantes” redundam à redistribuição de riqueza e de pobreza, de privilégios e de carências, de recursos e de impotências, de poder e de ausência de poder, de liberdade e de restrição. As divisões territoriais e a segregação de identidades promovidas e transformadas pela globalização dos mercados e da informação não refletem uma diversidade de parceiros iguais. O que pode ser uma opção para alguns, para outros significa, muitas vezes, o único caminho viável e possível.

Em função da globalização, que acarretou também o fortalecimento de políticas neoliberais, ocorreu a fragilização do Estado-Nação, o estado regulador característico do Welfare State (Estado de Bem-Estar Social). O que se pode observar é um movimento internacional que preconizou um Estado-Mínimo, pautado pela lógica econômica neoliberal.

As políticas neoliberais, de ajuste fiscal ou estrutural, têm como resultado baixo crescimento econômico ou mesmo a recessão, pois não estão voltadas para o desenvolvimento do país e sim para o atendimento dos interesses do capital financeiro. O Estado reduz investimentos sociais, flexibiliza as leis trabalhistas e diminui as garantias de proteção social para os trabalhadores (LESBAUPIN, 2007).

No Brasil, não diferente de muitos países em desenvolvimento,

A sociedade, ao invés de ser fonte de segurança e proteção para seus membros, retira dos seus membros a fonte de sua sustentação (o trabalho), restabelece situações de exploração do trabalho há muito desaparecidas, torna os serviços públicos fonte de exploração dos cidadãos (privatização) ou os torna piores (reduzindo os recursos públicos). Estes são resultados bem palpáveis, evidentes, das políticas e da globalização neoliberal (LESBAUPIN, 2007, p.26).

Essas mudanças políticas e econômicas em nível brasileiro e mundial foram acompanhadas pelo aumento da velocidade das mudanças provocadas pelos avanços científicos e tecnológicos, bem como pelo aumento das possibilidades de acesso à rede de informações e de consumo. As redes globais de intercâmbios instrumentais agora conectam e desconectam indivíduos, grupos, regiões e países, em um fluxo contínuo de decisões estratégicas.

Ao mesmo tempo, essa “rede” parece individualizar cada vez mais as pessoas. “[...] a ‘individualização’ consiste em transformar a ‘identidade’ humana de um ‘dado’ em uma ‘tarefa’ e encarregar os atores da responsabilidade de realizar essa tarefa e das consequências [...] de sua realização” (BAUMAN, 2001, p.40).

A globalização apresenta duas dimensões principais: o caráter de amplitude, no sentido geográfico, e sua natureza intensa, numa dimensão sociopolítica. A primeira dimensão refere-se à ampliação de novos espaços geográficos à economia de mercado. A segunda dimensão, que mais interessa neste momento, relaciona-se com as mudanças de comportamento social que o processo de globalização acarreta. “Todos os que são tocados por esse processo modificam sua forma de comportamento” (PEREIRA; SOLA, 1999, p.183).

No século XXI não há mais povos isolados e vivemos o tempo do mundo finito em que todas as fronteiras físicas foram atingidas,



portanto não há mais povos desconhecidos ou desintegrados, mas o comportamento do nosso tempo assemelha-se aos dos bárbaros do passado: desprovido de sentido e de relação com o outro. O homem da perfeição técnica que age sob impulsos desconexos, e desprovidos de sentido (ROSSATO, 2007, p.206).

Muitas vezes, esses novos comportamentos adquirem uma versão individualista e mercantilista na forma de se relacionar e de conviver com as pessoas à volta. Parece, por vezes, que o processo de globalização, ao mesmo tempo em que “globaliza” condutas, signos e comportamentos, “individualiza” as pessoas e faz com que elas tenham necessidade de se autoafirmar para os demais, através de práticas competitivas e destrutivas.

“[...] no mundo dos indivíduos há apenas outros indivíduos cujo exemplo seguir na condução das tarefas da própria vida, assumindo toda a responsabilidade pelas consequências de ter investido a confiança nesse e não em qualquer outro exemplo” (BAUMAN, 2001, p.39).

Da mesma forma, o neoliberalismo também reforça esses novos valores. A política neoliberal, difundida a partir da década de 70, veio acompanhada de uma nova ideologia – valores antigos foram substituídos por novos valores, por outros princípios do que se valoriza para viver em sociedade.

A base que sustentava a organização social, a coesão social, e que fornecia os motivos para as pessoas viverem em sociedade (o consenso moral) foi desmontada [...]. Tudo se reduz ao indivíduo e à sua competência. Cabe ao indivíduo prover a sua vida e as suas necessidades, ao Estado nada cabe e nada deve caber [...] A saúde deve ser obtida pelos recursos do indivíduo, por seu próprio esforço. Assim também a educação; o trabalho. A sociedade é um aglomerado de indivíduos [...] (LESBAUPIN, 2007, p.28).

Além dessas questões, a mudança do modo de produção, do modelo fordista para o toyotismo ou modelo de acumulação flexível, fez com que o desemprego se tornasse um problema estrutural e as relações de trabalho fossem flexibilizadas. Assim, o mercado tornou-se livre e praticamente autorregulado, estabelecendo novos padrões de produção e reprodução, que incidem diretamente na maneira como as relações sociais se dão e se reproduzem.

O toyotismo é o principal expoente que representa a acumulação flexível, representando um modo de produção e organização do trabalho. Para que se possa compreender o toyotismo, é necessário entender que este se relaciona com a ideia da “especialização flexível”, que significa uma nova forma produtiva que articula um significativo desenvolvimento tecnológico com uma desconcentração produtiva baseada em empresas médias e pequenas, “artesaniais” (ANTUNES, 2006).

Segundo o mesmo autor, a “acumulação flexível”¹⁸ é outro conceito que se vincula ao modo de produção toyotista. Esta se apoia na flexibilidade dos processos

18 “Flexibilidade” é o *slogan* do dia, e quando aplicado ao mercado de trabalho augura um fim do “emprego como conhecemos”, anunciando em seu lugar o advento do trabalho por contratos de curto prazo, ou sem contratos, posições sem cobertura previdenciária, mas com cláusulas “até nova ordem”. A vida de trabalho está saturada de incertezas (BAUMAN, 2001, p.169).



de trabalho, dos produtos e dos padrões de consumo. Faz com que ocorra o surgimento de novos setores de produção voltados para o crescimento, apoiando-se na exploração do trabalho vivo para crescer e buscando novos padrões de gestão da força de trabalho.

Com o modo de produção toyotista, há o processo de desindustrialização e transferência geográfica de fábricas, no qual os direitos do trabalho são desregulamentados, flexibilizados e há um número mínimo e/ou reduzido de trabalhadores. As horas extras passam a ser muito mais utilizadas, bem como os trabalhadores temporários e as subcontratações. Sob determinado ponto de vista, existe o envolvimento manipulatório dos trabalhadores, que passam a ser considerados “colaboradores” do capital.

A competição pela sobrevivência certamente não é apenas o destino dos trabalhadores [...]. Ela domina de alto a baixo a empresa obcecada com a “dieta do emagrecimento”. Depois de começada, a tendência “ao emagrecimento” ganha força própria. A tendência se torna autopropelida e autoacelerada, e [...] o motivo original – maior eficiência – torna-se cada vez mais irrelevante; o medo de perder o jogo da competição, de ser ultrapassado, deixado para trás ou excluído dos negócios é suficiente para manter o jogo da fusão/redução de tamanho (BAUMAN, 2001, p. 143).

No sistema toyotista, a produção é voltada e conduzida diretamente pela demanda, o que significa a utilização do sistema *just in time* – a produção de um bem no exato momento em que é demandado. Por isso, a produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo, sustentando-se na existência do estoque mínimo. Ao mesmo tempo, é exigida a “polivalência” do trabalhador. Este deve desenvolver a capacidade de trabalho com várias máquinas. Ainda, o trabalho solitário é substituído pelo trabalho em equipe, que opera um sistema de máquinas automatizadas (ANTUNES, 2006).

Para Castells (2005), esses fenômenos configuram o que ele chama de sociedade em rede. Nas condições de sociedade em rede, o capital é coordenado globalmente, o trabalho é individualizado. Segundo esse autor, é o começo de uma nova existência e, sem dúvida, o início de uma nova era, a era da informação, marcada pela autonomia da cultura *vis-à-vis* as bases materiais de nossa existência.

Ainda, a lógica das políticas neoliberais pode gerar uma anomia, ou uma perda de referência, uma perda de valores no conjunto da sociedade; bem como a perda do sentido da coisa pública e do bem comum – tudo em prol dos novos valores neoliberais. Ao mesmo tempo, a sociedade e seus indivíduos passam por uma “crise de identidade” – cada vez mais, essa é necessária para que se possa sentir-se parte de um mundo que, de tão globalizado, torna-se difícil de identificar-se com o mesmo (LESBAUPIN, 2007; CASTELLS, 2005). Frente a isso, a realidade mostra sua complexidade, através da globalização do mercado; do livre comércio; da terceirização dos serviços; do enfraquecimento do Estado; da substituição do trabalho humano pelas novas tecnologias; do desemprego estrutural; dos diversos problemas sociais; dos elevados níveis de violência; da escassez de recursos e degradação do meio ambiente; da rápida expansão populacional; do colapso de comunidades locais; da violência étnica



e tribal e da extinção de espécies de animais e vegetais numa escala massiva.

No contexto internacional, existem quatro principais características da situação atual: um desempenho econômico medíocre do crescimento como um todo; um alto (e incontrolável) grau de volatilidade financeira; uma fraqueza exacerbada das instituições públicas internacionais; e uma contínua deterioração da distribuição da renda em nível global (PEREIRA; SOLA, 1999, p. 175).

Portanto, observa-se o agravamento das necessidades sociais, complexificando as questões sociais que surgem deste novo panorama mundial. Ao mesmo tempo e em função desse agravamento, tem-se o enfraquecimento das formas de política social, justamente pelo crescimento do desemprego e da precarização das relações de trabalho, bem como pela impossibilidade de acesso livre aos postos assalariados de trabalho.

Alguns autores compreendem essas mudanças como sendo parte de uma “nova ordem social”. Essa nova ordem apresenta-se com um predomínio da ação comunitária sobre a ação estatal e a empresarial, alertando a sociedade para a sua responsabilidade com as questões sociais que emergem desse novo cenário. Com isso, ocorrem mudanças profundas nas relações do cidadão com o governo, ao mesmo tempo em que há o surgimento de uma nova concepção de Estado.

Este “novo” Estado é

[...] comprometido com a sociedade civil, cujo papel dominante é o exercício pleno do seu poder social, controlando os excessos do mercado, [...] regulamentando serviços prestados pela iniciativa privada, realizando investimentos sociais e atuando em parceria com as empresas e a sociedade civil na busca de soluções duradouras para a eliminação do déficit social (MELO NETO; FROES, 1999, p. 4).

Assim, ocorre a substituição da prevalência dos interesses corporativos pela hegemonia do interesse social, o que significa dizer que nem o Estado, nem o mercado são aqueles que possuem o poder de decisão no que se refere à tomada de decisões frente às problemáticas encontradas no mundo globalizado. Essa hegemonia do interesse social faz com que surjam novas instituições sociais, abrindo novos canais de reivindicações sociais. A partir desse cenário, há a diminuição da influência da burocracia estatal e o aumento da influência das entidades comunitárias, fazendo emergir redes de solidariedade social.

Essas redes de solidariedade social configuram o que se pode chamar de “nova” cidadania. Esta cidadania

[...] é obtida e assegurada através das ações efetivas da comunidade. Trata-se de uma “cidadania conquistada”, participativa e autossustentável, pois não depende de direitos assegurados, mas que nasce da luta e mobilização constantes na defesa dos interesses do cidadão junto aos poderes executivo, legislativo e judiciário (MELO NETO; FROES, 1999, p. 4).



Portanto, o Estado, ao mesmo tempo em que se vê diante da necessidade de acompanhar a globalização e a internacionalização do capital, é pressionado pelos movimentos sociais e políticos a implantar uma gestão descentralizadora da viabilização das políticas públicas para atender às novas necessidades que surgem com uma nova configuração social, econômica e política da sociedade planetária. Esse cenário indica a crise do Estado, que não consegue corresponder àquilo que lhe é demandado em termos de políticas sociais. Dessa forma, novos financiadores são necessários, e esses, especialmente no que se refere à área social, encontram-se no 2º e 3º Setores, através de organizações, fundações ou associações.

O 1º Setor, como se sabe, é constituído por organizações do Estado, cuja natureza é a transferência. Isso significa dizer que o Estado arrecada impostos da sociedade e transforma-os em bens e serviços para prover os cidadãos, por dever do próprio Estado. O 2º Setor é constituído por organizações da iniciativa privada com fins lucrativos. Sua natureza é a da acumulação (lucro) e o acesso, pelos cidadãos, dos bens e serviços produzidos, é pelo sistema de troca, o que caracteriza as relações de mercado. Por fim, tem-se o 3º Setor, que é constituído por organizações com fim público não lucrativo, **setor no qual se localizam as universidades comunitárias**. São de iniciativa privada de cidadãos da sociedade civil. Sua natureza é a da solidariedade, caracterizada na responsabilidade conjuntamente assumida, na preservação de direitos ou concessão voluntária de bens e serviços.

Em função do cenário mundial, para que se consiga dar conta das necessidades sociais emergentes, passa-se a compartilhar responsabilidades e deveres no que se refere ao atendimento das demandas. O Estado passa, portanto, a compartilhar o atendimento das demandas e a legitimar práticas e legislações associadas aos demais setores.

O 3º Setor passa a atender demandas sociais, mas ainda de forma rudimentar, pois seus recursos humanos ainda restringem-se, na grande maioria, aos voluntários. E o 2º Setor, ciente de que para sobreviver precisa manter uma interação simbiótica com o ambiente em que existe, assume parte do atendimento das demandas sociais através da denominada Responsabilidade Social empresarial. Conforme Rico,

[...] o aumento da pobreza e a proliferação da violência urbana contaminam o dia a dia das elites obrigando-as a saírem de suas posições defensivas e a tomarem atitudes que modifiquem o cenário. O que ocorre é um chamamento ao cidadão, exigindo que entre perdas e ganhos, ele dirija o seu olhar para o futuro (1998, p. 32).

Dessa forma, antes de se discutir a responsabilidade social, é importante que se entenda o que significa o Terceiro Setor. Esse se constitui por organizações que não integram o aparelho governamental; que *não distribuem lucros* a acionistas ou investidores, nem *têm tal finalidade*; que se *autogerenciam* e gozam de alto grau de autonomia interna; e que envolvem *um nível significativo de participação voluntária* (GIFE, 1997, p.27).

As realidades brasileira e mundial estão mostrando [...] que o Estado é tão necessário quanto insuficiente; quer dizer, que o Estado, sozinho, não basta. É preciso que os entes e os processos empresariais sejam igualmente atualizados, reestruturados,



umentando sua eficiência para atingir um grau satisfatório de inserção competitiva na nova ordem mundial e para assumir um novo papel no processo de desenvolvimento, inclusive um papel social (PEREIRA; SOLA, 1999, p. 276).

Nas principais ações sociais do Terceiro Setor, ou em suas principais modalidades, pode-se encontrar: doações de pessoas físicas e jurídicas; investimentos em programas e projetos sociais; financiamento de campanhas sociais; parcerias com o governo, empresas privadas, comunidade, e entidades sem fins lucrativos; e participação em trabalhos voluntários. A modalidade de ação de investimentos em projetos e programas sociais é a que mais cresce no Brasil. Empresas nacionais e muitas corporações multinacionais estão criando institutos sociais para gerir suas próprias ações sociais (MELO NETO; FROES, 1999).

Atualmente, tem se falado sobre o novo modelo de atuação das organizações do Terceiro Setor. Este consiste em uma atuação conjunta envolvendo empresas, governo, Organizações Não Governamentais (ONGs) e sociedade civil, na qual há o predomínio de formas participativas de gestão. Nesse processo deve existir a participação de múltiplos atores no desenvolvimento de ações sociais, uma vez que o foco das ações é amplo – ações de combate à pobreza. Os projetos se dão com ênfase no nível local, existindo uma grande adesão de membros da comunidade como voluntários. Assim sendo, os três novos fatores definidores da dinâmica do Terceiro Setor são: parceria, descentralização e participação (MELO NETO; FROES, 1999).

Na compreensão dos institutos, fundações, associações empresariais que vêm buscando assumir uma gestão socialmente responsável nos negócios, a responsabilidade social empresarial é uma forma de conduzir as ações organizacionais pautada em valores éticos que visem a integrar todos os protagonistas de suas relações: clientes, fornecedores, e consumidores, comunidade local, governo (público externo) e direção, gerência e funcionários (público interno). Procura abarcar, no desenvolvimento de suas ações, todos aqueles que são diretamente ou não afetados por suas atividades, contribuindo para a construção de uma sociedade que promova a igualdade de oportunidades e a inclusão social. (RICO, 1998)

Pode-se datar o surgimento da responsabilidade social no Brasil nos anos 80. Nesse período, dava-se início à intensificação do processo tecnológico e da globalização, conforme já apresentado. A internacionalização da economia e a consequente abertura para um mercado global implementaram, de forma rigorosa, o novo modo de ser das relações econômicas. A partir desse momento, o capital empresarial não está mais vinculado a um Estado-Nação enquanto *locus* de aplicação do mesmo.

Diante dessa nova organização empresarial global, as organizações privadas possuem uma nova diretriz nos rumos da obtenção do lucro, pois simplesmente as vantagens oferecidas em relação a valores (preços) não estão sendo suficientes para a obtenção de um mercado consumidor. Por isso, cada vez mais a qualidade do produto está relacionada à relação da empresa com a sociedade. A empresa passa a ter a preocupação com a sustentabilidade social, o que, em parte, determina o comportamento dos consumidores.

A responsabilidade social das organizações surgiu num contexto no qual há uma crise mundial de confiança nas empresas. Assim, as organizações empresariais começaram a promover um discurso politicamente correto, pautado na ética,



implementando ações sociais que podem significar ganhos em condições de qualidade de vida e trabalho para a classe trabalhadora ou, simplesmente, podem se tornar um mero discurso de *marketing* empresarial desvinculado de uma prática socialmente responsável.

Uma das vantagens de se ter um projeto social bem-sucedido são seus reconhecimentos institucional, comunitário e social. Ou seja, se uma empresa investe capital em um projeto social que dá certo, isso significa acréscimo à construção de uma imagem positiva por meio de um investimento que contribuiu diretamente para a melhoria da vida comunitária. Se a vida da comunidade melhora, há impactos positivos para ela e também para a imagem da empresa que contribuiu para seu desenvolvimento.

Por isso, as empresas, adotando um comportamento socialmente responsável, são poderosos agentes de mudança ao assumirem parcerias com o Estado e a sociedade civil na construção de um mundo economicamente mais próspero e socialmente mais justo. As organizações empresariais têm como tendência financiar atividades, dando preferência àquelas relacionadas com os bens e serviços que produzem ou comercializam.

Ora, uma vez que as empresas se disponibilizam a contribuir na solução de problemas sociais, entendendo essa questão como um dever agregado às suas obrigações, nada mais lógico que as ações que desempenharem tenham relação com aquilo que vendem ou produzem. Vinculando as atividades sociais ao seu negócio, certamente a empresa terá retornos não somente em visibilidade, mas também em lucros. Importante lembrar que, na década de 80, as ações empresariais de responsabilidade social eram de caráter filantrópico.

A filantropia empresarial, ao investir na sociedade não está prestando favores ou doando benefícios. A nova ação social empresarial está procurando algum retorno, colaborar com o desenvolvimento social do país, demonstrando que a iniciativa privada deve ser consciente, ter uma responsabilidade social em relação aos problemas que atingem a sociedade como um todo. A empresa cidadã é aquela que, além de cumprir sua função econômica, trabalha para a melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade (RICO, 1998, p. 28).

Em meados dos anos 90 é que se dá a consolidação dos investimentos sociais empresariais. A preocupação com benemerência e ações pontuais, caracterizadas como filantropia, cede lugar a investimentos que possibilitem algum tipo de retorno na aplicação de recursos em programas sociais. Aliás, o empresariado investe usando seus próprios conhecimentos na administração dos seus negócios: gestão, planejamento estratégico, planejamento financeiro, estratégias de *marketing* e capacitação de recursos.

Sem criar estratégias sobre as várias dimensões do processo de avaliação, não é possível calcular os impactos de um programa social e mesmo saber se os seus objetivos foram atingidos. A partir desse momento,

A responsabilidade social não se expressa como uma ação emergencial e pontual das empresas de ajuda social, mas, sim, como uma perspectiva, em longo prazo, de tomada de consciência das



empresas no sentido de incorporarem em sua missão, em sua cultura e na mentalidade de seus dirigentes e colaboradores a busca do bem-estar da população, por perceberem que o próprio desenvolvimento da organização depende da sociedade à qual pertencem [...] (RICO, 2004, p. 75).

Portanto, o próprio quadro de exclusão social e a falência do Estado de Bem-Estar Social, conforme apresentado anteriormente, criam as condições para o advento do fenômeno *responsabilidade social empresarial*. Esse fenômeno já surge predestinado a ser uma das respostas para a grave problemática social. A retração do Estado, em virtude do neoliberalismo, abre lacunas nos setores públicos sociais, que passam a depender da iniciativa privada para o seu desenvolvimento.

[...] há um grande e crescente abismo entre a condição de indivíduos *de jure* e suas chances de se tornar indivíduos *de facto* – isto é, de ganhar controle sobre seus destinos e tomar as decisões que em verdade desejam. É desse abismo que emanam os eflúvios mais venenosos que contaminam as vidas dos indivíduos contemporâneos. Esse abismo não pode ser transposto apenas por esforços individuais: não pelos meios e recursos disponíveis dentro da política-vida autoadministrada. Transpor o abismo é tarefa da Política com P maiúsculo. Pode-se supor que o abismo em questão emergiu e cresceu precisamente por causa do esvaziamento do espaço público, [...] onde os problemas privados são traduzidos para a linguagem das questões públicas e soluções públicas para os problemas privados são buscadas, negociadas e acordadas (BAUMAN, 2001, p.48-49).

É justamente nesse cenário de economia globalizada, e de intensa mobilização social em nível mundial, que os empresários brasileiros começam a entender a importância de desenvolver planejamentos estratégicos que tenham como base valores éticos e considerem não somente a empresa, mas a sociedade na objetivação de resultados (ARAUJO, 2006).

Por isso, a responsabilidade social tem a ver com a consciência social e o dever cívico, refletindo a ação de uma empresa em prol da cidadania. Ações de responsabilidade social buscam estimular o desenvolvimento do cidadão e fomentar a cidadania individual e coletiva. Ainda, buscam contribuir para que a sociedade seja autossustentável, tendo condições de lidar e resolver seus conflitos e diferenças (MELO NETO, 2001).

Importante aqui salientar que o desenvolvimento sustentável está sendo considerado a partir de três grandes elementos: a sociedade – instituições sociais e seu papel; meio ambiente – recursos, ambiente físico e efeito das atividades humanas no mesmo; economia – considerando limites, potenciais e impacto na sociedade (UNESCO, 2005).

Assim, o desenvolvimento sustentável é um conceito dinâmico, que reconhece que a sociedade está em permanente transformação. Por isso, o desenvolvimento sustentável não busca manter o *status quo*, mas sim conhecer as tendências e as implicações das mudanças. As três áreas citadas – sociedade, meio ambiente



e economia – estão conectadas pela dimensão cultural¹⁹, uma característica do desenvolvimento sustentável que se deve ter sempre em mente (UNESCO, 2005).

Ashley (2002) complementa as afirmações sobre responsabilidade social, apontando que essa suscita uma série de interpretações. Para alguns, suscita a ideia de responsabilidade ou obrigação legal; para outros, é um dever fiduciário. Há os que a traduzem, de acordo com o avanço das discussões, como prática social, papel social e função social. Outros a veem associada ao comportamento eticamente responsável ou a uma contribuição caridosa.

Portanto, a responsabilidade social pode ser definida como aquele compromisso que uma organização deve ter para com a sociedade, expresso por meio de atos e atitudes que a afetem positivamente, de modo amplo, ou a alguma comunidade, de modo específico. A organização, nesse sentido, assume obrigações de caráter moral, além das estabelecidas em lei, mesmo que não diretamente vinculadas a suas atividades, mas que possam contribuir para o desenvolvimento sustentável dos povos (ASHLEY, 2002).

Responsabilidade social não é: fazer caridade e ações assistencialistas; pulverizar ações sociais; fazer doações descompromissadas; manifestar preocupação e interesse em contribuir com problemáticas sociais do entorno da empresa e manter um padrão de relação explorador e autoritário com seus trabalhadores; fazer ações sociais com foco no *marketing* (positivo) que tais ações possam desencadear; ter discurso e prática contraditórios e antagônicos entre si.

Pelo contrário, responsabilidade social é: enxergar além do seu negócio; assumir um compromisso individual ético; contribuir para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável, justa e harmoniosa; contribuir para o mundo dos negócios e para uma vida mais justa, digna e de qualidade; uma atitude e um compromisso permanentes, aliados a uma visão de transformação social da sociedade e à prática de um modelo de gestão social inovador.

Conforme Karkotli (2004, p. 46), “Uma atuação organizacional com responsabilidade social pressupõe a necessidade e a urgência de participação no desenvolvimento com sustentabilidade”. Melo Neto e Froes (1999, p. 84) complementam a colocação de Karkotli afirmando que os “recursos consumidos pela empresa constituem ‘patrimônio da humanidade’”. Como reparação à usurpação empresarial, fonte geradora do lucro da empresa, esta, em troca, deve contribuir para a solução dos problemas sociais. Por isso,

A empresa deve financiar projetos sociais porque é certo, justo e necessário assim proceder. [...] E não uma ação caridosa, típica dos capitalistas do início do século, que utilizavam filantropia como forma de expiação dos seus sentimentos de culpa por obterem lucros fáceis às custas da exploração do trabalho das pessoas e dos recursos naturais abundantes (MELO NETO; FROES, 1999, p. 84-85).

Para que as ações de responsabilidade social consigam se efetivar, é necessário que a empresa tenha claro quais são os públicos-alvos que ela deseja atingir ou

¹⁹ Cultura aqui entendida como os modos de ser, de se relacionar, de se comportar, de acreditar e de agir, que diferem de acordo com o contexto, a história e a tradição, no âmbito em que o ser humano vive (UNESCO, 2005, p. 39).



alcançar com suas atividades. Esses públicos ou populações são os chamados *stakeholders*. Existem dois tipos básicos de público: o público interno da empresa, definido por seus colaboradores e familiares de colaboradores; e o público externo, comunidade, governo e sociedade, fornecedores, consumidores, clientes e meio ambiente.

Conforme Ashley (2002), a responsabilidade social deve se direcionar para sete vetores diferentes: a sinergia com os parceiros; o retorno aos acionistas; as comunicações transparentes; o investimento no bem-estar dos funcionários e dependentes em um ambiente de trabalho agradável; a preservação do meio ambiente; o apoio ao desenvolvimento da comunidade na qual atua; e a satisfação de clientes e consumidores. Esses vetores direcionam o processo de gestão empresarial para o fortalecimento, justamente, da dimensão social da empresa, facilitando o investimento das empresas de forma socialmente responsável.

A mesma autora destaca que foi criado um modelo conceitual multidimensional para a responsabilidade social corporativa, denominado “Mandala da Empresa Socialmente Responsável” (ASHLEY, 2002). O foco a ser seguido depende de cada empresa, pois está diretamente relacionado ao perfil cultural do público, refletindo dessa forma na orientação quanto a sua responsabilidade social.

Esse modelo destaca três pontos principais: orientação, objetivo, visão. Na orientação para os acionistas, o objetivo será de maximização do lucro. A responsabilidade social é vista sob o aspecto econômico, só será feito o que aumenta os lucros, gerando valores para os acionistas. No que se refere à orientação para o Estado, nessa a responsabilidade social da empresa está no cumprimento de suas obrigações, cumprindo o que está previsto em lei.

Na orientação para a comunidade, a responsabilidade social é vista como um ato voluntário da direção, de forma involuntária ou estratégica. Tem um caráter assistencial, aumentando o valor agregado à imagem da empresa junto ao governo. Na orientação para os empregados, considera-se a responsabilidade social como forma de atrair e reter funcionários com qualificação, além de alcançar mercados com barreiras não tarifárias. Para a empresa é uma responsabilidade básica de gestão de recursos humanos, e prevê a adoção de padrões para servir de parâmetro para auditorias. A participação nos lucros por parte dos empregados é código de conduta.

Por fim, para fornecedores e compradores, a orientação faz com que a responsabilidade social percorra a empresa e se transponha para a cadeia de produção e de consumo. A base é o comércio ético, seja nacional ou internacional. Sendo assim, percebe-se que a mandala da empresa socialmente responsável permite uma avaliação comparativa de empresas ou de uma mesma empresa ao longo do tempo. É um modelo relacional da empresa demonstrando sua inserção na sociedade e no ambiente (ASHLEY, 2002).

Outro aspecto importante a ser retomada na discussão sobre a responsabilidade social refere-se aos *stakeholders* ou públicos-alvos das ações socialmente responsáveis. Esses dividem-se em público interno e público externo.

O público interno das ações de responsabilidade social são os funcionários, os dependentes dos funcionários e os empregados terceirizados. A gestão da responsabilidade social interna não se limita à gestão de benefícios e remuneração, pagamento de dividendos, assistência médico-social, odontológica e outras mais. É uma maneira organizada de poder contribuir para o bem-estar dos funcionários e de



seus familiares.

A gestão da responsabilidade social interna apresenta três dimensões principais: 1) dimensão diálogo e participação; 2) dimensão respeito ao indivíduo; 3) dimensão trabalho decente. A primeira dimensão refere-se às relações com os sindicatos – favorecimento da organização dos trabalhadores e busca do alinhamento dos interesses das partes; negociação com as entidades sindicais para atendimento de demandas coletivas; e à gestão participativa –, incentivando o envolvimento dos empregados/colaboradores na solução de problemas comuns, para atingir as metas estabelecidas em comum (ASHLEY, 2002).

A segunda dimensão, a do respeito ao indivíduo, incide basicamente sobre dois aspectos: compromisso com o futuro das crianças e valorização da diversidade. Isso significa dizer que a empresa não pode utilizar trabalho infantil na sua cadeia de produção. Apenas poderão ser incluídos adolescentes na condição de aprendiz, de 14 a 16 anos. No que diz respeito à valorização da diversidade, essa significa não permitir a existência de qualquer tipo de discriminação dentro da organização, devendo-se atentar especialmente aos grupos que sofrem discriminação social.

A terceira e última dimensão refere-se aos compromissos que a empresa deve assumir com seus funcionários, quais sejam: política de remuneração, benefícios e carreira – políticas que valorizem as competências potenciais dos funcionários e que invistam no seu desenvolvimento; cuidado com a saúde, segurança e condições de trabalho – conscientização da empresa em relação aos padrões nacionais e internacionais de relações e segurança no trabalho; compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade – investimento em capacitação e desenvolvimento profissional; comportamento frente às demissões – não devem ser usadas como único recurso de redução de custos e deve-se auxiliar na recolocação dos profissionais demitidos; e preparação para a aposentadoria – realização de projetos para preparação dos funcionários; criação de mecanismos de complementação previdenciária; estímulo para que o funcionário aposentado participe da vida da empresa.

Portanto, a gestão da responsabilidade social interna compreende a gestão: do trabalho, do ambiente de trabalho, da relevância social da vida no trabalho, dos direitos dos empregados e do crescimento e desenvolvimento pessoal dos empregados. A gestão do trabalho deve versar sobre a duração da jornada de trabalho; a distribuição da carga de trabalho; a criação de novas formas de organização do trabalho; desenho de cargos e postos de trabalho; os materiais e equipamentos; e o desenvolvimento de habilidades e capacidades.

A gestão do ambiente de trabalho precisa cuidar de todos os aspectos relacionados ao momento da produção, ou seja: melhoria no ambiente de trabalho, através do cuidado com o clima, a cultura, o meio ambiente físico, os aspectos ergonômicos e o estresse que pode estar envolvido no ambiente; integração dos funcionários entre si e com as chefias; relacionamento; e participação de todos nos processos decisórios da empresa.

Já a gestão da relevância social da vida no trabalho versa sobre a visão do empregado quanto à imagem e ao exercício da responsabilidade social da empresa, à qualidade de seus produtos e serviços e sua valorização e participação no trabalho, o que significa ter ou buscar ter um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

No que se refere à gestão dos direitos dos empregados, a empresa deve atentar



para as questões relacionadas à legislação trabalhista, tais como: direitos trabalhistas; preservação da privacidade pessoal dos empregados; e forma de expressão com liberdade dos empregados dentro da empresa em defesa de seus direitos. Por fim, a gestão do crescimento e desenvolvimento pessoal dos empregados envolve o seu crescimento pessoal; as suas perspectivas de carreira; e a questão da segurança de emprego.

Conforme apresentado anteriormente, a organização socialmente responsável também assume um compromisso com o público externo a ela. Esse público envolve comunidade (do entorno da organização), governo e sociedade, fornecedores, consumidores e clientes, meio ambiente.

A responsabilidade social externa compreende o desenvolvimento de ações sociais empresariais que beneficiem especialmente a comunidade. Pode ser desenvolvida através de doações, programas e projetos. Supõe parcerias com o governo, com as ONGs e com a sociedade civil, em diversos programas e projetos sociais e através dos programas de voluntariado dos quais participam seus empregados, fornecedores e demais parceiros.

Em relação ao trabalho desenvolvido com a comunidade, esse pressupõe o gerenciamento do impacto da empresa na comunidade do entorno, analisando os tipos de relação que a organização vai estabelecer com a comunidade; as relações cordiais com as organizações locais da comunidade; e, ainda, o financiamento da ação social a ser desenvolvida e o envolvimento da empresa com a ação social na comunidade.

Nas parcerias que a empresa empreender com o Governo, é importante sempre apresentar transparência política, quando das contribuições para campanhas de partidos políticos, entabulando práticas anticorrupção e propina. A empresa também pode se envolver com programas sociais oficiais do Governo, como é o caso do Programa Fome Zero do Governo Federal brasileiro.

Já nas relações estabelecidas com os fornecedores, é importante ter a preocupação com a seleção, a avaliação e o nível da parceria estabelecida. Critérios de avaliação e seleção dos fornecedores podem ser criados, no sentido de evitar trabalho infantil na cadeia produtiva e para ter boas relações com trabalhadores terceirizados, bem como apoiar o desenvolvimento dos fornecedores através do oferecimento de cursos de qualificação profissional.

Os consumidores e clientes também são públicos externos importantes à responsabilidade social de uma empresa. Para eles, a empresa precisa se preocupar em demonstrar a dimensão social do consumo. Isso significa desenvolver uma política de comunicação comercial a mais rápida e ágil possível, proporcionando excelência do atendimento. Da mesma forma, a empresa tem a obrigação de conhecer os danos potenciais dos produtos que oferece, informando-os aos consumidores dos seus serviços e dos seus produtos.

O último, mas não menos importante, público externo da organização é considerado como o meio ambiente. Nesse caso, as ações sociais se dão quando a empresa mostra-se responsável frente às gerações futuras, apresentando seu comprometimento com a causa ambiental e com a educação ambiental. Dessa forma, ela representa-se parceira e preocupada com o futuro do meio ambiente e, automaticamente, com o futuro da própria humanidade.

Ainda, é importante que a empresa atente para o gerenciamento do impacto



ambiental. Isso significa dizer que a empresa precisa cuidar do meio ambiente e do ciclo de vida dos produtos e dos serviços, procurando minimizar a entrada e saída de materiais naturais, incorporando um sistema de reaproveitamento da água, por exemplo.

Percebe-se, portanto, que o empresariado, historicamente avesso às questões sociais, por entender que faziam parte da responsabilidade do Estado, passa a abandonar suas práticas caritativas, pontuais, desviando seu interesse para ações de investimento, visando ao desenvolvimento social e ao estímulo à cidadania. A partir de então, os critérios utilizados pelas fundações empresariais, na escolha de projetos a serem investidos ou patrocinados, são baseados em três pressupostos:

a) *Atuação junto a uma problemática social apontada pela comunidade.* [...] destacam-se quatro áreas de atuação: educação, promoção social/desenvolvimento comunitário e cidadania, cultura e saúde. b) *Capacidade de multiplicação das ações do projeto e sua autossustentação financeira.* c) *Afinidade institucional.* As fundações empresariais buscam compatibilizar seus objetivos e sua própria missão com a área de atuação do projeto e seus objetivos específicos (RICO, 1998, p. 33-35).

Frente às questões apresentadas, pode-se concluir que as empresas socialmente responsáveis buscam soluções globais. Daí por que suas causas são socialmente globais, como o combate à fome, à pobreza e ao desemprego. O foco principal de suas ações será sempre a exclusão social, por isso se envolvem com estratégias de inclusão social. Algumas dessas estratégias podem ser encontradas nas áreas de educação, capacitação, concessão de créditos, empregabilidade e cooperativismo.

Todavia, sabe-se que as ações de responsabilidade social são partes de soluções dadas em escalas, e que estas ações empresariais fazem parte de uma parceria que envolve os três setores de atividade. O espaço onde se dão as ações, os programas e os projetos de responsabilidade social é a própria sociedade, com a finalidade de contribuir para que ela se torne autossustentável.



5 RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA: O CASO DA UNISC

PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO INSTITUCIONAL DA UNISC

No que se refere especificamente a universidades, um importante documento que contém informações relacionadas à responsabilidade social desse tipo de organização é o Projeto Político-Pedagógico Institucional (PPI). Esse projeto orienta o planejamento institucional, tendo em vista a proposta pedagógica com a qual se identifica – é a ferramenta utilizada para transformar propostas e ideias em ações efetivas.

Portanto, a importância do Projeto Político-Pedagógico Institucional é redobrada, na medida em que esse documento expressa, ou seria o momento de a universidade expressar, o movimento de ação-reflexão-ação. Isso porque parte da realidade vivida, reflexionada, pensada e analisada para a elaboração de um planejamento conciso e estruturado, que irá se refletir em novas ações e atividades. Esse processo de ação-reflexão-ação será refletido nos princípios, nas diretrizes e nas ações estabelecidas no projeto.

A finalidade do Projeto Político-Pedagógico pode ser entendida enquanto garantia de assegurar o compromisso social da universidade, reafirmando seu caráter coletivo das decisões tomadas. É necessário que esse processo tenha por base a avaliação fundamentada em aspectos quantitativos e qualitativos do desempenho institucional, sendo balizado por um espírito crítico.

O PPI da UNISC apresenta, em sua introdução, que

[...] há dois elementos específicos que são fundamentais: o 'comunitário' e o 'democrático'. O comunitário tem como premissa básica o fato de ser mantida por organizações da sociedade civil e por órgãos públicos da região, que são os seus legítimos donos [...]. O democrático expressa-se na forma de escolha de seus gestores [...], nas amplas oportunidades de participação dos diversos segmentos da comunidade acadêmica no processo decisório [...] associado à transparência dos atos administrativos (UNISC, 2008b, p.7).

Esses elementos introdutórios já indicam a direção que é dada ao Projeto da Universidade. Ao apresentar os termos comunitário e democrático, logo no início da redação da Introdução do PPI, a UNISC, imediatamente, se responsabiliza em ser uma universidade comprometida com a sociedade de seu entorno, representada pela chamada comunidade, bem como em desenvolver atividades de pesquisa, de ensino e de extensão que primem por participação e por transparência. De acordo com um dos entrevistados da pesquisa:

Sem projetos político-pedagógicos bem definidos, nós não temos qualidade no ensino, na pesquisa e na extensão. E, portanto, a



responsabilidade primeira da Universidade que é fazer bem o seu papel, cumprir a sua tarefa de universidade, não poderia ser satisfeito. Não há como pensar a responsabilidade social senão cumprindo em primeiríssimo lugar aquilo que se espera de nós: que a gente proporcione educação de bom nível, que as informações de sala de aula sejam consistentes, que os métodos de educação sejam respaldados pela comunidade acadêmica nacional e internacional, que a pesquisa e a extensão sejam feitas dentro dos padrões esperados. O PPI assegura que a gente faça bem aquilo que a sociedade espera que a gente faça bem; mas que também traga embutido princípios, valores, missão, visão da universidade, o compromisso comunitário. Ele tem que estar escrito e tem que estar perpassando toda a lógica institucional (ENTREVISTADO 3).

O mesmo entrevistado assim se expressa em relação ao PPI:

[...] Para os professores que chegam aqui, especialmente os que não têm regime de trabalho, que passam pouco tempo aqui, é difícil perceber o que significa uma universidade comunitária. E se os professores não têm claro isso, os seus estudantes também não terão. Os professores e os estudantes vão percebendo isso gradualmente, na medida em que permanecem aqui quatro, cinco, até seis anos. No final desse percurso, a maior parte deles [dos estudantes] já tem mais clareza do que significa liberdade acadêmica, não repressão ao movimento estudantil, participação em eleição direta para reitoria, etc., participação nos colegiados, ter uma ouvidoria à sua disposição. Então os estudantes vão percebendo esses diferenciais (ENTREVISTADO 3).

Entende-se que as iniciativas das universidades devem englobar uma análise das novas demandas sociais, no sentido de identificarem fatores que favoreçam mudanças pretendidas nos níveis social, político, econômico e cultural da sociedade, respeitando as expectativas e necessidades da sociedade em que estão inseridas. Nesse sentido, um dos entrevistados da pesquisa discorre que:

Está clara no PPI a responsabilidade da Instituição em relação ao meio onde está situada. Acho que tem muito forte a escuta ao pessoal de fora da UNISC. A assembleia comunitária é composta por cerca de 70 entidades e organizações da região onde a UNISC está inserida, que vai desde um sindicato até o Bispado. Então, a gente leva em consideração no PPI as necessidades que vêm dessas entidades. Nem sempre se consegue corresponder a tudo, mas temos o envolvimento de todas as áreas da UNISC para tentar atingir e responder a essas demandas. Temos claro que a UNISC só foi formada por necessidade da comunidade. O ganho institucional deve ser revertido em ganho social para o entorno da UNISC. O coletivo tem possibilidade de acertar muito mais do que o individual, e o eixo articulador de todas as áreas do PPI é no sentido de dar conta de



responder à comunidade, em suas demandas, a partir da produção de conhecimento (ENTREVISTADO 6).

É importante que os projetos político-pedagógicos universitários estejam sintonizados com a busca de mudanças e também com uma nova visão de mundo que se apresenta mais global e crítica, fomentando ações que oportunizem a formação de estudantes para o exercício da cidadania. Essa cidadania poderia ser entendida de forma ampla e congregadora dos diversos aspectos da vida em sociedade: político, social, ambiental, ideológico, valorativo e de atitudes.

Dentro dessa perspectiva, a UNISC pontua, ainda na introdução de seu PPI:

O novo momento exige uma verdadeira recriação da universidade. A exigência da sustentabilidade torna-se premente em todas as ações, requerendo a mudança da cultura institucional. Inovação e empreendedorismo passam a ser requisitos de sobrevivência. Os gestores estão colocados diante do desafio de combinar as exigências da qualidade acadêmica com as restrições impostas pela sustentabilidade (UNISC, 2008b, p.8).

Os termos inovação e empreendedorismo remetem a uma ampla discussão de definição de significados. Para fins dessa análise, será compreendida a inovação como decorrente de uma mudança tecnológica em um produto ou processo que se introduz em um determinado contexto. Essa inovação pode partir das demandas da sociedade para iniciar o processo, o que mais comumente acontece em universidades comunitárias (AUDY, 2006). O empreendedorismo, na mesma direção, refere-se à capacidade da universidade de

[...] gerar uma direção estratégica a seguir, formulando objetivos acadêmicos claros e transformando o conhecimento gerado na universidade em um valor econômico e social. Considera a universidade um ambiente propício à inovação, pela concentração de conhecimento e de capital intelectual, onde os estudantes são uma fonte de potencial empreendedor (AUDY, 2006, p.61).

Conforme relato de um dos entrevistados, a UNISC já está trilhando seu caminho nessa perspectiva:

Para a UNISC eu vejo sempre duas palavras: comunitária e qualidade. São duas palavras importantes, a nossa missão e a nossa visão são bem amplas, por isso eu destaco essas duas palavras. Então, nesse sentido, a formação de pessoas livres, e o que significa ser livre? É eu conseguir conviver com os outros, respeitando os limites de cada pessoa, mas tendo a liberdade, e para ter liberdade eu tenho que ter conhecimento. O contexto atual da pesquisa e da pós-graduação na UNISC está muito no início, mas muito ligado a essa questão da formação de indivíduos (ENTREVISTADO 4).



Na direção da formação, o mesmo entrevistado apresenta exemplos importantes de ações e iniciativas da UNISC que comprovam atividades inovadoras e empreendedoras:

O *stricto sensu*, todos os mestrados têm propostas extremamente inovadoras, começando pelo Desenvolvimento Regional, que é o pano de fundo, com quatorze anos, ainda assim muito jovem, e os outros programas vieram a partir de grupos de pesquisa. Sistemas e Processos Industriais é um exemplo de um mestrado que é extremamente inovador, a área de informática, da otimização de processos, com o desenvolvimento de indústrias, extremamente necessário para a nossa região, tendo em vista a questão da monocultura e a necessidade de diversificação de frentes econômicas; Tecnologia Ambiental, que é outro programa que para mim tem grande relação com a questão da responsabilidade social e ambiental; Educação; Letras; o Direito, que trabalha com políticas públicas e sociais. Então, todos eles, na minha opinião, estão bastante ligados e direcionados à nossa missão e à nossa visão. A gente tem essa preocupação quando discute e elabora todos os projetos. Todos os projetos estão ligados ao desenvolvimento das regiões. O conhecimento é produzido para que os estudantes possam contribuir com as suas regiões (ENTREVISTADO 4).

Ao que parece, tendo em vista os relatos dos entrevistados da pesquisa, é nessa direção que a Universidade está caminhando, tendo como norte seu PPI.

Dentro do Projeto está colocado o que é essencial para nossa universidade. Temos missão, visão, objetivos, compromissos, valores, e vários desses valores (cidadania, ética, solidariedade, compromisso comunitário, etc.) se referem a compromissos que nós temos de enfrentar, as questões de desigualdade visando à inclusão social. Nós procuramos, a partir desse projeto, sublinhar a importância que a universidade dá a essas práticas de solidariedade, de inclusão, que eu entendo que nosso Projeto reflete muito bem o compromisso que nós temos. Então, seja através dos valores, seja através das diferentes políticas (de graduação, de extensão, de pesquisa), estamos muito bem amparados com esse instrumento para seguir nesse caminho de se fazer uma política de inclusão e solidariedade. Acho que esse Projeto reflete bem a nossa prática, está bem de acordo com aquilo que nós estamos praticando (ENTREVISTADO 1).

Assim, uma forma de trabalhar em consonância com os interesses da comunidade é aumentando a legitimidade da UNISC com grupos e segmentos advindos das comunidades rurais e das periferias. Isso pode se dar na medida em que a Universidade intensificar suas ações, especialmente aquelas de extensão, com esses grupos citados. Por fim, é importante que haja maior aproximação com o setor produtivo da região, assim como cooperação com empresas e órgãos de fomento, de



forma a adequar a formação dos estudantes às exigências do mercado de trabalho, estimulando a inovação e o empreendedorismo, garantindo a atenção aos valores básicos que dão sustentação à Universidade (UNISC, 2008b).

Ainda no que se refere ao projeto político-pedagógico, esse “[...] pode ser inicialmente entendido como um processo de mudança e de antecipação do futuro que estabelece princípios, diretrizes e propostas de ação para melhor organizar, sistematizar e significar as atividades desenvolvidas [...]” (PADILHA, 2003, p.13). É a forma documentada que a universidade tem de planejar e organizar ações que projetam uma visão de futuro, um objetivo a alcançar, a médio e longo prazo.

Portanto, cada vez mais se procura integrar as várias modalidades do Ensino Superior, quais sejam: autonomia acadêmica, avaliação institucional e nova postura pedagógica, no privilégio não somente dos conteúdos universais, mas também das competências e habilidades necessárias para o aperfeiçoamento da formação cultural, técnica e científica do cidadão (LIMA, 2001).

[...] o Projeto Pedagógico, como instrumento de ação política, deve propiciar condições para que o cidadão, ao desenvolver suas atividades acadêmicas e profissionais, pautar-se na competência e na habilidade, na democracia, na cooperação, tendo a perspectiva da educação/formação, em contínuo processo, como estratégia essencial para o desempenho de suas atividades (LIMA, 2001, p. 12).

Veiga reafirma as colocações de Lima ao apresentar que o projeto político-pedagógico:

[...] busca um rumo, uma direção. É uma ação intencional, com um sentido explícito, com um compromisso definido coletivamente. [...] É político no sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade. [...] Na dimensão pedagógica reside a possibilidade da efetivação da intencionalidade [...] que é a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo (1998, p. 13).

Um dos entrevistados aponta para essa perspectiva de formação de cidadãos e de integralidade dessa formação, ao referir que:

[...] no momento que tu tens uma política de formação integral, para os estudantes da Graduação, por exemplo, que é uma política clara, de formação integral a partir de um conjunto de ações que levam a uma formação sólida, científica, ética, técnica e também cidadã. Então, nesse sentido, eu vejo a importância do PPI dar o norte e as práticas pedagógicas tendo que ser assumidas por todos (professores, estudantes, gestores e funcionários) para que alcancemos os objetivos (ENTREVISTADO 5).

Segundo Gandin e Gandin (2001, p.17), o projeto político-pedagógico é composto de três elementos básicos: “a indicação de um horizonte [...] que sirva de guia; um diagnóstico que julgue a prática [...]; e uma proposta de práticas concretas



decorrentes, para um tempo determinado”. Deve-se levar em consideração que o caráter do projeto político-pedagógico é processual, não definitivo.

Nesse sentido, a articulação entre ensino, pesquisa e extensão deve estar prevista no projeto político-pedagógico de uma universidade que se pretenda socialmente responsável, e além de estar prevista deve acontecer na realidade. A UNISC apresenta algumas iniciativas nesse sentido, de articulação e indissociabilidade entre os eixos destacados. De acordo com um dos entrevistados:

Nós fortalecemos a interdisciplinaridade, e isso é uma política da Casa. Está lá no nosso PPI a questão da interdisciplinaridade. E isso é importantíssimo para trabalhar com responsabilidade socioambiental, porque tu não vais conseguir, com uma especialidade, com o conhecimento de uma determinada área, entender os problemas. Problemas complexos requerem soluções igualmente complexas. E isso requer trabalhar com os olhares de várias áreas sobre um mesmo problema, por isso a gente prioriza muito a existência de grupos de pesquisa, se possível, interdisciplinares. Reduziu-se o número de grupos, mas com essa conotação: de agregarem áreas. E os grupos de pesquisa têm também essa conotação muito forte na questão da realidade da comunidade regional. Desde a Educação Física que tem um trabalho na área de qualidade de vida, que faz todo um levantamento de dados físicos, biológicos das pessoas, para fazer uma análise de crianças, da qualidade de vida dessas crianças, dando retorno dessa pesquisa. Se vai às escolas para dar esse retorno. Já tem desde o início do levantamento de dados a busca de estar em contato com a comunidade, trazer informações, transformar em conhecimento, e retornar para a comunidade (ENTREVISTADO 4).

Afinal, “[...] tão essencial quanto construir um projeto pedagógico próprio é cultivá-lo como fonte de inspiração criativa e crítica, não como depósito estático de ideias ou pretexto corporativista de autodefesa contra críticas e divergências” (BUSSMANN, 1998, p.39).

O item referente às pesquisas aplicadas também remete diretamente à necessidade de articulação permanente entre ensino, pesquisa e extensão; pois sem o conhecimento do real, muito abordado na extensão, a pesquisa pode tornar-se obsoleta e as aulas, de graduação e pós-graduação, não sintonizadas com as demandas atuais. Destaca-se também a importância das avaliações que têm função primeira de manter a qualidade das instituições universitárias e ampliar seus focos de ação para o bem social e seus principais interesses e demandas.

Destaca-se mais uma vez a importância da articulação e da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, tanto no que se refere ao planejamento da universidade, expresso através de seu PPI, quanto na execução das atividades propostas. Afinal, como já vem sendo dito, a articulação e a indissociabilidade entre os elementos do tripé universitário configuram a preocupação e o exercício da responsabilidade social de uma universidade.

O PPI da UNISC, em item destacado, apresenta os principais desafios e tendências da educação superior, justamente no sentido de se inspirar a qualificar cada vez mais os serviços que oferece e as atividades que desenvolve. Dentre esses



desafios e tendências estão (UNISC, 2008b, p.14-16).

- Os organismos estatais de fomento e apoio à pesquisa enfrentam-se, em todo o mundo, com limitações orçamentárias e com a exigência de visibilidade da sua utilidade para poder justificar a alocação de recursos.
- A associação entre universidades e empresas é vista como caminho natural para a busca de fundos. [essas parcerias, ao mesmo tempo em que são produtivas] trazem para as universidades novos problemas administrativos, novas questões éticas e mesmo de autodefinição e de revisão de princípios acadêmicos.
- A retração do mercado de trabalho em geral exige maior atenção para a qualidade da formação e conduz à redefinição do papel social das instituições universitárias.
- Uma crescente consciência de que se deve esperar mais do sistema de educação superior do que aquilo que o mercado demanda ou pode utilizar imediatamente.

Essa primeira parte de desafios e tendências apontadas no PPI da UNISC remete à reflexão acerca dos rumos da educação superior, já trabalhados nesta obra. Cabe ressaltar, todavia, aspectos centrais desses rumos: é interessante que a universidade considere que não está isolada, convivendo com uma série de outros atores que condicionam a formação oferecida, como é o caso das empresas e do próprio Terceiro Setor; é importante que a universidade se antecipe às demandas do mercado de trabalho, e ela é capaz de fazer isso por meio das pesquisas que são desenvolvidas em parceria com outros atores envolvidos na formação da mão de obra que advém das universidades. O PPI dá seguimento:

- A profissionalização é cada vez mais situada no interior de uma formação geral, na qual alguns conteúdos ganham mais relevância, com a aquisição de várias linguagens [...] de conhecimentos amplos em ciências e de aptidões cognitivas para a resolução de problemas.
- A prestação de serviços de educação superior tende a oferecer aos indivíduos o acesso à aprendizagem continuada.
- As universidades ver-se-ão cada vez mais solicitadas a oferecer formas de educação capazes de atender às necessidades de pequenos grupos e indivíduos, em cursos flexíveis e diferenciados [...].
- O surgimento de novos protagonistas na educação superior, quer como concorrentes, quer como complemento ou mesmo como parceiros das universidades tradicionais.
- A universidade assumirá um papel de liderança na renovação de todo o sistema educacional [...].
- O Ensino Superior, e em especial as universidades comunitárias, depende da sua ação junto à comunidade local e tem responsabilidade perante ela. [...] deve atender às demandas locais, mas que pode ampliar o seu espectro de atuação.
- Ao mesmo tempo em que desenvolve sua presença local, a universidade está permanentemente solicitada a consolidar sua



presença internacional, participando de vários tipos de redes e de formas de articulação entre instituições, professores e estudantes.

- O modelo organizacional do Ensino Superior passa de um sistema federado [...] para uma “indústria” do conhecimento, com uma estrutura organizacional flexível, operando em um mercado global altamente competitivo e cada vez mais desregulamentado [...] (UNISC, 2008b, p.14-16).

A educação superior se dá de forma cada vez mais generalizada em um primeiro momento, uma vez que atualmente se demandam profissionais qualificados em mais de uma área, ou pelo menos que tenham conhecimentos adquiridos em áreas para além de sua área de formação principal. Finalmente, as universidades vêm se dando conta de que é necessário que ofereçam oportunidades de formação continuada cada vez mais intensificadas, uma vez que o mundo atual demanda qualificação contínua e progressiva.

Ainda, é interessante que as universidades intensifiquem os intercâmbios entre elas e com outras organizações afins com a educação e a formação, como forma de ampliar os conhecimentos produzidos. Nesse sentido, esse item do PPI apresenta ainda como desafios e tendências que:

- O trabalho teórico, de mais longo prazo, tende a perder terreno para pesquisas aplicadas e úteis no curto prazo, para as quais o financiamento é mais abundante.
- Os novos mecanismos de financiamento e as novas sistemáticas de avaliação colocam em questão a liberdade da instituição universitária e impõem a necessidade de se estabelecer um delicado equilíbrio entre as demandas econômicas e sociais e as propriamente acadêmicas e científicas.
- A tendência de expansão das redes de cooperação interinstitucional tornará a excelência acadêmica mais acessível, através da formação de um sistema interligado de centros de pesquisa e de pós-graduação.
- As tendências apontam para a institucionalização de um amplo e diversificado sistema de educação superior, com uma legislação que determinará a avaliação periódica das instituições, de seus serviços e produtos para permitir o controle de sua qualidade e credibilidade (UNISC, 2008b, p.16).

Ainda, no que se refere a desafios, o PPI da UNISC deixa bem claro quais são os principais, impostos a essa universidade em específico; e dentre eles estão:

- Contribuir para o fortalecimento do modelo comunitário de universidade em âmbito regional e nacional.
- Garantir a sustentabilidade da universidade no contexto do acirramento da concorrência na educação superior.
- Ser ágil em proceder as adequações necessárias para enfrentar as dificuldades econômicas e a intensificação da concorrência.
- Distinguir-se no âmbito regional pela qualidade dos serviços prestados e pela prestação de novos serviços, próprios de uma



universidade complexa e qualificada.

- Aumentar a legitimidade social da Universidade no âmbito regional através de ações de inclusão social.
- Exercer um papel protagonista no desenvolvimento da região (UNISC, 2008b, p.23-24).

No mesmo PPI, mais adiante no texto, a Universidade demonstra de que forma procurará vencer esses desafios e se sintonizar com as tendências, baseada, especialmente, na articulação entre atividades de pesquisa, de ensino e de extensão. As atividades elencadas são claras e demonstram a preocupação da UNISC em operacionalizá-las de forma a garantir uma educação de qualidade a seus estudantes.

Dentre essas atividades²⁰, também vinculadas à responsabilidade social da Instituição, destacam-se: aperfeiçoamento dos sistemas informatizados necessários ao planejamento; consolidação do processo participativo, contínuo e sistemático de avaliação; oferta de benefícios, como plano médico/hospitalar, em prol da qualidade de vida de docentes e técnicos; gestão financeiro-orçamentária descentralizada e participativa; observância dos princípios de ergonomia e conforto ambiental; estrutura e infraestrutura de rede de comunicação de dados adequadas às normas de padronização internacionais; transformação do conhecimento tácito em conhecimento explícito; respeito aos valores e aos interesses de todos que participam e são afetados pelas atividades da Universidade; oportunidade à participação dos estudantes nas decisões da UNISC; estímulo à mobilidade acadêmica; incentivo e manutenção de relacionamento com os diversos públicos integrantes da Universidade (UNISC, 2008b).

Essas atividades destacadas reforçam a assertiva de que o projeto político-pedagógico deve ser construído não como se os membros da instituição estivessem diante de um marco teórico ou de uma lista de desejos para onde caminhar, mas sim diante de um processo de tomada de decisões tendo como referência a análise das práticas e atividades realizadas, visando à melhoria da Instituição (HERNÁNDEZ, 2003).

O processo de construção do projeto político-pedagógico deve ser coletivo. Professores, estudantes, técnicos administrativos e administradores precisam estar comprometidos com essa atividade. A construção coletiva do projeto de uma universidade não pode prescindir de reflexão sobre o trabalho e o fazer pedagógico. Por isso, a avaliação desse fazer pedagógico contribui para a geração de questões fundamentais para o projeto a ser construído. Sabe-se que essa construção coletiva é um processo bastante difícil, e muitas vezes até demorado, mas a UNISC se empenhou para que a construção de seu Projeto fosse o mais coletivo possível, conforme a fala de um dos entrevistados da pesquisa:

Temos que fazer um esforço de incluir os professores nas discussões que são feitas para elaboração dos Projetos. Fizemos um Seminário de Extensão nessa tentativa, de que todos os professores extensionistas

20 Atividades destacadas e retiradas dos itens de: política de planejamento; de avaliação institucional; de recursos humanos; de gestão administrativo-financeira; de infraestrutura; de tecnologia da informação; de gestão por processos; de responsabilidade social e ambiental; de apoio e incentivo aos estudantes; de cooperação internacional e interinstitucional; e política de comunicação e *marketing* (UNISC, 2008b).



discutissem conosco as propostas. Para que os professores de fato conheçam o PPI é necessário que se tenham momentos específicos (ENTREVISTADO 1).

Para a construção do projeto, é importante que os membros da Instituição primeiramente identifiquem os problemas postos em sua realidade. A partir dessa percepção, produzem uma proposta ideal de superação dos problemas apontados, separada em dois momentos: o dos resultados finais a serem alcançados – indicando o tipo de sociedade que se quer ajudar a construir – e o da intermediação – contribuição efetiva da Instituição para alcançar aqueles resultados (GANDIN; GANDIN, 2001).

Um dos entrevistados ilustra essas questões na medida em que comenta:

[...] o projeto é o maior, melhor e mais adequado instrumento para a gestão universitária. [...] é uma construção permanente, ele não se conclui, se reabre no minuto seguinte, temos que estar sempre nos olhando, para nossa efetiva ação, mas ele é um conjunto bem articulado, é sólido. Ele está muito relacionado com a responsabilidade social da UNISC. A UNISC está muito bem retratada no projeto, e o compromisso com a responsabilidade social está muito presente, em todas as áreas (ENTREVISTADO 2).

O passo seguinte da construção do PPI é a avaliação da prática e da realidade do entorno, descobrindo necessidades concretas a serem satisfeitas. Tendo essa avaliação, é possível que se proponha ações, comportamentos, normas e atitudes através das quais as necessidades identificadas poderão, concretamente, ser resolvidas, tornando a realidade da Instituição o mais próxima possível do horizonte que lhe serve de marco para a prática (GANDIN; GANDIN, 2001).

Lima (2001, p.14) complementa essa assertiva, ao afirmar que:

O Projeto Pedagógico pode ser entendido como um instrumento de balizamento para o fazer universitário, concebido coletivamente no âmbito da Instituição [...]. Ao constituir-se, o projeto pedagógico deve ensejar a construção da intencionalidade para o desempenho do papel social da IES [...]. Com base na análise crítica do momento vivido, deve-se configurar a visão pretendida, efetivando as ações, refletindo sobre elas, avaliando-as e incorporando novos desafios.

O PPI da UNISC indica de que forma a Universidade pretende trabalhar para vencer esses desafios, apresentando que é necessário trabalhar em parceria com outras universidades comunitárias no sentido de mostrar para o Estado a importância desse tipo de instituição, desafiando o Governo para que apresente medidas mais concretas de apoio às universidades comunitárias. Ainda, refere que a alternativa para a sustentabilidade passa por aumentar a receita e reduzir custos, combinando iniciativas (exitosas) de cursos em locais novos, iniciativas inovadoras nas áreas de pesquisa e de extensão, bem como implantação da modalidade de Educação a Distância (EaD).

Essas ações reduziriam os custos, possibilitando a diminuição dos preços das mensalidades e a estabilização da UNISC no mercado educacional, com a manutenção



de sua qualidade. Além disso, é reafirmado no PPI o compromisso da Universidade em intensificar ações que articulem ensino, pesquisa e extensão, entendendo que é somente dessa maneira que a Universidade tem condições de crescer e de se desenvolver, qualificando a educação por ela oferecida.

É necessário saber conciliar, segundo o PPI da UNISC, a democracia com a agilidade, com o intuito de fazer frente à concorrência que vem se estabelecendo mais fortemente a partir dos anos 2000, com faculdades isoladas na região e com cursos em EaD. A Universidade também deve ofertar novos serviços à comunidade, aproveitando a sua capacidade já existente, que é demonstrada desde a qualificação dos docentes até as instalações físicas de qualidade. As ações mencionadas são balizadas, no PPI da UNISC, por valores, quais sejam: ética, humanismo, democracia, cidadania, participação, compromisso comunitário, solidariedade, qualidade, criatividade, criticidade e autonomia (UNISC, 2008b, p.27-29), estando assim especificadas:

Ética é assumida como compromisso de vivenciar a missão, os valores e os compromissos da UNISC, com o intuito de colocar a Universidade a serviço da coletividade.

Humanismo significa a busca pelo desenvolvimento integral das potencialidades humanas, o respeito pelas pessoas e por suas diferenças e o compromisso com a efetivação dos direitos humanos. Esse valor ainda relaciona-se com o desenvolvimento da capacidade de viver (bem) em sociedade e de transformar o meio social, construindo um ambiente de paz, solidariedade e justiça social.

Democracia é o valor que está associado à participação nas decisões, à descentralização e à transparência administrativa, dentre outras questões. Por isso, envolve o compromisso com os rumos gerais da sociedade, respeitando as instâncias do Estado e da sociedade civil organizada. A cidadania é entendida como complementar à democracia, e aquela tem tanta relevância quanto a competência técnica nas atividades educativas. A participação, da mesma forma, deve ser estimulada cotidianamente, de todos os segmentos da comunidade acadêmica nas decisões institucionais.

Compromisso comunitário envolve as noções de identidade regional, de responsabilidade coletiva com o desenvolvimento, de cooperação e de participação.

Solidariedade, por sua vez, envolve o compromisso de lutar pela justiça social, e isso inclui estimular práticas de solidariedade e apoiar o esforço de inclusão dos setores sociais excluídos através da educação e do acesso ao conhecimento.

No que se refere ao valor **qualidade**, essa abarca a competência técnica, e as dimensões racional, ético-política e psicoafetiva. A qualidade da educação implica formação de profissionais competentes e inovadores, cidadãos participativos e indivíduos equilibrados.

Criatividade, nas atividades acadêmicas, diz respeito à capacidade de encontrar soluções inovadoras nos diversos campos do conhecimento.

Em relação à **criticidade**, o PPI da UNISC pontua que esse valor é um dos elementos centrais da atividade educativa e do perfil dos seus colaboradores, caracterizando-se como um dos pressupostos da inovação e do próprio valor de criatividade.

Autonomia está relacionada com as atividades de ensino-pesquisa-extensão, tendo sua base na missão e na visão da Universidade e devendo estar de acordo



com o que a legislação estabelece para as universidades.

Outro aspecto importante a ser considerado em relação ao processo de construção do projeto político-pedagógico de uma universidade, mencionado anteriormente e agora evidenciado, é a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão. Para que essa articulação seja evidenciada no projeto, é necessário que haja o envolvimento dos atores universitários e também o apoio da estrutura institucional, como facilitadora da integração desses eixos, no sentido de garantir a execução do projeto.

No item das “Políticas de Graduação”, o PPI da UNISC apresenta, no que se refere ao tripé, que:

A articulação Ensino, Pesquisa e Extensão é destacada como alicerce da formação universitária. Pesquisa e extensão devem retroalimentar-se de modo que as experiências/vivências da extensão sejam registradas e utilizadas em pesquisas na Instituição e também que o entrelaçamento de saberes e fazeres da pesquisa e extensão faça parte da construção do conhecimento em sala de aula (UNISC, 2008b, p.41).

Em relação às “Políticas de Pesquisa e de Pós-Graduação”, a articulação ensino-pesquisa-extensão é destacada em dois momentos. Em um primeiro, no que se refere à pesquisa como elemento constituinte do processo de ensino e aprendizagem, pois

[...] entende-se que a valorização da pesquisa, em sua íntima relação com a dimensão ensino, deva ser estimulada por pelo menos duas ordens de razões. Uma primeira se refere à contribuição da pesquisa na orientação dos níveis básicos de iniciação científica [...]. O espaço acadêmico, através da realização dos trabalhos de pesquisa, dos trabalhos de conclusão de curso e das práticas de estágio, representa um lugar privilegiado para a elaboração teórica e para o aprendizado metodológico dos estudantes. [...] Uma segunda razão diz respeito à importância do papel da pesquisa para a qualificação do processo de socialização do conhecimento através do ensino [com o envolvimento dos docentes em atividades de pesquisa] (UNISC, 2008b, p.54-55).

O segundo momento em que a articulação do tripé aparece relacionada às políticas de pesquisa e pós-graduação consta do item da interação entre pesquisa e extensão na busca de indicadores para inserção social. Esse item refere que através das atividades circunstanciais e dos projetos de extensão é que a produção científica e tecnológica pode melhor alcançar a sociedade, contribuindo na resolução das demandas sociais, ambientais e econômicas, juntamente com as atividades extensionistas.

Finalmente, no item “Política de Extensão”, a valorização e a importância de articular ensino, pesquisa e extensão é afirmada diversas vezes. Inicialmente, essa valorização é apontada em três das prioridades das diretrizes da extensão:

Apoio aos projetos articulados à pesquisa (e/ou linhas de pesquisa) e ao ensino, tanto no que se refere à graduação quanto à pós-



graduação. [...] Possibilidade de utilização de disciplinas de cursos de graduação e pós-graduação como educação continuada presencial e à distância, através da extensão, promovendo a ampliação do número de vagas para a comunidade. [...] Estímulo à implantação e ao aprimoramento: [...] de projetos de integração com os estágios dos cursos de graduação, na busca da relação teórico-prática e do atendimento das necessidades da comunidade (UNISC, 2008b, p.65).

Ainda na “Política de Extensão”, a articulação ensino-pesquisa-extensão é destacada quando essa política apresenta a extensão como elemento constituinte no processo de ensino e aprendizagem, problematizando que se o compromisso da UNISC é formar cidadãos capazes de transformar a realidade em que vivem, a extensão universitária se coloca como a oportunidade de aproximar o estudante da realidade social e como a possibilidade desse estudante de ampliar suas experiências na busca de uma formação mais integrada e socialmente mais útil.

Como penúltimo item, essa política apresenta a interação da extensão com a pesquisa, pois “[...] através das atividades circunstanciais e dos projetos de extensão, a produção científica e tecnológica e a elaboração de propostas de intervenção social podem melhor alcançar a sociedade, contribuindo de modo mais efetivo para a difusão na sociedade do conhecimento gerado pela Universidade” (UNISC, 2008b, p.67-68).

Percebe-se, a partir do destaque das principais atividades de pesquisa, de ensino e de extensão que a UNISC está organizada de forma a buscar maior articulação e relação entre os elementos destacados. Entende-se que essa articulação não é uma tarefa fácil, pois aciona diferentes espaços da Universidade, bem como diferentes atores. Da mesma forma, a relação que deverá ser estabelecida também é desafiadora, pois antes de as áreas se relacionarem, é imprescindível que as pessoas estabeleçam um bom fluxo de comunicação e de inter-relação.

Por isso, mais uma vez se afirma que o projeto político-pedagógico “[...] não é um documento que reflete desejos e grandes palavras. Ele se torna um ‘lugar’ da memória de uma realidade que é construída dia a dia”. Ainda, é o “[...] ‘lugar’ no qual se pensa no caminho que está sendo feito a partir da reflexão indagadora do conhecimento que é gerado na prática” (HERNÁNDEZ, 2003, p.11).

Essas questões remetem, igualmente, aos compromissos assumidos pelas universidades, que têm relação direta com os valores institucionais, e a UNISC tem esses compromissos bastante definidos em seu PPI: compromisso com a qualidade universitária; compromisso com a democracia; compromisso com a responsabilidade social e ambiental; compromisso com a comunidade local e regional (UNISC, 2008b, p.30).

Isso significa dizer que a UNISC transcende, ao menos na projeção, em seu PPI, a responsabilidade de formação acadêmica, indo na tendência do Ensino Superior em nível mundial. Não basta apenas formar, atualmente, bons técnicos, bons profissionais. A universidade do século XXI é demandada a mais; é demandada a formar cidadãos, a formar pessoas, não apenas técnicos. Ainda, conforme já explicitado neste trabalho, é demandada a produzir um conhecimento que seja socialmente relevante, ou estará fadada ao insucesso e à derrocada.

Percebe-se, portanto, a partir dos elementos pontuados, que a UNISC vem



desenvolvendo estratégias que viabilizam atividades inovadoras, empreendedoras, de forma a corresponder às demandas sociais que emergem da comunidade de seu entorno. Essas atividades, balizadas pela articulação e indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, têm condições de contribuir para a solução de problemas e obstáculos que são impostos à região de abrangência da Universidade. E mais, essas ações geram a expectativa de que a UNISC buscará, por meio de diferentes ações organizadas, alcançar a sustentabilidade interna e externa.

BALANÇOS SOCIAIS DA UNISC: 2000-2007

O balanço social é um documento que serve para que a organização preste contas à sociedade acerca das atividades e dos projetos que, anualmente, desenvolveu em prol de seus públicos-alvos. Para Kroetz (2000, p. 78), “a expressão utilizada deveria ser *relatório de informação social*, que é mais preciso, mas apresenta o inconveniente de não ter suficiente repercussão”.

Isso significa dizer que o termo balanço remete a um equilíbrio, uma média, e não é exatamente a isso que os balanços sociais se referem. Porém, o termo relatório não está tão difundido como o termo balanço social. Algumas organizações elaboram, atualmente, verdadeiros relatórios sociais e ambientais, e o balanço social vem ao final desse relatório, como uma espécie de anexo.

Assim, o balanço social geralmente vem descrito ao final de um documento que usualmente é chamado de Relatório Social. Esse relatório representa a descrição qualitativa dos números e porcentagens que são apresentados no balanço social. Os elementos do relatório, por serem qualitativos, permitem que a organização redija o texto dando prioridade para a descrição e destaque de algumas atividades e/ou ações que considerou mais importantes no ano ao qual se referem o relatório e o balanço. Ainda, no relatório geralmente são colocadas fotos dessas ações, de forma a dar ao leitor a oportunidade de visualizar parte das atividades que são destacadas.

Pode-se dizer, portanto, que o balanço social é o instrumento de avaliação do desempenho da empresa no campo da cidadania empresarial, pois demonstra todas as ações sociais desenvolvidas pela empresa naquele período. Funciona como um instrumento de gestão, pois busca conhecer, diagnosticar e avaliar a organização.

Conforme um dos entrevistados da pesquisa, em relação à importância dos relatórios e dos balanços sociais, esses documentos apresentam uma série de aspectos relevantes a serem considerados:

Um aspecto é o de ajudar os próprios gestores a ter uma noção do que é o conjunto da Instituição. A gente mesmo consegue atualizar as informações, há sempre novos elementos a serem considerados. Um segundo aspecto é que nos relatórios aparecem as fragilidades. É a maneira de saber quais são as limitações e as dificuldades, podendo se pensar nas tarefas que se tem para um futuro próximo. O relatório se constitui, portanto, em um desencadeador de tarefas, estimula o planejamento da instituição, com base no que ela faz e no que ela ainda não faz. Me parece que, externamente, também há esse duplo viés. Alguém da comunidade externa que lê o relatório percebe o



que a Universidade é e o que ela ainda precisa ser. Os relatórios são escritos de maneira a evidenciar as conquistas. Trazem os limites, mas evidenciam as conquistas. Não chega a ser um instrumento de propaganda, mas é uma publicação que tem o propósito de destacar aquilo que se alcançou. Os limites não são escondidos, mas o relatório destaca as conquistas, certamente. O relatório também é uma forma de demonstrar que a filantropia que a Instituição tem, tem correspondência real em múltiplos fatos que mostram que há um retorno (ENTREVISTADO 3).

Tinoco (2001) define o balanço social como um instrumento de gestão e de informação que visa reportar, da forma mais transparente possível, em relação ao cunho econômico e social, o que aconteceu numa entidade, aos mais diferenciados usuários, desde seus acionistas, passando pelos funcionários, clientes e meio ambiente, o que vem reforçar as colocações do entrevistado.

No que se refere à origem do balanço social, diversos autores atribuem à Alemanha essa iniciativa, na década de 20.

O forte movimento trabalhista, decorrente de filosofias específicas, empreendido na Europa, naquela ocasião, parece ter sido o responsável por esse aparecimento. As massas operárias, organizadas, passavam a exercer pressão sobre o poder político, exigindo que se aumentasse a responsabilidade social do Estado e do poder econômico. Isto trouxe, por decorrência, a ampliação das exigências de controles sobre as organizações. Porém, as questões sociais decorrentes das atividades das empresas passaram a ter relevância no mundo inteiro a partir da metade do século passado (DEBASTIANI; BITARELLO, 2005, p. 34-35).

Porém, a primeira lei sobre a publicação do balanço social vem da França, na década de 80. Conforme essa lei, o balanço social recapitula num documento único os principais dados quantitativos, permitindo apreciar a situação da empresa no domínio social, comportando informações sobre o emprego, as remunerações e os encargos, as condições de trabalho, a formação, as relações profissionais e suas famílias na medida em que estas condições dependem da empresa. Ou seja, apresenta dados quantitativos sobre as relações que a organização empreendeu com todos os seus públicos-alvos.

Nos Estados Unidos, o balanço social surgiu no período da Guerra do Vietnã (1958-1975), a partir da “influência marcante das igrejas, das fundações, das organizações caritativas, das associações de antigos combatentes de guerra da Coreia e do Vietnã, e de profissionais formadores de opinião” (DEBASTIANI; BITARELLO, 2005, p. 35).

No Brasil, a publicação do balanço social está vinculada ao Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), na década de 90, período em que esse Instituto era presidido por Herbert de Souza. Esse modelo de balanço social tem inspiração norte-americana e, atualmente, a maioria das organizações brasileiras se utiliza dele.



Segundo o IBASE, balanço social é:

[...] um demonstrativo publicado anualmente pela empresa reunindo um conjunto de informações sobre os projetos, benefícios e ações sociais dirigidas aos empregados, investidores, analistas de mercado, acionistas e à comunidade. É também um instrumento estratégico para avaliar e multiplicar o exercício da responsabilidade social corporativa (IBASE, 2007, s.p.).

Somente a partir desse período é que os empresários começaram a levar essa publicação a sério e a divulgar, junto a suas demonstrações contábeis, os relatórios sociais das atividades desenvolvidas junto a seus funcionários, comunidade do entorno e meio ambiente. O Brasil defende uma abordagem mais abrangente de balanço social, com o foco no apoio da empresa ao desenvolvimento da comunidade onde atua, na geração de emprego e renda, na preservação do meio ambiente, no investimento em tecnologia, bem como no apoio ao desenvolvimento tecnológico (ambiente social externo). Essa corrente também foca os aspectos do ambiente social interno, como o bem-estar dos empregados, a capacitação, a participação, a saúde, a assistência social, a segurança no trabalho, entre outros aspectos (MELO NETO; FROES, 1999).

Conforme Carvalho (s.d.), a elaboração do balanço social se dá a partir de quatro fases principais, quais sejam:

- a) *fase política* – momento no qual dá-se a tomada de consciência por parte do corpo diretivo da entidade; tomada de consciência da responsabilidade social da entidade. É a fase de “venda” da proposta para o quadro funcional;
- b) *fase operacional* – esta fase busca implantar, de forma operacional, a demonstração do balanço social: a coleta, o tratamento e a geração de informações;
- c) *fase de gestão* – neste momento o balanço social passa de simples instrumento de informação para instrumento de apoio à gestão, transformando-se em subsídio para o planejamento estratégico;
- d) *fase de avaliação* – nesta última fase são avaliados os procedimentos utilizados na preparação e comunicação das informações. É considerada a fase de retroalimentação do sistema, pois reavalia todos os procedimentos, informações, implementações e resultados, oriundos da análise do balanço social.

Kroetz (2000, p. 79-80) elenca alguns objetivos para a elaboração do balanço social. Dentre esses estão:

- a) revelar, conjuntamente com as demais demonstrações contábeis, a solidez da estratégia de sobrevivência e crescimento da entidade;
- b) evidenciar, com indicadores, as contribuições à qualidade de vida da população;
- c) abranger o universo das interações sociais entre: clientes, fornecedores,



- associações, governo, acionistas;
- d) apresentar os investimentos no desenvolvimento de pesquisas e tecnologias;
 - e) formar um banco de dados confiável para análise e tomada de decisão;
 - f) ampliar o grau de confiança da sociedade na entidade;
 - g) contribuir para a implementação e manutenção de processos de qualidade;
 - h) medir os impactos das informações apresentadas no balanço social nos diversos segmentos envolvidos;
 - i) verificar a participação do quadro funcional no processo de gestão;
 - j) servir de instrumento para negociações laborais entre a direção da entidade e sindicatos;
 - k) melhorar o sistema de controle interno, permitindo qualificar o ambiente organizacional;
 - l) clarificar os objetivos e as políticas administrativas, através do resultado econômico e social da administração.

Melo Neto e Froes (1999) complementam as colocações de Kroetz, afirmando que os principais elementos da lógica do balanço social são: elementos propulsores do desempenho da empresa: elenco de ações sociais; elementos de mensuração dos resultados: indicadores laborais e sociais; elementos de avaliação do desempenho social da empresa: o total das despesas com a folha de pagamento, impostos e financiamento de projetos ambientais e sociais.

De acordo com outro entrevistado da pesquisa,

Os relatórios sociais são sínteses e são um reflexo do passado. São importantíssimos por vários aspectos. Um, porque são um registro, não está havendo perda histórica. Segundo, ano após ano, na medida em que se tem um tanto de dados, podemos comparar como éramos, como estamos, e daí projetar melhorias para que possamos ficar melhor. Terceiro, os relatórios podem ser utilizados para comparações entre diferentes instituições, externamente. E o quarto fator é um relatório, é um diagnóstico que gera informações para a elaboração de planos e projetos para a qualificação futura das atividades. O quinto é a comparação em relação a parâmetros ideais, em relação a vários indicadores que os relatórios apresentam. Então é uma série de fatores que me levam a dizer que os relatórios são importantes para a gestão, pois são um instrumento de diagnóstico (ENTREVISTADO 2).

Ao mesmo tempo em que tem uma série de pontos positivos, o balanço social também apresenta alguns limites. Dentre esses, pode-se destacar a questão da *privacidade*, uma vez que a demonstração do balanço social não deve atentar contra direitos, pois todas as informações devem ter o consentimento das partes interessadas, a não ser em caso de exigência da legislação. Outra limitação refere-se ao *sigilo*, pois o balanço social não pode apresentar informações que são de caráter essencial para a organização. Outro elemento limitador está relacionado à



questão da *subjetividade*, pois é vedada a publicação de informações subjetivas ou de elementos de caráter especulativo (KROETZ, 2000).

A *uniformidade ou consistência* também se apresenta como limite, uma vez que a entidade deverá optar pela maneira mais fácil e compreensível, evitando erros de interpretação, transformando o balanço social em instrumento qualitativo. A uniformidade também é importante para as comparações entre um balanço e outro. A *utilidade* do balanço social também é outro elemento que se apresenta.

Um dos entrevistados da pesquisa, inclusive, reflete sobre essa questão quando pensa na utilidade do relatório social para fortalecer laços com a comunidade do entorno da UNISC:

No fundo, não sei se algum segmento da comunidade vai alterar a sua relação conosco por conta da leitura do relatório, porque ele é mais uma sistematização e apresentação de resultados. Os vínculos da Universidade com os diversos atores eles independem do relatório, pois a universidade nasceu da comunidade, e não creio que se nós não fizéssemos o relatório esses vínculos seriam alterados. Por si só, não creio que o relatório tenha relevância para estabelecer relações, entendo que ele somente reforça as relações externas (ENTREVISTADO 3).

A quantidade de informações não é relevante, mas sim sua qualidade, devendo a organização identificar um ponto de equilíbrio entre a quantidade e a qualidade das informações publicizadas. Por fim, o último elemento limitador do balanço social refere-se à *economicidade*. A preparação do balanço social deve abranger informações relevantes, porém de forma econômica (KROETZ, 2000).

De acordo um dos entrevistados da pesquisa,

Nossos relatórios [da UNISC] têm evoluído com o tempo, em minha opinião. Com o tempo eles foram sendo mais sintéticos, mais diretos, mas não deixando de fora a essência. Eles mostram o que é importante para a Universidade. No momento em que tu registras em um papel, tu dás importância para as coisas feitas. Tu crias um perfil, e em minha opinião é importante o desenvolvimento da educação para a responsabilidade social e ambiental. Penso que a Universidade dá sua contribuição nesse sentido. O de 2007 está bem sintético, o que é bom também. A cada ano temos colocado projetos diferenciados, o que é importante também. Não dá para colocar tudo, então se priorizam alguns projetos a cada ano (ENTREVISTADO 4).

Em relação à questão qualidade x quantidade, um dos entrevistados faz uma reflexão interessante, quando afirma que: “[...] às vezes uma ação ou uma atividade não é importante pela quantidade, mas muito pela qualidade que uma determinada ação tem na vida das pessoas, que causa transformação na vida das pessoas, mesmo que sejam poucas. Isso é a parte qualitativa dos relatórios” (ENTREVISTADO 5).

A seguir, será apresentado um quadro referente aos anos de 2000 a 2007, a



partir do qual se procurará descrever resumidamente os relatórios e os balanços²¹ sociais da universidade ora investigada, no sentido de poder identificar os principais elementos que se referem à responsabilidade social interna e externa.

Foram elencadas algumas dimensões para estudo e análise dos balanços e relatórios sociais, quais sejam: acadêmica; social; saúde; institucional; ambiental; cultural. Essas dimensões foram criadas para facilitar a compreensão da análise e também como forma de melhor apresentar os dados coletados.

Quadro 1 – Resumo dos Relatórios e Balanços Sociais da UNISC – 2000 a 2007.

ANO 2000	UNISC
DIMENSÃO ACADÊMICA	Estudantes: Com bolsa integral: 6.800 estudantes Com bolsa monitoria: 127 estudantes Com bolsa trabalho: 153 estudantes
DIMENSÃO SOCIAL	Serviços da UNISC para a comunidade: Gabinete de Assistência Jurídica – 6.452 atendimentos. Atividades físicas e de lazer para a terceira idade (público externo) PROJETOS DE EXTENSÃO VARIADOS NA ÁREA DO ESPORTE.
DIMENSÃO SAÚDE	Programa Infância e Juventude, em parceria com o Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Santa Cruz do Sul (drogadição; acompanhamento de recém-nascidos) Programa de controle médico de saúde ocupacional (público interno) Serviços prestados nas áreas de Psicologia; Odontologia; Enfermagem
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	Público Interno da UNISC: Bolsas de afastamento para 55 docentes; bolsas-dissídio para 229 colaboradores Número total de docentes: 580 (190 mestres).
DIMENSÃO AMBIENTAL	Núcleo de pesquisa e extensão em gerenciamento de recursos hídricos (NRH); Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo (PMT/VRP); Programa de desenvolvimento rural sustentável – 300 beneficiados
DIMENSÃO CULTURAL	Principais projetos: Programa Uniarte; Cultura na Universidade; Espaço Aberto e Cinevídeo Universitário
ANO 2001	UNISC
DIMENSÃO ACADÊMICA	Estudantes: Com bolsa integral: 8.800 estudantes (entre regime regular e de férias) Com bolsa de pesquisa e de iniciação científica: 102 Com bolsa de extensão: 59
DIMENSÃO SOCIAL	Programa de Educação Popular; Programa Universidade-Empresa; Programa Infância e Juventude, em parceria com o Juizado da Infância e Juventude da Comarca de Santa Cruz do sul (drogadição; acompanhamento de recém-nascidos); Serviços da UNISC para a comunidade: Gabinete de Assistência Judiciária – 9.399 atendimentos. Projeto ASAS.
DIMENSÃO SAÚDE	Projeto Pediatria – ações educativas e assistenciais na área materno infantil (Venâncio Aires); Projeto Piracema; Serviço Integrado de Saúde (SIS) – 22.447 atendimentos

Continua...

21 O processo de elaboração dos relatórios sociais da APESC/UNISC é coordenado pela Pró-Reitoria de Administração, e os balanços sociais são produzidos tendo como base o modelo do IBASE.



Continuação...

DIMENSÃO INSTITUCIONAL	Número total de docentes: 539 (318 mestres); Público interno – benefícios: SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho e CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.
DIMENSÃO AMBIENTAL	Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo (PMT/VRP); Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável – 1.500 beneficiados; Prorenda Rural – promoção do desenvolvimento local.
DIMENSÃO CULTURAL	Programa Uniarte; Editora da UNISC – EDUNISC.
ANO 2002*	UNISC
DIMENSÃO ACADÊMICA	Total de estudantes: 10.880; Com bolsa parcial: 9.223; Com bolsa de pesquisa e de iniciação científica: 104; Com bolsa de extensão: 54
DIMENSÃO SOCIAL	Serviços da UNISC para a comunidade: Gabinete de Assistência Judiciária – 10.177 atendimentos.
DIMENSÃO SAÚDE	Beneficiados em programas e projetos de extensão: mais de 20.000 pessoas
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	Número total de docentes: 583 (372 mestres)
DIMENSÃO AMBIENTAL	Projetos vinculados ao meio ambiente: mais de 50 pessoas beneficiadas
DIMENSÃO CULTURAL	Projetos de Arte e Cultura – mais de 100.000 pessoas beneficiadas
ANO 2003	UNISC
DIMENSÃO ACADÊMICA	Total de estudantes: 11.923 Com bolsa integral: 0 Com bolsa parcial: 11.588 Com bolsa de pesquisa e de iniciação científica: 79 Com bolsa de extensão: 73
DIMENSÃO SOCIAL	Programa ASAS (atividades físicas): público interno da UNISC. Pesquisa “Educação Ambiental como mitigadora dos problemas da leptospirose no município de SCS/RS – Brasil”: público externo Projeto de Extensão “Ações educativas e assistenciais na área materno-infantil – Projeto Pediatria”. Local: Hospital Santa Cruz/SCS e Hospital São Sebastião Mártir/Venâncio Aires. Público externo (pacientes SUS) Serviços da UNISC para a comunidade: Gabinete de Assistência Judiciária – 8.450 atendimentos.
DIMENSÃO SAÚDE	Serviços da UNISC para a comunidade: SIS (Serviço Integrado de Saúde) – 27.000 atendimentos; Clínica de Odontologia – 18.181 atendimentos; Clínica de Fisioterapia – 19.231 atendimentos. Hospital Santa Cruz: Projetos permanentes: Comissão Interna de Humanização; SIAMA (Serviço de Incentivo ao Aleitamento Materno); Sistema de Indicadores Padronizados para Gestão Hospitalar (Sipageli).
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	Público Interno da APESC: Plano de Capacitação para docentes; Plano de Capacitação para pessoal técnico-administrativo (914 participantes); Cursos e Eventos (148 participantes); Cursos e Programas de Pós-Graduação (46 participantes); Ensino de Jovens e Adultos – EJA (31 participantes). Número total de docentes: 609 (370 mestres).
DIMENSÃO AMBIENTAL	Hospital Santa Cruz, com seus projetos permanentes já citados e a Comissão Interna de Resíduos de Serviços de Saúde.
DIMENSÃO CULTURAL	Esta dimensão não foi identificada na análise realizada deste ano.

Continua...



Continuação...

ANO 2004	UNISC
DIMENSÃO ACADÊMICA	<p>Total de estudantes: 12.456 Com bolsa integral: 0 Com bolsa parcial: 11.842 Com bolsa de pesquisa e de iniciação científica: 109 Com bolsa de extensão: 86 NAAC – Núcleo de Apoio Acadêmico (para estudantes portadores de necessidades especiais) / Ações permanentes: Cadastro de estudantes com necessidades educacionais especiais e identificação de suas demandas específicas; sugestão de ações necessárias ao desenvolvimento e ao progresso do acadêmico; esclarecimento e orientação sobre escolhas profissionais; orientação sobre as necessidades educacionais especiais; banco de dados sobre legislação referente ao assunto.</p>
DIMENSÃO SOCIAL	<p>Programa ASAS (atividades físicas): público interno da UNISC. Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho (1.347 exames médicos). EXTENSÃO: 300 atividades de extensão ofertadas neste ano, atingindo mais de 23.000 pessoas. Projeto de Extensão UNISC com a Comunidade/Bairro Bom Jesus; Projeto de Extensão PIRACEMA, em parceria com a APAE de Santa Cruz do Sul Projeto de Pesquisa “Formação e Qualificação de e para pessoas com deficiência” (9500 pessoas beneficiadas) ESPORTE Projeto Atletismo (80 crianças e adolescentes); UNISC Verão/Capão da Canoa/RS (mais de mil pessoas beneficiadas); Projeto “Eu jogo junto” (650 participantes), que prevê a criação de escolinhas de futebol no meio rural; Projetos Esportivos para o Bairro Cohab (430 participantes de faixa etária bem variada).</p>
DIMENSÃO SAÚDE	<p>HOSPITAL SANTA CRUZ Programas e Projetos permanentes: Programa Bem-Me-Quer (redução da mortalidade infantil, em parceria com a Secretaria de Saúde do Município); Comissão interna de humanização; Projeto Mãe Canguru; Alimentação às mães; SIAMA (Serviço de Incentivo ao Aleitamento Materno); Serviço Social e Voluntariado; Programa Saúde em sua Casa; Processamento de roupas.</p>
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	<p>APESC/Gestão de pessoas: 36,91% de colaboradores até 30 anos; 64,97% de mulheres; 61,66% de docentes com Mestrado.</p>
DIMENSÃO AMBIENTAL	<p>HOSPITAL SANTA CRUZ: Comissão Interna de Resíduos de Serviços de Saúde. Projeto “Gestão das Águas na Bacia Hidrográfico do Rio Pardo”; Projeto “Preservação da mata ciliar no Rio Pardinho”; Projeto de Pesquisa “Reciclagem de resíduos plásticos”.</p>
DIMENSÃO CULTURAL	<p>COMUNICAÇÃO: UNISC TV; Central de Informações; Jornal UNISC; Comunica HSC. SETOR ARTÍSTICO CULTURAL/SAC (UNISC): Artes plásticas; programa Uniarte; Teatro; Workshops de teatro; música; espaço aberto; palestras.</p>

Continua...

* No ano de 2002 a UNISC divulgou apenas o balanço social, não produzindo um relatório social. Por isso, o quadro referente a esse ano não tem detalhamento dos tipos dos projetos e atividades desenvolvidas.



Continuação...

ANO 2005	UNISC
DIMENSÃO ACADÊMICA	<p>Total de estudantes: 11.997 Com bolsa integral: 192 Com bolsa parcial: 12.254 Com bolsa de pesquisa e de iniciação científica: 79 Com bolsa de extensão: 94 Programa de bolsas e financiamentos: total de 6.480 benefícios concedidos. NAAC – Núcleo de Apoio Acadêmico (para estudantes portadores de necessidades especiais) / Ações permanentes: Cadastro de estudantes com necessidades educacionais especiais e identificação de suas demandas específicas; sugestão de ações necessárias ao desenvolvimento e progresso do acadêmico; esclarecimento e orientação sobre escolhas profissionais; orientação sobre as necessidades educacionais especiais; banco de dados sobre legislação referente ao assunto.</p>
DIMENSÃO SOCIAL	<p>Programa ASAS (atividades físicas): público interno da UNISC. UNISC/comunidade externa: Ações para envelhecimento com qualidade de vida; Estudo das condições socioeducacionais de empregabilidade em Santa Cruz do Sul; serviços para a comunidade e representação da UNISC e do HSC em conselhos e associações; Projetos de ESPORTE.</p>
DIMENSÃO SAÚDE	<p>HOSPITAL SANTA CRUZ: Programas e Projetos permanentes: Programa Bem-Me-Quer (redução da mortalidade infantil, em parceria com a Secretaria de Saúde do Município); Comissão interna de humanização/ Grupo de Trabalho de Humanização; Projeto Mãe Canguru; Alimentação às mães; SIAMA (Serviço de Incentivo ao Aleitamento Materno); Serviço Social e Voluntariado; Programa Saúde em sua Casa; Processamento de roupas. Outros: Projeto Nascer; visitação a gestantes; fornecimento de alimentação gratuita às mães acompanhantes de pacientes SUS. UNISC/comunidade externa: Perfil do estilo de vida somatomotor e fatores de risco às doenças cardiovasculares; atuação da laserterapia através do Hene e Asga nas úlceras de decúbito.</p>
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	<p>APESC Homens: 572; mulheres: 1.154; faixa etária até 30 anos: 646 (de 1.726); 384 mestres (de 632); Programas permanentes de capacitação para técnicos administrativos (18 cursos com 290 participantes no total) e para docentes (8 cursos com 435 participantes no total); Programa Voltare/UNISC (para ex-estudantes).</p>
DIMENSÃO AMBIENTAL	<p>Comissão de gerenciamento de resíduos perigosos; Coleta seletiva e sistema de compostagem; Ações para a redução de consumo de água e energia elétrica; Desenvolvimento de sistemas de criação para a produção de peixes em cativeiro a partir de resíduos orgânicos e alimentos naturais; Gerenciamento de resíduos sólidos; Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); Comissão interna de gerenciamento dos resíduos do serviço de saúde (HSC). TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO: Incubadora Tecnológica da UNISC (ITUNISC); Desfluoretação parcial de águas subterrâneas; desenvolvimento de produto à base de soro de leite; Gestão econômica dos recursos hídricos na bacia hidrográfica do Rio Pardinho.</p>
DIMENSÃO CULTURAL	<p>Jornal da UNISC; UNISC TV; Comunica HSC; Orquestra Jovem da UNISC; Copromoção de projetos artísticos e musicais; SAC/UNISC.</p>



Continua...

Continuação...

ANO 2006	UNISC
DIMENSÃO ACADÊMICA	<p>Total de estudantes: 9.958 Com bolsa integral: 352 Com bolsa parcial: 9.038 Com bolsa de pesquisa e de iniciação científica: 101 Com bolsa de extensão: 118 Programa de bolsas e financiamentos: total de 3.665 benefícios concedidos. NAAC – Núcleo de Apoio Acadêmico (para estudantes portadores de necessidades especiais) / Ações permanentes: Cadastro de estudantes com necessidades educacionais especiais e identificação de suas demandas específicas; sugestão de ações necessárias ao desenvolvimento e progresso do acadêmico; esclarecimento e orientação sobre escolhas profissionais; orientação sobre as necessidades educacionais especiais; banco de dados sobre legislação referente ao assunto. Audioteca; Softwares Ledores; Curso de Extensão “Inclusão e Acessibilidade” (para estudantes e professores da UNISC).</p>
DIMENSÃO SOCIAL	<p>Programa ASAS (atividades físicas): público interno da UNISC. PÚBLICO EXTERNO: Projeto “A aplicação do esquema de Van Hiele a conceitos matemáticos do Ensino Médio com o auxílio de ferramentas computacionais”; Projeto de Pesquisa “A construção de conhecimentos e a competência em leitura: formando professores-leitores”; “Envelhecimento com qualidade de vida” (98 beneficiados). Serviços da UNISC para a comunidade: Gabinete de Assistência Judiciária – 9.959 atendimentos. PROJETOS DE EXTENSÃO VARIADOS NA ÁREA DO ESPORTE.</p>
DIMENSÃO SAÚDE	<p>HOSPITAL SANTA CRUZ Programas e Projetos permanentes: Programa Bem-Me-Quer (redução da mortalidade infantil, em parceria com a Secretaria de Saúde do Município); Comissão interna de humanização/Grupo de Trabalho de Humanização; Projeto Mãe-Canguru; SIAMA (Serviço de Incentivo ao Aleitamento Materno); Programa Saúde em sua Casa; Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante (CIHDOTT). Outros: visitação a gestantes; fornecimento de alimentação gratuita às mães acompanhantes de pacientes SUS; Projeto de orientação aos acompanhantes; grupo de diabéticos; equipe multiprofissional de terapia nutricional. PROJETO DE PESQUISA: “Indicadores de saúde da família: um estudo dos municípios circunscritos pela 13ª Coordenadoria Regional de Saúde – RS”. Serviços da UNISC para a comunidade: SIS (Serviço Integrado de Saúde) – mais de 25.000 atendimentos; Clínica de Odontologia – 16.635 atendimentos; Clínica de Fisioterapia – 25.216 atendimentos.</p>
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	<p>APESC Homens: 553; mulheres: 1.126; faixa etária até 30 anos: 601 (de 1.679); 343 mestres (de 571); Programas permanentes de capacitação para técnicos administrativos e para docentes; Programa Voltare/UNISC (para ex-estudantes).</p>
DIMENSÃO AMBIENTAL	<p>Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); Estação de Tratamento de Efluentes (ETE); Gestão das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Pardo – Comitê Pardo; Projeto de Pesquisa sobre formas alternativas de saneamento urbano e rural a baixo custo; Projeto de Pesquisa sobre a agregação de resíduos plásticos pós-consumo e fibras vegetais; Coleta seletiva e sistema de compostagem; Ações para a redução de consumo de água e energia elétrica; Estação Meteorológica da UNISC. TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO: Incubadora Tecnológica da UNISC (ITUNISC); Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia – NITT.</p>
DIMENSÃO CULTURAL	<p>“Programa de Levantamento e Salvamento do patrimônio arqueológico na UHE Castro Alves e 14 de julho – Companhia Energética Rio das Antas – CERAN”. Jornal da UNISC; UNISC TV; Comunica HSC; Orquestra Jovem da UNISC; Copromoção de projetos artísticos e musicais; SAC/UNISC; Programa Dançar.</p>

Continua...



Continuação...

ANO 2007	UNISC
DIMENSÃO ACADÊMICA	<p>Total de estudantes: 10.902. Com PROUNI: 474</p> <p>Programa de bolsas e financiamentos: total de 3.922 benefícios concedidos.</p> <p>Programas de descontos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - programa experiência: para estudantes de 50 anos ou mais - programa de desconto ao grupo familiar: 5% de desconto para o segundo integrante, 15% para o terceiro integrante e 30% a partir do quarto - programa fidelização: estudantes egressos da Educar-se e do CEPRO recebem 10% de desconto nas mensalidades <p>NAAC – Núcleo de Apoio Acadêmico (para estudantes portadores de necessidades especiais) / Ações permanentes:</p> <p>Cadastro de estudantes com necessidades educacionais especiais e identificação de suas demandas específicas; sugestão de ações necessárias ao desenvolvimento e progresso do acadêmico; esclarecimento e orientação sobre escolhas profissionais; orientação sobre as necessidades educacionais especiais; banco de dados sobre legislação referente ao assunto.</p>
DIMENSÃO SOCIAL	<p>Programa ASAS (atividades físicas): público interno da UNISC.</p> <p>Serviços da UNISC para a comunidade: Gabinete de Assistência Judiciária – 8.864 atendimentos.</p> <p>PROJETOS DE EXTENSÃO VARIADOS NA ÁREA DO ESPORTE.</p> <p>Programa Pertencer – contratação, acolhimento e desenvolvimento de pessoas com deficiência que trabalham e estudam na UNISC.</p>
DIMENSÃO SAÚDE	<p>HOSPITAL SANTA CRUZ: Programas e Projetos permanentes: Programa Bem-Me-Quer (redução da mortalidade infantil, em parceria com a Secretaria de Saúde do Município); Comissão interna de humanização/Grupo de Trabalho de Humanização; Projeto Mãe-Canguru; SIAMA (Serviço de Incentivo ao Aleitamento Materno); Programa Saúde em sua Casa; Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante (CIHDOTT).</p> <p>Outros: visitação a gestantes; fornecimento de alimentação gratuita às mães acompanhantes de pacientes SUS; Projeto de orientação aos acompanhantes; grupo de diabéticos; equipe multiprofissional de terapia nutricional.</p> <p>Serviços da UNISC para a comunidade: SIS (Serviço Integrado de Saúde) – mais de 29.000 atendimentos; Clínica de Odontologia – 17.998 atendimentos; Clínica de Fisioterapia – 25.784 atendimentos.</p>
DIMENSÃO INSTITUCIONAL	<p>APESC</p> <p>Homens: 557; mulheres: 1.076; faixa etária até 30 anos: 564 (de 1.633); 131 doutores (de 568); 338 mestres (de 568); Programas permanentes de capacitação para técnicos administrativos e para docentes</p> <p>Programa Voltare – direcionado a egressos da UNISC, que recebem informações sobre cursos da UNISC e sobre ofertas de trabalho na Região.</p>
DIMENSÃO AMBIENTAL	<p>Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN); Estação de Tratamento de Efluentes (ETE); Gestão das Águas na Bacia Hidrográfica do Rio Pardo – Comitê Pardo; Projeto de Pesquisa sobre avaliação da qualidade do ar; Projeto de Pesquisa sobre diagnóstico e degradação gerados a partir de atividades agrícolas, industriais e de saúde.</p> <p>Coleta seletiva e sistema de compostagem; Ações para a redução de consumo de água e energia elétrica; Estação Meteorológica da UNISC.</p> <p>TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO:</p> <p>Incubadora Tecnológica da UNISC (ITUNISC); Núcleo de Inovação e Transferência de Tecnologia – NITT.</p>
DIMENSÃO CULTURAL	<p>Programa Uniarte completou 10 anos de existência</p> <p>Jornal da UNISC; UNISC TV; Comunica HSC; Orquestra Jovem da UNISC; Copromoção de projetos artísticos e musicais; SAC/UNISC; Programa Dançar.</p>

Fonte: Relatórios e Balanços Sociais da UNISC – 2000 a 2007.



O ano de 2000 foi o primeiro ano que a UNISC publicizou seu relatório e balanço social. Como se pode verificar a partir do quadro, a dimensão **social** tem destaque nesse ano. No relatório, foram priorizados os projetos relacionados ao GAJ – Gabinete de Assistência Judiciária Gratuita, os Programas Solidários em parceria com os Governos Federal e Estadual e o Programa Infância e Juventude, realizado em parceria com a Comarca de Santa Cruz do Sul.

Em relação à dimensão **acadêmica**, têm destaque no relatório as tabelas que identificam os tipos de bolsas e financiamentos concedidos aos estudantes da UNISC em 2000, com especial relevância às gratuidades de mensalidades que, conforme quadro, atingiu em torno de 6.800 estudantes em regime regular.

Da mesma forma, as bolsas e auxílios concedidos a professores e funcionários também mereceram destaque, na dimensão **institucional**: nesse ano, mais de 220 bolsas-dissídio foram concedidas a funcionários e 55 foram contemplados com bolsas de afastamento. Os dados relacionados às dimensões acadêmica e institucional demonstram a preocupação da UNISC em qualificar seu grupo de colaboradores (professores e funcionários) e em ampliar e qualificar a formação de seus estudantes, com a disponibilização das bolsas, seja de pesquisa, seja de extensão.

Programas de incentivo à pesquisa e à extensão também foram detalhados qualitativamente nesse relatório de 2000. Na área da pesquisa, a Instituição destacou o programa UNISC de Iniciação Científica (PUIC), mantido inteiramente pela UNISC, o Fundo de Apoio à Pesquisa (FAP) e o Programa de Apoio à Implantação de Grupos de Pesquisa (PROGRUPE).

Na área da extensão, o destaque foi para o Programa de Bolsa de Extensão (PROBEX), mantido inteiramente pela UNISC, e o Programa de Apoio a Projetos de Extensão para o Desenvolvimento Social (PAPEDS), com origem no Fundo de Pesquisa e Extensão.

A dimensão **saúde** destaca as atividades relacionadas a serviços prestados à comunidade nas áreas de Psicologia, Odontologia e Enfermagem, além de programa de saúde voltado ao público interno da UNISC. Essa dimensão, a partir das ações relacionadas, tentou contemplar os dois públicos da Instituição, entendendo-se que houve um equilíbrio no atendimento desses dois públicos, nessa dimensão específica.

As dimensões **ambiental** e **cultural** ainda se apresentam tímidas nesse primeiro ano de publicização de resultados da Universidade. Perceber-se-á, com o decorrer dos anos, que essas dimensões irão ganhar fôlego e importância nos seus relatórios futuros.

Tendo em vista as informações que tiveram maior destaque em 2000, considera-se que, por ser o primeiro relatório divulgado, nesse ano a Instituição teve uma grande preocupação em, de certo modo, apresentar a Universidade à comunidade, com seus principais números, atividades e iniciativas. O relatório e o balanço deixam clara a preocupação da UNISC com seu público externo, ao mesmo tempo em que destacaram poucas atividades vinculadas ao seu público interno.

Acredita-se que isso não significa ausência de investimentos interessantes em relação a estudantes, professores e funcionários, haja vista o destaque dado ao número de bolsas concedidas a estudantes nesse ano. Porém, entende-se que a estratégia utilizada para elaboração do relatório e do balanço social desse ano teve o intuito de demonstrar ao público externo os benefícios que a Universidade vinha



trazendo para sua comunidade do entorno, como forma de demarcar sua participação na vida social e comunitária da região.

Se, como já apresentado, o balanço social é o documento através do qual a organização presta contas de seus investimentos, especialmente na área social, não surpreende que a UNISC tenha iniciado essa publicização dando destaque ao público externo e aos benefícios que lhe foram trazidos por meio de ações e de investimentos advindos da Universidade.

O ano de 2001 apresenta uma série de saltos qualitativos dos investimentos da UNISC nos mais diversos setores/áreas em relação a 2000. É perceptível, através da leitura e análise do relatório e balanço social desse ano, o crescimento da Universidade, bem como dos projetos, programas e atividades desenvolvidos.

As bolsas de extensão dadas a estudantes de Graduação já aparecem no balanço (59), na dimensão **acadêmica**, e o número dessas bolsas, considerando que a Universidade é bastante jovem, é significativo. Destaque também para os cuidados que a UNISC passa a ter com seu público interno, abordados na dimensão **institucional**, através do SESMT – Serviço Especializado em Segurança e Medicina do Trabalho e da CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes. O funcionamento desse serviço e dessa comissão demarca o compromisso institucional em assegurar a seus estudantes, funcionários e professores um ambiente de estudo e de trabalho seguro e saudável.

O relatório desse ano de 2001 também destaca o Projeto ASAS, na dimensão **social**, uma iniciativa do Setor de Recursos Humanos, direcionado ao público interno da UNISC, especialmente para docentes e para técnicos administrativos. Esse projeto busca desenvolver o programa de qualidade de vida na Instituição, como forma de proporcionar, inclusive, melhores condições de trabalho ao público referido.

Em relação às iniciativas e às atividades direcionadas ao público externo, o relatório de 2001 dá ênfase às atividades relacionadas à área e à dimensão **saúde**: grupos de saúde preventiva, atendimentos prestados pelo Serviço Integrado de Saúde (SIS) e atividades físicas e de lazer para a qualidade de vida na terceira idade são atividades que foram destacadas em relação aos serviços oferecidos à comunidade.

Outros destaques em investimentos sociais se referem também ao público externo: Programa Universidade-Empresa; Programa Infância e Juventude (reedição) e o GAJ (organização interna) aparecem como as principais ações.

As dimensões **ambiental** e **cultural** começam a ter maior destaque, especialmente o Polo de Modernização Tecnológica do Vale do Rio Pardo, que mais uma vez aparece no Relatório Social da Instituição. Além do Programa Uniarte, da dimensão cultural, a UNISC destacou a sua Editora Universitária, a Edunisc.

Assim, considera-se que em 2001 o Relatório Social da UNISC demonstra que a Instituição conseguiu contemplar de maneira mais igualitária e proporcional seus públicos, atendendo o interno e o externo com atividades diferenciadas e, às vezes, com ações que contemplassem os dois públicos simultaneamente.

Para o ano de 2002 a UNISC optou por apresentar apenas o balanço social, não explorando dados qualitativos das atividades desenvolvidas. Isso se deu por dois motivos principais: o primeiro, em função de contenção de despesas da Universidade, e o segundo, por seus gestores entenderem, à época, que os relatórios sociais estavam sendo pouco lidos/explorados, especialmente por seu público interno. Assim sendo, não há como se fazer uma análise das principais ações ou



ações de destaque do referido ano. Apenas percebe-se que os investimentos foram similares ao ano anterior, 2001, contemplando informações quantitativas em todas as dimensões elencadas.

No ano de 2003²², a UNISC volta a produzir relatório social, além do balanço social. Os gestores reavaliaram sua posição, e entenderam que a publicação do relatório seria um investimento a ser feito, e não apenas um gasto institucional. Nesse ano de 2003, a UNISC investiu intensamente na dimensão **social** no que se refere às demandas atendidas e aos serviços oferecidos. Entende-se que isso ocorreu em função do caráter eminentemente social da Universidade. A UNISC, obviamente, é uma instituição de ensino, mas tem um forte compromisso com as comunidades de seu entorno. Mais uma vez, o Programa ASAS, já consolidado na Instituição, foi destaque.

Também é importante ressaltar o programa de capacitação oferecido pela UNISC, tanto para funcionários quanto para docentes, na dimensão **institucional**. Percebe-se a preocupação desta Instituição em permanentemente atualizar sua equipe para estar sintonizada com o tempo presente. A UNISC, por se localizar no interior do Estado e por ter dimensões menores, ainda consegue se dedicar mais intensamente a seu público interno, sem desmerecer a comunidade de seu entorno.

A dimensão **saúde** segue destacando as atividades desenvolvidas no Serviço Integrado de Saúde – SIS –, com mais de 25.000 atendimentos prestados à comunidade externa. O Hospital Santa Cruz também se destaca com seus projetos permanentes, especialmente a Comissão Interna de Humanização e o Serviço de Incentivo ao Aleitamento Materno. Na dimensão **ambiental**, a inovação foi a criação da Comissão Interna de Resíduos de Serviços de Saúde; e a dimensão **cultural** não foi identificada nesse ano.

Na dimensão **acadêmica**, as bolsas de pesquisa e de extensão para os estudantes continuam tendo destaque, sendo oferecidas mais de 150 bolsas entre as duas modalidades. O número de estudantes com bolsa parcial de estudos cresceu em relação ao ano anterior, demonstrando a preocupação da UNISC em oferecer e ampliar uma educação comunitária de qualidade.

Sendo assim, entende-se que nesse ano a Universidade se dedicou mais a seu público interno, dando conta de um dos vetores de responsabilidade social de que trata Ashley (2002), no item da Responsabilidade Social, referente ao investimento no bem-estar dos funcionários e dependentes em um ambiente de trabalho agradável. Essa estratégia é relevante no sentido de manter os funcionários na Instituição com condições dignas de trabalho e, assim, satisfeitos e contemplados em suas necessidades.

Ainda, destaca-se, nesse ano de 2003, a preocupação da UNISC em reforçar os compromissos assumidos com seus funcionários, entre eles: política de remuneração, benefícios e carreira; cuidado com a saúde, segurança e condições de trabalho; compromisso com o desenvolvimento profissional e a empregabilidade; melhoria no ambiente de trabalho, por meio do cuidado com o clima, a cultura, o meio ambiente

22 A partir desse ano, o relatório social e o balanço social produzidos dizem respeito a todas as instituições mantidas da Associação Pró-Ensino de Santa Cruz do Sul (APESC), ou seja, Universidade de Santa Cruz do Sul, Escola Educar-se, Centro de Educação Profissional da UNISC(CEPRU) e Hospital Santa Cruz, mas os quadros elaborados neste trabalho farão referência às atividades que dizem respeito apenas à UNISC, unidade de análise da pesquisa.



físico, os aspectos ergonômicos e o estresse que pode estar envolvido no ambiente; integração dos funcionários entre si e com as chefias; relacionamento; e participação de todos nos processos decisórios da empresa.

Analisando e traçando um paralelo entre esse ano e o de 2000, parece que a Universidade já tem seus compromissos comunitários externos firmados, podendo se dedicar a contemplar mais seu público interno. Em certa medida, a Universidade fez o movimento inverso daquele esperado por instituições socialmente responsáveis: iniciar pelo atendimento das necessidades do público interno e, posteriormente, se dedicar a criar alianças e oferecer serviços ao público externo.

Ao mesmo tempo, e em função de seu caráter comunitário, compreende-se o movimento realizado pela Instituição em reforçar os laços com a comunidade primeiro para depois alavancar investimentos internamente mais reforçados.

O ano de 2004 já apresenta algumas diferenças em relação ao ano anterior. Por exemplo, neste ano, destaca-se o NAAC – Núcleo de Apoio Acadêmico, na dimensão **acadêmica**. A partir do relatório desse ano, é possível identificar a grande preocupação desta Universidade com os seus discentes, em especial com aqueles portadores de necessidades especiais. Desde este ano, o NAAC é sempre destacado nos relatórios sociais da UNISC.

Mais uma vez, indica-se, a partir da análise dos dados da tabela, a forte preocupação da Instituição com seu público interno. No ano de 2003, foi representado mais por seus funcionários e docentes e nesse ano está mais bem representado pelos estudantes da UNISC, segundo dados das dimensões acadêmica, já referidos, e **institucional**.

Além do NAAC, entende-se que o Hospital Santa Cruz, a partir deste ano, também é merecedor de destaque, com seus programas e projetos permanentes, que envolvem tanto a pesquisa quanto o ensino e a extensão nas suas atividades, apresentados na dimensão **saúde**. Aqui, destaca-se a orientação da UNISC para seu público externo, os usuários do Hospital Santa Cruz, mas, também, para seu público interno, representado pelos professores e estudantes da área de saúde.

Conforme autores (MELO NETO e FROES, 1999; ASHLEY, 2002) que investigam a responsabilidade social, essa é vista, pela comunidade, como um ato voluntário da direção da instituição, de forma involuntária ou estratégica. É vista, ainda, como forma de apoio ao desenvolvimento da comunidade na qual atua.

Portanto, a UNISC nesse ano de 2004 cumpre seu papel de atuar junto a problemáticas sociais apontadas pela comunidade e identificadas pela própria Universidade, nesse caso, questões relacionadas à saúde.

Na dimensão **social**, as atividades de extensão foram as que mais apareceram quantitativa e qualitativamente. Diversos serviços foram oferecidos às comunidades interna e externa da UNISC, especialmente na área de ginástica laboral – para funcionários – e na área de esportes coletivos – para a comunidade externa, especialmente crianças e adolescentes.

Projetos de Pesquisa na área do meio ambiente foram descritos no relatório, alocados na dimensão **ambiental**. A partir desse ano, projetos relacionados ao meio ambiente foram obtendo destaque nos relatórios sociais da Universidade. Na dimensão **cultural**, ênfase para a UNISC TV e a permanência do Programa Uniarte.

Percebe-se que no ano de 2005 a UNISC deu continuidade aos projetos já destacados no ano anterior e salienta-se que nesse ano foi iniciado um forte



investimento em aspectos da dimensão **ambiental**, representada principalmente pela Incubadora Tecnológica da UNISC. Ressalta-se que, a partir desse ano, a impressão do relatório social passou a ser feita com papel reciclado. A ITUNISC passa a ser um polo que engloba uma série de pesquisas e projetos de desenvolvimento que colaboram com a qualidade ambiental de toda a região dos Vales do Rio Pardo e Taquari.

Destacam-se também as atividades da Orquestra Jovem da UNISC, direcionada à comunidade do entorno da Universidade, na dimensão **cultural**. Essa orquestra, com apresentações itinerantes, marca o envolvimento da UNISC com a cultura local e regional dos Vales. Além disso, a orquestra também está vinculada à Escola de Música, atividade sob responsabilidade da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Comunitárias.

Conforme um dos entrevistados: “A escola de música tem a função de ensinar música, principalmente música e instrumentos que fazem parte de uma orquestra sinfônica, e músicas que sejam tocadas por esse tipo de instrumento, que nenhuma das escolas aqui da região oferece” (ENTREVISTADO 1).

Considera-se, ainda, mais uma vez, o destaque dado às atividades desenvolvidas no Hospital Santa Cruz, elencadas na dimensão **saúde**. Essas atividades dão conta de atender o público interno da UNISC, especialmente os estudantes, em função dos diversos projetos ali alocados, mas ressaltam mais fortemente as ações direcionadas ao público externo, a comunidade do entorno da Universidade.

Em relação à dimensão **acadêmica**, a Universidade permanece aumentando o número de estudantes com bolsa parcial, contando com um número superior a 12.000, e continua oferecendo variados serviços através do Núcleo de Apoio Acadêmico, demonstrando mais uma vez a grande preocupação com a educação de qualidade de seus discentes.

A dimensão **social** em 2005 destacou menos elementos e atividades, pois as atividades oferecidas permaneceram basicamente as mesmas dos anos anteriores, atendendo fortemente o público externo da Instituição. A dimensão **institucional** apresenta novamente os programas de capacitação para funcionários e docentes, agregando, às suas iniciativas, o Programa Voltare, direcionado a ex-estudantes.

A partir dessa análise, entende-se que, neste ano de 2005, a UNISC voltou-se, novamente, mais para seu público externo, tendo a compreensão de que a manutenção da qualidade de seus serviços prestados internamente – através de programas e projetos sistemáticos – estava sendo satisfatória.

O ano de 2006 não apresenta diferenças significativas em relação a 2005 no que se refere aos tipos de atividades destacadas. A UNISC reforça seus investimentos para o público interno, e diversifica os investimentos para o público externo da Instituição.

Ressalta-se que no relatório desse ano foi divulgado que a Universidade foi a terceira instituição de Ensino Superior no País e a primeira no Estado a protocolar seu pedido de avaliação pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), e que a Comissão de especialistas designada pelo INEP/MEC fez, no mês de junho, a avaliação das condições gerais da Instituição. O conceito 5 (máximo) indicou o nível de qualidade institucional da UNISC e a recredenciou como Universidade.

Destacou-se o compromisso da Universidade com os programas de inclusão, de ação afirmativa e de inclusão social e também para a responsabilidade social da Instituição no ensino, na pesquisa e na extensão, que obtiveram nota máxima. A



relação da Universidade com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho foi outro item nota 5.

Na dimensão **acadêmica**, ressalta-se o número expressivo de estudantes com bolsa integral – 352. Além disso, o número de estudantes com bolsa de extensão ou de pesquisa também cresceu: de aproximadamente 180 foi para mais de 200 o número de bolsas. O Núcleo de Apoio Acadêmico ampliou suas atividades e diversificou seus atendimentos.

O Hospital Santa Cruz permanece com grande visibilidade na dimensão **saúde**, mantendo seus diferentes projetos e programas para o público interno e externo. Além do Hospital, é destaque nessa dimensão o expressivo número de atendimentos do Serviço Integrado de Saúde – SIS/UNISC – mais de 25.000 atendimentos entre as áreas de odontologia, fisioterapia, nutrição e enfermagem.

A Incubadora Tecnológica da UNISC, elencada na dimensão **ambiental**, deu continuidade a suas pesquisas e a seus projetos de desenvolvimento, enquanto atividades e projetos desportivos foram intensificados para melhor atender à comunidade dos Vales do Rio Pardo e Taquari através, especialmente, da extensão universitária, destaques da dimensão **social** no quadro.

Na dimensão **institucional**, segue-se referenciando o Programa Voltare e os programas permanentes de capacitação para docentes e funcionários. Na dimensão **cultural**, não há destaque especial para nenhum projeto, e a Orquestra Jovem da UNISC, a TVUNISC e o Programa Dançar permanecem sendo referência.

Também nesse ano de 2006, o relatório veio organizado de forma a dar melhor visibilidade aos diferentes públicos da UNISC, pois apresenta os dados qualitativos contemplando os públicos interno e externo da Universidade. Entende-se que essa maneira de apresentação dos dados é bastante satisfatória e corresponde melhor às expectativas de quem tem acesso aos dados, pois se consegue identificar de forma mais clara no relatório cada um dos públicos destinatários das diferentes ações de responsabilidade social da Instituição.

Sem sombra de dúvidas, o relatório e o balanço social de 2007 é o mais completo desde que a UNISC começou a publicizar esses materiais. Logo na introdução do relatório, há uma passagem afirmando que:

Voltada à comunidade de todo o Vale do Rio Pardo, a APESC foca suas iniciativas no desenvolvimento social e ambiental da sua região. Esse exercício diário reflete o compromisso de responsabilidade social adotado pela Associação. A preocupação é capacitar as pessoas para que elas possam dar continuidade aos seus projetos com os ensinamentos adquiridos. Inclusão, por meio de diálogos participativos, e desenvolvimento sustentável são conceitos que norteiam o trabalho da APESC, disposta a fomentar o crescimento social e intelectual da comunidade (UNISC, 2007b, p.7)

O destaque desse ano diz respeito aos depoimentos de pessoas, do público interno e externo da UNISC, acerca dos diversos serviços oferecidos, desde bolsas de estudo, constantes na dimensão **acadêmica**, até ações realizadas no Hospital Santa Cruz, presentes na dimensão **saúde**.

Atividades relacionadas à preservação do meio ambiente, elencadas na



dimensão **ambiental**, através de projetos de pesquisa, como “Avaliação da Qualidade do Ar” – público externo, e de campanhas, como “Põe a mão na consciência” – público interno, de iniciativa da Assessoria de Comunicação e Marketing dão o tom a esse relatório de 2007.

Os serviços prestados à comunidade externa da UNISC mais uma vez foram destacados nos elementos qualitativos do relatório, e na dimensão **social** do quadro, em especial aqueles projetos de extensão que se vinculam a comunidades carentes da Região, por meio de atividades que são desenvolvidas dentro da UNISC – SIS, Clínica de Fisioterapia, Clínica de Odontologia, dentre outros espaços – e também fora dela – projeto de esportes nos bairros.

Nesse ano, pesquisas vinculadas à área tecnológica também foram descritas qualitativamente, e mais uma vez a Incubadora Tecnológica da UNISC garantiu seu espaço de divulgação de projetos e atividades.

A área de esporte, com ações voltadas ao público externo, também foi destacada através dos projetos: atletismo, cestinha, futsal, “eu jogo junto”, ginástica rítmica e “judô unisc”. Esse ano também foi especial na Instituição na área do esporte por dois atletas da UNISC terem sido medalhistas nos Jogos Pan-Americanos.

Na dimensão **institucional**, a UNISC segue com seu programa de capacitação permanente para funcionários e docentes, já contando com 131 professores doutores. Em relação ao número de bolsas para estudantes, listado na dimensão **acadêmica**, destaque para o programa de descontos e estudantes com PROUNI (474).

Em relação à aderência da Universidade ao PROUNI, um dos entrevistados comenta: “[...] existem universidades que não aderiram ao PROUNI, nós aderimos. Com que objetivo? Dar bolsas. Nós não estamos ganhando nada com isso, mas temos uma responsabilidade social de formação, e sabemos como está a realidade da região” (ENTREVISTADO 4).

Por fim, a dimensão **cultural** anuncia a comemoração dos 10 anos do Programa Uniarte, bem como iniciativas da Orquestra Jovem da UNISC (apresentações itinerantes) e atividades vinculadas à UNISC TV. O balanço das atividades desse ano de 2007, mais um vez, reforça o esforço e o compromisso institucional em melhorar a qualidade da pesquisa e a relação dessa com a extensão e o ensino. Essa articulação ensino-pesquisa-extensão e a relação com a comunidade demonstram a preocupação e a proatividade da UNISC em atuar com responsabilidade social, proporcionando uma educação de qualidade para seus estudantes e um ambiente de trabalho saudável e produtivo para seus funcionários e docentes.

Sendo assim, esta análise permite que se possa visualizar como a UNISC está sintonizada com a representação da responsabilidade social. Por se localizar no interior do Estado e por ter dimensões menores, ainda consegue se dedicar mais intensamente a seu público interno, sem desmerecer a comunidade de seu entorno.

Porém, a publicação desse documento na UNISC ainda enfrenta alguns desafios, especialmente no que se refere à sua elaboração. Entende-se que a construção dos relatórios sociais poderia ser mais coletiva, de forma a envolver com maior abrangência o público interno da Universidade. Muitas vezes, e talvez por essa razão, os relatórios sociais e os balanços da UNISC têm maior representatividade no público externo.

Vários comentários dos entrevistados reforçam essas afirmações, conforme segue:



Talvez pudesse haver um fórum de promoção dos relatórios, para se discutir junto, dentro desse programa de qualificação [interno] que a gente tem. O grupo que produz o relatório poderia fazer isso, como forma de se pensar essas questões mais coletivamente. Porque, no fim, acho que fica somente na equipe que está coletando as informações para produzir os relatórios, e as demais pessoas não se envolvem muito. Existe uma equipe competente para produzir os relatórios, mas isso não impede que a gente discuta de forma mais ampliada (ENTREVISTADO 4).

Outro entrevistado reforça e amplia essa reflexão ao afirmar que:

Eu não percebo que exista uma grande valorização, por parte da comunidade acadêmica, em relação a esse tipo de documento. Os valores [...] nem todos os professores estão imbuídos do espírito comunitário. Os professores que não têm regime de horas acabam tendo uma relação muito somente com a sala de aula. É uma relação diferente com a Universidade, pois muitas vezes a universidade não é central na sua vida. Com os professores com regime, já é diferente. Eles são mais envolvidos. Então, muitos professores não percebem que trabalham numa universidade que é da comunidade, para a comunidade, e que tudo o que nós fazemos é oriundo dessa lógica. Mas o trabalho é dos gestores, de envolver os professores e funcionários na lógica comunitária. Mas na maioria das vezes, depois de um tempo na Universidade, eles percebem que se trata de uma universidade comunitária que tem valores diferenciados (ENTREVISTADO 2).

Ao mesmo tempo, há um entrevistado que se mostra mais otimista no que se refere às repercussões dos relatórios com o público interno, pois afirma: “Em relação à comunidade acadêmica, eu penso que as pessoas gostam de ver, gostam de se ver no relatório, o que gera um orgulho institucional, o que gera, por sua vez, mais compromisso assumido pela Instituição com a comunidade” (ENTREVISTADO 5).

A falta de envolvimento de um número significativo de pessoas e colaboradores de uma organização na elaboração dos relatórios sociais das organizações não é um “privilegio” da UNISC. Em muitas instituições, o que ocorre é que um pequeno grupo fica responsável por coletar e sistematizar as informações que constarão no relatório e no balanço social. É claro que existe a questão do tempo, sempre escasso na modernidade, mas não se pode esquecer de que o processo da responsabilidade social é primeiramente individual e, posteriormente, coletivo, e por isso prima pela participação de todos os envolvidos.

De toda forma, reforça-se o empenho da Universidade em produzir os relatórios e os balanços sociais, contando com a participação, ainda que indireta, de todas as pró-reitorias da UNISC. Diz-se indireta, uma vez que a equipe de profissionais que elabora os relatórios só o faz porque as pró-reitorias encaminham os dados relacionados, e o fazem através de dados que são coletados diretamente com os professores e funcionários envolvidos nas atividades. Assim, entende-se que há



avanços a serem feitos, mas que a Universidade vem caminhando nessa perspectiva de tornar o processo de elaboração dos documentos citados o mais participativo e descentralizado possível.

Por fim, é importante estabelecer, de forma explícita, a relação existente entre os relatórios e balanços sociais da UNISC com seu PPI. Percebe-se uma unidade metodológica, social, política e operacional entre esses dois importantes documentos. As ações descritas no PPI podem ser visualizadas nos relatórios sociais, especialmente nos dois últimos anos, bem como as próprias estratégias de articulação entre ensino-pesquisa-extensão. Entende-se que a UNISC vem se organizando e trabalhando de maneira a contemplar e materializar, por meio das atividades elencadas nos balanços e relatórios sociais, os valores destacados em seu PPI.



6 PONTO DE CHEGADA: RESPONSABILIDADE SOCIAL UNIVERSITÁRIA

Para compreender educação, parte-se do entendimento dos quatro pilares, elencados pela UNESCO, em material sistematizado por Delors et al. (1996), quais sejam:

- a) **aprender a conhecer:** não importa tanto hoje a quantidade de saberes codificados, mas o desenvolvimento do desejo e das capacidades de aprender a aprender. É um processo que não se acaba e se liga cada vez mais à experiência do trabalho, à proporção que esse se torna menos rotineiro;
- b) **aprender a fazer:** conhecer e fazer são indissociáveis. O segundo é consequência do primeiro. Passa-se para uma noção mais ampla e sofisticada de competências, capaz de tornar as pessoas aptas a enfrentar numerosas situações e a trabalhar em equipe;
- c) **aprender a viver juntos:** desenvolver a compreensão do outro e a percepção das interdependências, no sentido de realizar projetos comuns e preparar-se para gerir conflitos, em contraposição à competitividade cega. É preciso, para isso, promover a descoberta do outro, descobrindo-se a si mesmo, para sentir-se na pele do outro e compreender as suas reações;
- d) **aprender a ser:** a educação deve contribuir para o desenvolvimento total da pessoa – espírito e corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal, espiritualidade. A educação tem como papel essencial conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação de que necessitam para desenvolver seus talentos e para permanecer donos do seu próprio destino.

Ardoino (1971, p. 70) já apontava um caminho para esse entendimento, quando afirmava que:

Não se trata mais da simples tradição dum “saber” ou dum “saber-fazer”, mas da comunicação dum “experiência”, da aquisição dum “saber-viver” ou dum “saber-ser”. A ação formativa quer produzir aqui um “conhecimento experimental” dos problemas, que se pode opor ao “conhecimento intelectual”, geralmente obtido por outros métodos.

Isso significa dizer que atualmente é mais importante o desenvolvimento de habilidades e competências que permitam a pessoa ser, e se desenvolver enquanto ser humano que possa contribuir para a sua sociedade, dignificando-a e humanizando-a. O fazer é incorporado a esse aprender a ser, e não o contrário.

Yus (2002) entende que se vive hoje numa total fragmentação da existência, na qual elenca quatro pontos essenciais:



- a) Vida econômica: a fragmentação na economia teve como resultado a devastação ecológica. Há uma separação do processo orgânico que rodeia as pessoas.
- b) Vida social: a fragmentação se manifesta por meio da violência e de diversas formas de abuso que se testemunha e que se sofre. As pessoas se sentem desconectadas das outras e separadas umas das outras.
- c) Vida pessoal: as pessoas estão desconectadas do corpo e do coração. A educação vem contribuindo para essa fragmentação pessoal interna.
- d) Vida cultural: há falta de sentido compartilhado de significado ou de mitologia. Compartilha-se apenas a visão materialista do mundo, visualizando quase exclusivamente sua realidade física.

No contexto dessa fragmentação, coloca-se como um desafio encontrar educadores, “[...] um homem preocupado em transmitir, antes de qualquer outra coisa, sem com isso renunciar a ele, como a transmissão do fogo não implica que a gente se desembarace dele, *o poder de ser um homem*” (ARDOINO, 1971, p. 298).

Complementa esse depoimento Rossato quando diz que

[...] se a educação é um processo de humanização jamais poderá prescindir da compreensão do homem, do humano. Pode-se, pois, concluir, que quando a educação se desumaniza deixa de ser um processo de construção do homem, para voltar-se contra o próprio homem e tornar-se uma negação do próprio processo de educação. Educar, como pensava Paulo Freire, na sua essência é a construção do humano no homem ao longo de toda a vida para possibilitar a plena socialização e singularização que em última instância nos levarão a uma sociedade mais justa, construída coletivamente, na inter-relação entre seres que se educam reciprocamente, mediatizados pelo mundo (ROSSATO, 2007, p. 216).

Portanto, é fundamental que se ressignifique o entendimento de educação, desvinculando-o de uma compreensão linear, ampliando o escopo de sua análise. A proposta atual é que se entenda esta categoria enquanto um sistema aberto que acolhe e congrega diferentes perspectivas de formação, que não somente a de educação formal.

Numa concepção de educação enquanto um sistema aberto, esta categoria deve ser “[...] voltada para a formação integral do indivíduo, para o desenvolvimento de sua inteligência, do seu pensamento, da sua consciência e do seu espírito, capacitando-o para viver numa sociedade pluralista em permanente processo de transformação” (MORAES, 2005, p. 211).

Complementa essa ideia Ardoino (1971, p. 80), para quem “Parece que pensamos comumente que aceitar a ideia do outro e, conseqüentemente, aceitar o outro, é ser levado a se renegar a si mesmo; é ainda a filosofia do ‘ou... ou’ que prevalece. A nossa civilização ignora o ‘e’”.

Nessa mesma direção, Vasconcellos (2004, p. 65) assim se expressa: “Quanto maior a necessidade de conhecer, mais representações prévias são ativadas no



cérebro, possibilitando, por consequência, maior número de relações”. Assim sendo, “a educação deve contribuir para a autoformação da pessoa [...] e ensinar como se tornar cidadão. Um cidadão é definido, em uma democracia, por sua solidariedade e responsabilidade em relação a sua pátria” (MORIN, 2000b, p. 65).

Segundo esse autor, o objetivo da educação “é mostrar que ensinar a viver necessita [de] conhecimentos [e] da transformação, em seu próprio ser mental, do conhecimento adquirido em sapiência, e da incorporação dessa sapiência para toda a vida” (p. 47). Comunga da mesma ideia Assmann:

Quando alguém aprende algo novo, não é apenas esse elemento novo [...] que se acrescenta ao que supostamente já foi adquirido, mas ocorre uma reconfiguração do seu cérebro/mente inteiro enquanto sistema dinâmico. [...] qualquer processo pedagógico somente será significativo para os aprendentes na medida em que produz essa reconfiguração do sistema complexo cérebro/mente (e corporeidade inteira) (ASSMANN, 2000b, p. 41).

Dessa forma, no século XXI, a educação requer “um investimento intensivo no desenvolvimento da inteligência, da consciência e do pensamento, atividades cerebrais consideradas interdependentes, sendo que a existência e o grau de cada uma supõem e determinam o grau de evolução da outra” (MORAES, 2005, p. 213). Aponta-se a educação como mobilizadora, e por isso “precisamos resgatar a realidade concreta desse sujeito. Uma educação mobilizadora deve sempre ter em conta as condições concretas de existência” (VASCONCELLOS, 2004, p. 69).

Nesse sentido, conforme o mesmo autor, o compromisso do educador deve ser o de facilitar os processos de pensar, refletir e adquirir estruturas mentais dos educandos, de maneira que se possam aprender os conceitos básicos da área de conhecimento que estiver em questão. O educador deve reforçar a capacitação em estruturas de pensamento que possam permitir a aprendizagem autônoma, a pesquisa.

Para Maturana e Rezepka (2001) um professor só poderá contribuir para a formação e a capacitação de seus estudantes quando viver sua tarefa educacional desde a sua própria capacidade de fazer e de ser, e desde a sua própria liberdade para refletir sobre a sua atividade enquanto professor. Isso significa que deve respeitar a si mesmo, para que possa igualmente respeitar seus estudantes e fazer o que ensina.

Segundo Ardoino (1971, p. 97), a educação supõe “uma relação *inevitável*, da qual resta a desejar que seja tão sadia quanto possível, mas [...] jamais *indiferente*; ela é de uma parte e doutra um engajamento; *ela é coengajamento para alguma coisa*. [...] o mestre seria [...] o ‘mediador do saber’”. Assim sendo, “o educador jamais terá sido tão útil como no momento em que tiver conseguido tornar-se inútil, já que esse será o sinal de sua dupla vitória, tanto sobre si mesmo como a respeito daquele que ele formava” (p. 99).

Uma nova educação, para a era das relações, requer que a consciência, o pensamento, a inteligência e o conhecimento sejam vistos como processo contínuo, no qual os produtos estão em permanente movimento de *vir a ser* e a reflexão produz ações que geram novas reflexões. “É um movimento recursivo de reflexão na ação e de reflexão sobre a ação. Requer a reflexão crítica sobre a práxis histórica” (MORAES, 2005, p. 213).



Nesse contexto, os processos cognitivos e os processos vitais finalmente descobrem seu encontro, “em pleno coração do que a vida é, enquanto processo de auto-organização” (ASSMANN, 2000b, p.28). Assim, o movimento de vir a ser torna-se, em si, o próprio movimento de vida, onde a cognição representa o processo vital de cada ser humano.

A Era das Relações indica [...] uma nova fase de evolução da humanidade, em que prevalece o poder do indivíduo e das sociedades. Demonstra a predominância dos novos cenários dos mais diferentes sistemas de comunicações, caracterizados pelos sistemas não só tecnológicos e interpessoais, mas também intra e transpessoais (MORAES, 2005, p. 211).

Esta “Era das Relações”, citada pela autora, faz com que se pense, portanto, na alternativa de um novo paradigma para se pensar a educação, uma vez que é cada vez menos viável que se prossiga na atitude epistemológica de dividir e fragmentar para entender um problema. Ao invés disso, deve-se empreender um processo de entendimento em que não haja a fragmentação do conhecimento, o que se apresentaria como uma nova alternativa para se compreender a educação e a própria sociedade.

A Educação Holística (YUS, 2002) apresenta-se como esta nova alternativa, uma vez que consegue captar e perceber a fragmentação da vida humana. O paradigma sistêmico/holístico pretende recompor as rupturas deixadas pelo paradigma mecanicista, buscando a conexão entre homem e natureza e entre mente e corpo. Esta orientação exige que voltemos a ter uma relação mais orgânica com o mundo natural.

Yus (2002) apresenta as características essenciais deste novo modo de entender a educação. A primeira característica refere-se à **globalidade da pessoa**. A partir dessa premissa, leva-se em conta o crescimento de todas as potencialidades humanas. O aprendiz aprende através de sua mente e de seu corpo, de seus sentimentos, de seus interesses e de sua imaginação. Afinal, educar nada mais é do que fazer emergir as vivências inerentes do processo de conhecimento.

“Uma criança que cresce no respeito por si mesma pode aprender qualquer coisa e adquirir qualquer habilidade se o desejar” (MATURANA; REZEPKA, 2001, p. 12). Assim sendo, a globalidade é de fundamental importância para que se possa estabelecer um processo de ensino e de aprendizagem valoroso, respeitoso e rentável, tanto para o professor quanto para o estudante.

Outra característica da Educação Holística (YUS, 2002) refere-se à **espiritualidade**. Esta é compreendida enquanto o estado de conexão de toda a vida, essencial para a construção da paz do planeta. Não há interesse por religiões específicas, pois se entende que elas moldam os entendimentos sobre a vida. Conforme Maturana e Rezepka, (2001, p.13) “[...] a educação deve estar centrada na formação humana e não técnica da criança”.

As **inter-relações** entre corpo e mente, entre os diferentes domínios e facetas da pessoa, entre colegas e entre professores e pais, também são consideradas. Não há como se pensar a educação sem levar em conta as relações imbricadas neste processo. “O respeito mútuo [...] é fundamental porque amplia a inteligência



ao entregar aos participantes, na aprendizagem, a possibilidade de dar um sentido próprio ao aprender e ao que se aprende” (MATURANA; REZEPKA, 2001, p.18).

O **equilíbrio** apresenta-se também como característica deste novo paradigma educacional. Deve-se procurar equilibrar tendências e tirar proveito de todas elas quando puderem ser conciliadas, pois são facetas de uma mesma realidade. A **cooperação** também é de extrema relevância neste novo modo de se pensar a educação. É importante levar em conta o incentivo do espírito cooperativo e a adoção de decisões coletivas responsáveis. A relação professor-estudante tende a ser igualitária, aberta e dinâmica.

Não se pode deixar de citar a **inclusão** como nobre característica da Educação Holística (YUS, 2002). A partir desse entendimento, todos os indivíduos são compreendidos em um plano de igualdade, no qual cada um possui algumas potencialidades inatas, a serem desenvolvidas na escola. Integração dos sexos, culturas, ritmos de aprendizagem e capacidades de aprendizado diferentes numa perspectiva cooperativa, dentro da sala de aula, tornam-se realidade.

O mundo que se vive é constitutivamente a expansão das próprias correlações sensório-efectoras, de modo que surge como uma expansão da dinâmica corporal que a pessoa vive a cada instante. Só quando alguém se dá conta disso é que pode escutar o outro aceitando a sua legitimidade, porque sabe que o mundo que o outro [...] vive surge com o seu viver (MATURANA; REZEPKA, 2001, p. 37-38).

A educação, ainda, não deve ser vista como uma preparação para a vida, pois ela é a própria vida. Aí, a **experiência** se mostra como importante para a Educação Holística (YUS, 2002). Trabalhar com as experiências pressupõe flexibilidade nos conteúdos, nos horários e nos espaços, que transcendem o estabelecimento escolar.

O ambiente pedagógico tem de ser lugar de fascinação e inventividade. Não inibir, mas propiciar, aquela dose de alucinação consensual entusiástica requerida para que o processo de aprender aconteça como mixagem de todos os sentidos. Reviravolta dos sentidos-significados e potenciamento de todos os sentidos com os quais sensoriamos corporalmente o mundo (ASSMANN, 2000b, p.29).

Por isso, “[...] na educação não se deve corrigir o ser do outro, mas só o fazer em relação com sua oportunidade ou inoportunidade” (MATURANA; REZEPKA, 2001, p. 27). Ou seja, o educador pode procurar corrigir aquilo que o educando realiza. Nunca aquilo que o educando mostra que é, pois, corrigindo a sua essência, o educador o está matando um pouco.

Por fim, este paradigma busca dar conta da característica da **contextualização**. Essa pressupõe que todo conhecimento é criado a partir de um contexto histórico e cultural, entendendo que os fatos são pontos de vista compartilhados. O conhecimento é uma relação que envolve a pessoa, a comunidade e o mundo natural; o conhecimento é fluido. Desenvolve-se o estímulo à visão crítica dos estudantes frente aos contextos morais, políticos e culturais de suas vidas, com vistas à melhor formação possível.

Assmann (2000b) colabora com o entendimento de Yus, no que se refere à



compreensão de Educação, quando afirma que:

[...] aprender é um processo criativo que se auto-organiza; todo conhecimento tem uma inscrição corporal do conhecimento; dinâmica da vida e dinâmica do conhecimento estão unidas; o prazer [deve ser visto] como dinamizador do conhecimento; urge curar e (re)flexibilizar as linguagens pedagógicas (p.30).

Assim, o conhecimento nunca é recebido passivamente, mas é algo construído ativamente pelo sujeito. Portanto, a função da cognição é adaptativa e está sempre a serviço da organização da experiência do sujeito, nunca da descoberta de uma realidade (ontológica) objetiva. Dessa forma, é função da universidade, entendida enquanto lócus da produção do conhecimento, proporcionar espaços criativos e acolhedores a seus estudantes.

Segundo Santos (2007), as características de uma educação do nosso tempo, para o século XXI, devem se basear em autonomia, seletividade, planejamento, interação social, coletividade, flexibilidade e criatividade. A concretização desse tipo de aprendizagem se dá através de sete passos principais, quais sejam: “[...] o sentir [...]; o perceber [...]; o compreender [...]; o definir [...]; o argumentar [...] o discutir [...]; o transformar [...]. O fim último da aprendizagem significativa é a intervenção na realidade” (SANTOS, 2007, p.91).

É importante que os fenômenos sejam sentidos, para que possam ser percebidos, e que dessa percepção se procure compreender o fenômeno. A partir da compreensão, a definição passa a ser viável, no sentido de argumentar e discutir as descobertas realizadas. Com esse processo, da sensação/sentimento à discussão, a transformação da realidade passa a ser viável e possível.

Refletidas algumas concepções de educação, Rossato (2000, p.124-127) nos auxilia a pensar no seu papel e na sua responsabilidade, apontando alguns de seus desafios para o nosso século:

Desafio 1: Colocar a educação ao longo da vida no coração da sociedade. [...] passagem para uma sociedade cognitiva, em que predominarão as novas formas de saberes e descobertas.

Desafio 2: Educação para a pluralidade. [...] buscar uma educação para a tolerância e para o respeito do outro. [...] Torna-se, pois, fundamental, compreender o mundo para compreender o outro. A diferença torna-se essencial para a sobrevivência.

Desafio 3: Construir a cidadania. Na educação, busca-se compreender a dinâmica do universo para descobrir o sentido da vida.

Desafio 4: Assumir a construção do ser.

Se o saber, conforme Pozo (2007), está cada vez mais inabarcável, o processo de ensino e de aprendizagem também o está. Não em um sentido pejorativo ou negativo, mas em um sentido de permanente busca de saberes válidos para a construção do conhecimento. Estudante e professor são parceiros nessa caminhada, e é imprescindível que o professor exercite com o estudante a sua autonomia, no sentido de buscar a produção do conhecimento, e não sua mera reprodução.



[...] si queremos que, como futuros profesionales de la producción, distribución y gestión social del conocimiento, nuestros alumnos tengan criterios propios para decidir la validez de um saber teórico o práctico en una situación dada, debemos formarles para la autonomía [...] (POZO, 2007, p. 44).

A seguir, utiliza-se um quadro, produzido por Cunha (2007) para demarcar as principais diferenças entre reprodução e produção de conhecimento:

Quadro 2 - Estudo comparativo de paradigmas de ensino: um ensaio preliminar

ENSINO COMO REPRODUÇÃO DO CONHECIMENTO	ENSINO COMO PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO
- Enfoca o conhecimento “sem raízes” e o dá como pronto, acabado, inquestionável;	- Enfoca o conhecimento a partir da localização histórica de sua produção e o entende como provisório e relativo;
- Valoriza o imobilismo e a disciplina intelectual tomada como reprodução das palavras, textos e experiências do professor e do livro;	- Valoriza a ação reflexiva e a disciplina tomada como a capacidade de estudar, refletir, e sistematizar o conhecimento;
- Privilegia a memória e a repetição do conhecimento socialmente acumulado;	- Privilegia a intervenção no conhecimento socialmente acumulado;
- Usa a síntese já elaborada para melhor passar informações aos estudantes, muitas vezes reproduzidas de outras fontes;	- Estimula a análise, a capacidade do compor e recompor dados, informações, argumentos e ideias;
- Valoriza a precisão, a “segurança”, a certeza e o não questionamento;	- Valoriza a ação, a reflexão crítica, a curiosidade, o questionamento exigente, a inquietação e a incerteza, características do sujeito cognoscente;
- Premia o pensamento convergente, a resposta única e “verdadeira” e o sentimento de certeza;	- Valoriza o pensamento divergente, parte da inquietação e/ou prova incerteza;
- Concebe a disciplina curricular como espaço próprio do domínio do conteúdo e, em geral, dá a cada uma o <i>status</i> de mais significativa do currículo acadêmico;	- Percebe o conhecimento de forma interdisciplinar, propondo pontes de relação entre eles e atribuindo significados próprios aos conteúdos, em função dos objetivos acadêmicos;
- Valoriza a quantidade de espaços de aula que ocupa para poder “ter a matéria dada” em toda a sua extensão;	- Valoriza a qualidade dos encontros com os estudantes e reserva tempo disponível para o estudo sistemático e a investigação orientada;
- Concebe a pesquisa como atividade exclusiva de iniciados, onde o aparato metodológico e os instrumentos de certezas se sobrepõem à capacidade intelectual de trabalhar com a dúvida;	- Concebe a pesquisa como atividade inerente ao ser humano, um modo de apreender o mundo, acessível a todos e a qualquer nível de ensino, guardadas as devidas proporções;
- Incompatibiliza o ensino com a pesquisa e com a extensão, dicotomizando o processo de aprender;	- Entende a pesquisa como um instrumento de ensino e a extensão como ponto de partida e de chegada da apreensão da realidade;
- Requer um professor “erudito” que pensa de ter com segurança os conteúdos de sua matéria de ensino;	- Requer um professor inteligente e responsável, capaz de estimular a dúvida e orientar o estudo para a emancipação;
- Coloca o professor como principal fonte da informação que, pela palavra, repassa ao estudante o estoque que acumulou.	- Entende o professor como mediador entre o conhecimento, a cultura e a condição de aprendiz do estudante.

Fonte: Cunha (2007, p.171-172).

Reforça-se, assim, que o processo de ensino e de aprendizagem na universidade seja realizado de forma a produzir conhecimento, e não reproduzi-lo. Assim, estudante e professor estarão, coletivamente, construindo novos saberes, através de um ensino, de uma pesquisa e de uma extensão de qualidade.

A hominização do conhecimento faz surgir a humanidade do conhecimento. O



pensamento humano passa do *Umwelt* – o meio – ao *Welt* – o mundo. *O movimento que cria o mundo do pensamento é o mesmo que abre o pensamento ao mundo* (MORIN, 2005c, p.77). A universidade pode desenvolver este processo de hominização do conhecimento, na medida em que se propõe a dividir os conhecimentos nela produzidos com a sociedade com vistas ao seu desenvolvimento.

Conforme Assmann, a competência social significa “a habilidade de ampliar seus pontos de vista, de enxergar e sentir as necessidades dos demais. [...] deve ser entendida como capacidade criativa para contribuir para a transformação dos comportamentos e da cultura socialmente existentes” (2000a, p. 219-220).

Trata-se do enraizamento da sensibilidade solidária no cerne da própria visão epistemológica, uma vez que aprender é construir mundos em que caibam todos; construir mundos em que caibam outros mundos. Nesse entendimento, o processo de conhecimento é visto como um processo de “conversão continuada”, ou como um processo de “dialética da complexidade” (ASSMANN, 2000b, p.111).

As características promissoras da era das redes são a hipertextualidade, a conectividade e a transversalidade. Torna-se relevante tratar de usá-las em proveito da educação sensivelmente solidária. A bipolarização entre “inforricos” e “info-pobres” (ASSMANN, 2000b, p.21) está em contradição com as próprias oportunidades oferecidas pelo potencial tecnológico que ora se apresenta à sociedade e às universidades, em especial.

Por isso, “é tarefa universal da educação prover o acesso ao conhecimento para todos, ajudando as pessoas na compreensão do mundo e na busca da harmonia na convivência humana” (JULIATTO, 2004, p. 17). Ou seja, a educação tem a tarefa de, como já disse Morin, hominizar o conhecimento produzido.

A dimensão ética da educação adquire um novo valor, conciliando a competição que estimula, a cooperação que partilha e a solidariedade que une. “Surge a necessidade de que o cientista e o técnico, para serem eficientes e competentes em suas áreas, humanizem-se, saindo da especialização para ingressarem em um novo renascimento” (BUARQUE, 2000, p. 38).

Isso será possível na medida em que se criar para os estudantes

[...] um ambiente de aprendizagem contínua que os capacite a seguir aprendendo ao longo de toda a vida e a permanecerem receptivos a todas as mudanças conceituais, científicas e tecnológicas que vão surgindo durante a vida ativa. É preciso que se passe de um modelo baseado na acumulação de conhecimentos a outro modelo, baseado numa atitude de permanente e ativa aprendizagem. [...] o modelo pedagógico [tradicional] deve ser substituído por outro modelo, no qual o estudante se converta no agente ativo do processo de aprendizagem, que deverá ser mantido durante toda a vida (MORA, 2006, p. 125).

“O educar ocorre, portanto, todo o tempo e de maneira recíproca, opera como uma transformação estrutural contingente, e o resultado disso é que as pessoas aprendem a viver de uma maneira que se configura de acordo com o ser da comunidade em que convivem” (DESAULNIERS, 2006b, p. 28). Afinal de contas, “[...] a universidade é filha da dúvida” (BUARQUE, 2000, p. 34).



De acordo com Juliatto (2004), é urgente se pensar na construção de um mundo mais equitativo e melhor para todos, e esta tarefa tem relação direta com a educação, e em especial neste trabalho, com a universidade e seu papel, uma vez que ela é o espaço apropriado para pensar, discutir e fazer propostas, por ser a agência social especializada em conhecimento e educação.

RESPONSABILIDADE SOCIAL & EDUCAÇÃO UNIVERSITÁRIA

A responsabilidade social universitária é compreendida aqui de acordo com o entendimento da GUNI (Global University Network for Innovation/Rede Universitária Global para Inovação), que considera responsabilidade social universitária como a capacidade que tem a universidade como instituição de difusão e colocação em prática de um conjunto de princípios e valores por meio de quatro processos principais, quais sejam:

[...] gestão, docência, investigação e extensão. São os valores e princípios declarados: no plano pessoal: dignidade da pessoa, liberdade, integridade; no plano social: bem comum e equidade social; desenvolvimento sustentável e meio ambiente; sociabilidade e solidariedade para a convivência; aceitação e apreço à diversidade; cidadania, democracia e participação; e no plano universitário: compromisso com a verdade; excelência; interdependência e transdisciplinaridade (MOROSINI, 2008, p.5).

De acordo com um dos entrevistados da pesquisa, a responsabilidade social de uma universidade:

[...] inicia pelo tratamento adequado, as condições de trabalho para os seus professores, para os seus funcionários, o respeito à legislação trabalhista, aos acordos coletivos com os sindicatos, ao estatuto, ao plano de carreira do pessoal docente e do pessoal técnico-administrativo. O segundo aspecto é a forma como a gestão é exercida, que confere um grau maior ou menor de comprometimento da instituição com o seu corpo social, que são seus professores, seus funcionários, seus estudantes e a comunidade que está envolvida. Então, processos de gestão democrática, como é o caso vivenciado na UNISC, com transparência administrativa e financeira, com a circulação de informações, com a participação em colegiados, em fóruns e debates, com a permanente atualização da gestão, é uma forma de gerar bem-estar e é uma responsabilidade da instituição perante os seus colaboradores, os seus funcionários, os seus professores. Ao mesmo tempo, o projeto de universidade tem que ser desenvolvido com a visão de atender às demandas e às necessidades da comunidade com respeito ao meio ambiente. Essa é uma visão geral de responsabilidade social que poderia ser aplicada a uma universidade. Em primeiríssimo lugar a relação com os seus professores, funcionários, seus estudantes e a comunidade do ponto de vista da forma como ela se dá (ENTREVISTADO 2).



Outro entrevistado complementa essas afirmações, indicando que: “[...] a responsabilidade social da Universidade se traduz na própria missão, de buscar integração entre os vários segmentos da comunidade e atender para retornar à sociedade os ganhos a partir de desenvolvimento de atividades, tentando satisfazer às necessidades da comunidade” (ENTREVISTADO 6).

A universidade, instituição com grande potencial humano e científico, não pode ficar à margem do que acontece na vida social, pois tem a obrigação de se envolver na resolução, ou na tentativa de resolução, dos problemas oriundos de um mundo da qual ela também faz parte. Ela deve ser “[...] uma poderosa alavanca para o desenvolvimento cultural, social e econômico da comunidade onde se encontra” (JULIATTO, 2004, p.18).

Portanto, “[...] para ser um instrumento de salto no saber universal a universidade não deve desligar-se do seu meio” (BUARQUE, 2000, p.79). Pelo contrário, precisa tirar do local a sua motivação, para que suas ações sejam também globais. Nesse sentido, muitas universidades vêm perdendo seu ar tradicional, para se tornarem universidades inovadoras, que preservam suas origens, estando bem mais adaptadas aos novos tempos e às novas necessidades (ROSSATO, 2006), contribuindo com o desenvolvimento²³ sustentável da sociedade.

O trecho da entrevista de um dos gestores pesquisados reforça essas afirmações: “[...] responsabilidade social é estar comprometido com o desenvolvimento da sua comunidade, da sociedade em que a universidade está inserida, e, por conseguinte, para as pessoas da sua comunidade” (ENTREVISTADO 1).

Como forma de melhor estabelecer princípios e critérios para se pensar responsabilidade social universitária, em especial aquela que se pretende em universidades comunitárias, organizou-se a apresentação desse item em alguns pontos estratégicos, ou chaves, para a compreensão desse fenômeno no século XXI.

Educação, educadores e educandos e responsabilidade social

A educação é um mundo, e neste mundo educadores e educandos confirmam seu modo de viver e de ver a vida, bem como a maneira como entendem o processo de aprender. Afinal de contas, a universidade atua em um mundo complexo, recheado de incertezas, no qual são exigidas novas interfaces com a sociedade, no sentido de capturar e responder às suas demandas (AUDY, 2006).

Os agentes envolvidos no processo de responsabilidade social da universidade, ou seja, professores, funcionários e estudantes precisam estar disponíveis e entenderem sua participação nesse processo, enquanto desenvolvimento da competência social²⁴, importante elemento para que se possa compreender o papel da

23 [...] desenvolvimento [...] é uma projeção de futuro de toda uma sociedade, na qual não existem fórmulas prontas. Não é baixado por decreto e nem cairá do céu, mas sim é resultado de um esforço coletivo de uma sociedade que para isso precisa estar organizada. E é nesse contexto que surge o desenvolvimento local, em que os verdadeiros protagonistas do desenvolvimento devem ser os atores sociais (DELEVATI, 2001, p.388).

24 A competência social é expressa pela capacidade de estabelecer relações entre as esferas do saber e social; é a capacidade de compartilhar conhecimentos e aprendizados advindos da experiência de vida cotidiana para o trabalho e vice-versa; refletida na capacidade de criticidade frente à realidade, alicerçada na dimensão ética (FARIAS, 2003).



Universidade para com seu entorno e, também, para a construção de conhecimento.

No que se refere à responsabilidade social que os professores têm, Siqueira (2006) é bastante oportuno ao trazer que

Os professores são transformadores das organizações/sociedades. Nelas são formadores do poder ideológico que marca o seu destino. Este poder ideológico muda de sociedade para sociedade, de época para época, assim como mudam as relações, ora de contraposição, ora de aliança, que os professores mantêm com os demais poderes organizacionais (p.10).

O mesmo autor segue afirmando que

A responsabilidade social do docente certamente o conduz à mediação e à interlocução reflexiva e criativa. O método de ação do professor é o diálogo racional e instigante, no qual os interlocutores discutem e apresentam uns aos outros argumentos raciocinados, experiências vivenciais, cuja virtude é a tolerância, a aceitabilidade e a serenidade para a diferença. [...] O professor tem uma enorme força moral sobre os estudantes. Eis aí mais uma responsabilidade social básica da missão do professor. Aqui está, sem dúvida, a força política que engendra e articula junto aos seus estudantes, mesmo que não esteja plenamente consciente desse seu papel (SIQUEIRA, 2006, p.11).

Um dos entrevistados da pesquisa exemplifica as afirmações de Siqueira:

A questão da responsabilidade social vai estar presente se o professor estiver com uma visão clara e imbuído de sua participação nesse processo. Os estudantes, via de regra, percebem facilmente o professor que, de algum modo, transpira responsabilidade social ou se é apenas um discurso, literatura sendo repassada. Os estudantes notam se ele tem um compromisso social, seja como professor da Universidade, seja como cidadão. E a qualidade da pesquisa e da extensão também tem a ver muito com este conjunto do professor – se ele é apenas um viés teórico, um discurso politicamente correto, ou se de fato ele faz algo pela sociedade. A autenticidade da responsabilidade social transpira em sala de aula quando ela é real. E, felizmente, na UNISC há muitos professores que têm compromissos sociais bem claros e transportam isso para o ensino, para a pesquisa e para a extensão (ENTREVISTADO 3).

A responsabilidade social da universidade passa justamente por esse entendimento, na medida em que, no mundo atual, onde o conhecimento é a moeda mais valiosa, a contribuição da universidade como comunidade científica constituída, representada especialmente por seus professores, é incomensurável ao conjunto da sociedade.



Nesse sentido, um dos entrevistados da pesquisa afirma que

Responsabilidade social tem muito a ver com o processo da educação. Da pessoa ser educada para entender o contexto social e conseguir inferir valor, melhoria no contexto em que vive, na sociedade em que vive. A responsabilidade social tem a ver com isso: como a gente se sente perante a realidade e como a gente pode mudar essa realidade. Cada um de nós deve ser responsável pela sociedade em que vivemos. E isso tem muito a ver com educação. O grau de educação que as pessoas têm, o grau de compreensão das coisas. (ENTREVISTADO 4).

Dessa forma, é importante que a educação proporcionada nas universidades seja empreendedora, de forma a preparar “[...] os educandos para enfrentar o mercado de trabalho, as questões sociais [...], ampliando seu foco de visão, [...] de modo a (re)criar situações desafiadoras, sem desconsiderar os vínculos identitários e os valores, para a manutenção das relações humanas, em uma sociedade civilizada” (ENGERS, 2007, p.27-28).

Conforme Engers (2007, p. 26):

Na atualidade, passamos da ideia do professor que apenas transmite conhecimento para a compreensão de que o ser humano é capaz de construir o seu próprio saber e, para tanto, o educador precisa proporcionar aos seus estudantes condições de aprendizagem, comprometendo-se também com o seu próprio aprendizado.

Para tanto, é importante que ambos, professor e estudante, estejam envolvidos nos processos de ensino e de aprendizagem de forma que esses processos ocorram, de fato, em uma via de mão dupla. Em uma universidade é imprescindível trilhar esse caminho, uma vez que se parte do princípio de que o estudante universitário tem autonomia suficiente para trilhar sua formação e contribuir para as discussões estabelecidas na sala de aula, nos grupos de pesquisa e nos projetos de extensão.

Na medida em que o professor socializa, por meio de sua ação pedagógica, que alguns valores universais – tais como solidariedade, justiça, liberdade – não podem ser desconsiderados por nenhum tipo de organização, sua intervenção se torna crescente e relevante à sociedade. Este também é um papel que faz parte da missão do professor: contribuir para que a sociedade se humanize e se comprometa como instrumento de bem comum para uma sociedade mais justa e solidária.

Considerando a posição de Juliatto (2004, p. 15), “por sua natureza, toda universidade é socialmente responsável pelo fato de preparar profissionais que deverão sustentar-se com dignidade e de preparar lideranças para todas as áreas [...]. Além disso, a universidade promove a responsabilidade social enquanto educa seus estudantes para a solidariedade”. Essa solidariedade pode ser vista também como uma forma de hominizar o próprio conhecimento.

A UNISC parece demonstrar diversas formas de educar para a solidariedade, e



dentre elas está o exemplo que segue, conforme Entrevistado 6 da pesquisa:

Praticamente não temos nenhum funcionário que tenha apenas o Ensino Fundamental, não chegam a cinco. E temos alguns que estão agora terminando o Ensino Médio. E a maior satisfação é que daqui a pouco eles irão conseguir ir para o Ensino Superior. Temos vários casos de pessoas que começaram na limpeza, ou vigilância, que acabaram se formando na Graduação aqui na UNISC, e foram buscar outros caminhos, não são mais funcionários da UNISC. Os relatos dessas pessoas são emocionantes, e faz parte de nossa responsabilidade social. A primeira formatura do EJA foi muito emocionante, é muito bonito ver a pessoa crescendo, se aprimorando.

A pergunta que se coloca parece ser: “[...] como reconstruir a prática [...] acadêmica de forma que o conhecimento seja trabalhado como processo e, dessa forma, contribua para a emancipação intelectual, social e política dos estudantes, favorecendo a cidadania?” (CUNHA, 2007, p.175).

É necessário que a universidade torne-se uma

[...] *usina* de transformação para enfrentar o espaço social. Essa usina de produção e transformação será possível pelo (re)conhecimento das necessidades do grupo envolvido, pela (re)formulação de hábitos e comportamento, pelo redimensionamento de espaços e estímulo à criatividade. Isso, sem dúvida, envolve trabalho compartilhado e investigação (ENGERS, 2007, p. 27).

Nesse sentido, a educação é entendida como uma prática social, na qual o processo de ensino e de aprendizagem universitário objetiva não só a formação dos estudantes, mas também dos próprios professores. A universidade deve favorecer ao máximo este tipo de formação, que não se restringe à apreensão de conteúdos e de metodologias.

A UNISC procura incentivar seus professores a firmarem parcerias e a trabalharem em rede como forma de qualificar a educação prestada, bem como forma de qualificar o próprio corpo docente. “Há muita simpatia por amplas relações dos professores com as universidades de um modo geral, não há qualquer tipo de restrição com universidades de qualquer natureza, porque acreditamos no livre trânsito das ideias e na livre aproximação das pessoas” (ENTREVISTADO 3).

Há, ainda, um sentido de resgate de uma lógica coletiva de construção de conhecimento, para fazer frente à individualização da vida. A educação também pode ser o espaço da busca por garantia de direitos e de cidadania, contrapondo valores neoliberais de individualidade e de competitividade nocivas.

Afinal, “[...] o que vai fazer diferença nesse futuro [da educação e das universidades comunitárias] eu acredito que seja o aprofundamento das relações entre os protagonistas desse processo, que são os professores e os estudantes” (ENTREVISTADO 2).

“Se todas as partes do espaço podem ser alcançadas a qualquer momento, não há razão para alcançar qualquer uma delas num dado momento, nem tampouco razão



para se preocupar em garantir o direito de acesso a qualquer uma delas” (BAUMAN, 2001, p.137). É justamente essa aparente apatia que pode ser transformada pela educação.

Para tanto, o diálogo deve ser estabelecido, como forma de mediar a relação professor/estudante, num processo contínuo, tendo em vista que “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1997, p. 42). Essa perspectiva aponta um grande desafio para o professor, que pode ser enfrentado através de um ensino sólido, uma pesquisa séria e uma extensão reflexiva.

O professor tem a responsabilidade social de desenvolver junto com o estudante a sua competência diagnóstica. O estudante deve aprender a tomar decisões, afirmar um ponto de vista, e isso implica analisar as alternativas viáveis, de forma reflexiva, crítica, indagadora e problematizadora.

Um dos entrevistados aborda essa questão ao trazer que:

[...] na formação em nível universitário dos nossos cursos, essa responsabilidade, esse compromisso, está vinculado às práticas, às clínicas, aos gabinetes judiciários, àquilo que os cursos permitem e possibilitam ao seu estudante, que está numa situação de estudante, sujeito de aprendizagem, e aos seus professores, envolver a comunidade nessa construção da formação (ENTREVISTADO 5).

Assim, na responsabilidade social interna, a universidade deve investir no bem-estar de seus professores, estudantes, funcionários e seus dependentes, no sentido de proporcionar-lhes condições favoráveis para o desenvolvimento de seu trabalho em um ambiente saudável e promissor (OLIVEIRA, 2004).

Com esse tipo de trabalho, ocorre um enriquecimento de todas as partes envolvidas. Os estudantes adquirem uma formação orientada para a resolução de problemas sociais concretos, contribuindo ainda para sua formação de cidadania e de solidariedade. Para o professor, estas ações significam o momento de colher os frutos de seu projeto pedagógico, além de avaliar constantemente a sua própria prática.

Na UNISC, essa perspectiva já vem sendo trabalhada, conforme um dos entrevistados:

[...] os grupos de pesquisa têm também essa conotação muito forte na questão da realidade da comunidade regional. Desde a Educação Física que tem um trabalho na área de qualidade de vida, que faz todo um levantamento de dados físicos, biológicos das pessoas, para fazer uma análise de crianças, da qualidade de vida dessas crianças, dando retorno dessa pesquisa. Se vai às escolas para dar esse retorno. Já tem desde o início do levantamento de dados a busca de estar em contato com a comunidade, trazer informações, transformar em conhecimento, e retornar para a comunidade. A pesquisa e a extensão andam juntas, e isso é muito importante. Até projetos na área de biotecnologia, enzimas, bioensaios, todos eles têm essa conotação de não ser só uma ciência básica, mas trabalhar a ciência básica para ter alguma



aplicabilidade. A grande maioria dos projetos já tem esse viés, que é um viés, na minha opinião, muito de universidade comunitária. Entendo que as universidades comunitárias têm muito isso no seu bojo: uma preocupação em retornar o conhecimento à comunidade. Pesquisa básica é importante, e ela é valorizada, mas a aplicabilidade dessa pesquisa é fundamental (ENTREVISTADO 4).

A UNISC parece estar, portanto, atenta à relação que deve existir entre professores e estudantes, no processo de ensino e aprendizagem, e desses com a comunidade do entorno, no sentido de criar uma via de mão dupla de construção de conhecimento e de enriquecimento mútuo, com vistas ao exercício da responsabilidade social universitária.

Estratégias para uma educação socialmente responsável

A comunidade universitária não pode esquecer que sua grande aventura está em inventar-se para ser um instrumento de ruptura, de invenção de um pensamento para conviver com o presente e construir o futuro, da forma mais participativa e democrática possível (BUARQUE, 2000).

Redução das desigualdades, instituição da missão social e integração em uma rede de proteção social articulada com os vários setores da sociedade passa a fazer parte da realidade de uma universidade que se quer socialmente responsável. A universidade deve ser crítica e participativa, produzindo conhecimentos úteis à sociedade.

O entrevistado 1 da pesquisa reforça essas afirmações quando indica que:

Nós precisamos falar de um ensino universitário que, além da teoria, tenha uma forte dose de realidade; que ele esteja debruçado sobre os assuntos que fazem parte do cotidiano das pessoas. O ensino universitário deve estar, de fato, vinculado às questões essenciais da nossa comunidade, da nossa sociedade. E essa formação vai ter mais essa dose de realidade, de inserção na comunidade, de vivência, na medida em que ela estiver associada a projetos de extensão. Em relação a bolsas de extensão para estudantes, acreditamos sempre que temos que elevar esse número, trabalhar na busca de mais recursos, de mais professores, de mais horas-atividade.

Conforme Clotet (2006, p.11), a universidade do século XXI deve ser:

[...] empreendedora pelo seu compromisso com o desenvolvimento da comunidade na qual está inserida; pela formação de atitudes e habilidades que propicia aos acadêmicos; pelo gerenciamento eficiente e pela sustentabilidade financeira que facilitam a consolidação institucional, a manutenção e o crescimento da pesquisa de qualidade e, conseqüentemente, pelo desenvolvimento social.

De acordo com documento da Organização das Nações Unidas para a



Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), “Declaração Mundial em Ensino Superior para o século XXI: visão e ação e as Bases de Ação Prioritária para mudança e desenvolvimento do Ensino Superior”, organizado em outubro de 1998, dentre as missões e funções do Ensino Superior estão: papel ético, autonomia, responsabilidade e função antecipatória – as Instituições de Ensino Superior devem ajudar a sociedade a identificar e tratar de questões que afetam o bem-estar das comunidades, das nações e da sociedade global; orientação de longo prazo baseada na relevância – a relevância do Ensino Superior deve estar assentada na compatibilização entre o que a sociedade espera das Instituições de Ensino Superior e aquilo que elas de fato realizam; as Instituições de Ensino Superior devem reforçar o seu papel de servir à sociedade, através de uma aproximação inter e transdisciplinar na análise dos problemas e das questões²⁵.

Na Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe (CRES), realizada de 4 a 6 de junho de 2008, na cidade de Cartagena de Índias, Colômbia, com o apoio do Instituto Internacional da UNESCO para a Educação Superior na América Latina e no Caribe (IESALC-UNESCO) e o Ministério de Educação Nacional da Colômbia, com a colaboração dos governos do Brasil, Espanha, México e da República Bolivariana da Venezuela, foi declarado que:

As instituições de Educação Superior devem avançar na configuração de uma relação mais ativa com seus contextos. A qualidade está vinculada à pertinência e à responsabilidade com o desenvolvimento sustentável da sociedade. Isso exige impulsionar um modelo acadêmico caracterizado pela indagação dos problemas em seus contextos; a produção e transferência do valor social dos conhecimentos; o trabalho conjunto com as comunidades; uma pesquisa científica, tecnológica, humanística e artística fundada na definição explícita dos problemas detectados, de solução fundamental para o desenvolvimento do país ou da região e o bem-estar da população; uma tarefa ativa de divulgação, vinculada à criação de uma consciência cidadã, sustentada no respeito aos direitos humanos, e à diversidade cultural; um trabalho de extensão que enriqueça a formação, colabore na identificação de problemas para a agenda de pesquisa e crie espaços de ação conjunta com distintos atores sociais, especialmente os mais excluídos e marginalizados (CRES, 2008).

Ainda no que se refere às iniciativas da UNESCO em relação à educação de nível superior, esta tem na GUNI o espaço para discutir assuntos referentes ao Ensino Superior. Em abril de 2008 foi realizada a IV Conferência Internacional de Barcelona sobre Ensino Superior²⁶, que tinha como tema “Ensino Superior: novos rumos e papéis emergentes para o desenvolvimento humano e social”. Nessa Conferência, teve-se como pano de fundo a grande pergunta: “Quais são os novos rumos e os papéis emergentes do Ensino Superior para o desenvolvimento humano e social?”.

25 Tradução da autora.

26 As informações sobre a IV Conferência de Barcelona sobre o Ensino Superior foram retiradas de: <<http://www.guni-rmies.net/newsletter/edit.php>>. Acesso em: 2 maio 2008.



Esse questionamento convida os participantes a refletir sobre como o Ensino Superior pode contribuir frente a estes novos rumos no contexto da globalização. No desafio do papel que o Ensino Superior tem hoje há implicações políticas, econômicas e sociais. As instituições de Ensino Superior estão bem posicionadas para vincular o local com o global e é precisamente esta razão que lhes dá a oportunidade de intercambiar processos em muitas sociedades e contribuir para o desenvolvimento humano e social. As instituições do Ensino Superior são personagem-chave com uma responsabilidade que lhes permite ocupar um papel fundamental na construção da sociedade.

Os objetivos da referida Conferência foram: analisar o papel do Ensino Superior no que concerne ao desenvolvimento humano e social; compartilhar e debater idéias sobre o papel social relevante que o Ensino Superior é chamado a desempenhar no mundo cada vez mais globalizado; proporcionar um espaço para analisar o papel do conhecimento nesta sociedade do conhecimento: que conhecimento se faz necessário para o tipo de sociedade que desejamos construir e como as instituições de Ensino Superior definem seu papel sobre esse aspecto; revisar a questão do intercâmbio de valores entre a universidade e a sociedade, reconsiderando a pertinência social das universidades; fomentar um debate profundo, comprometido e sério entre aqueles que, por seus diferentes vínculos com o mundo do Ensino Superior, podem contribuir para enriquecer o intercâmbio de idéias.

Desse modo, acredita-se que se criarão oportunidades que deveriam ser analisadas conjuntamente por professores e gestores universitários, responsáveis por políticas e membros da sociedade civil e do setor empresarial; apresentar uma análise pró-ativa e assertiva que ofereça muitas idéias e visões para orientar o futuro; elevar a função social do Ensino Superior mediante uma análise acadêmica do que atualmente é o Ensino Superior e o que o seu contexto precisa para propor como deveria ser desde a perspectiva de suas próprias funções.

Em relação à UNISC, o depoimento de um dos entrevistados indica que a Universidade está trabalhando nessa perspectiva:

A primeira estratégia, então, é, justamente, ter uma política, uma diretriz interna clara. O projeto tem que estar na prática dos professores, dos estudantes, de todas as pessoas envolvidas com cada curso. Temos claro que devemos consolidar a relação dos cursos com a comunidade do entorno, através das disciplinas, dos estágios... O estudante tem que estar vivendo isso, para poder incorporar, se apropriar, no corpo e na mente, desses princípios norteadores que envolvem a relação com a comunidade. Então, nossas estratégias são formativas. Primeiro, na intencionalidade política, depois transformar essa política em ação, que se concretiza nos projetos e nos fazeres pedagógicos, de estudantes e professores (ENTREVISTADO 5).

O mesmo entrevistado segue, exemplificando a sua fala:

Por exemplo, temos uma inserção, dos cursos, muito grande em hospitais, nos bairros, nas empresas, nas escolas. São espaços altamente ricos para construção de conhecimento e para



aprendizagem da prática e para a reflexão da teoria na prática. Queremos consolidar a relação dos cursos com esses espaços, mas com foco na saúde: hospitais e rede básica; nas escolas: privadas e públicas, de abrangência da UNISC; e nas organizações não governamentais: empresas, segmentos da comunidade que recebem nossos estudantes. Para além dos estágios e das práticas, desde a formação geral até as específicas. O QUE EDUCA, SÃO AS PRÁTICAS! Não educamos somente com discursos.

A referida Conferência, por meio de seu eixo norteador, composto por quatro mesas-redondas, nos incentiva a pensar que a educação tem a responsabilidade de formar profissionais que, ao longo de suas carreiras, alcancem posições de maior responsabilidade na sociedade e no mercado de trabalho.

A primeira mesa, intitulada “Preparar as novas gerações: o propósito educativo e os planos de estudos do Ensino Superior para o desenvolvimento humano e social” teve como objetivo “analisar o propósito do Ensino Superior considerando uma visão positiva do desenvolvimento humano e social”.

As decisões dos profissionais formados em universidades são chaves para a criação de riqueza e de desenvolvimento dos países e contribuem decisivamente na forma de vida que se desenvolve no planeta. Esta tomada de decisão pode acontecer a partir de aproximações que podem ser tanto positivas como negativas para o progresso global da humanidade e das sociedades, tanto nos países desenvolvidos como nos países em desenvolvimento. O Ensino Superior desempenha, portanto, um papel decisivo e fundamental no que diz respeito aos conteúdos de *ensino*, *valores* e *habilidades* que se incorporam nesse processo.

A segunda mesa intitulou-se “Renovar a criação do conhecimento: o papel da investigação no Ensino Superior – implicações e rumos para uma contribuição ativa futura para o desenvolvimento humano e social”, e buscou “examinar o papel da investigação no Ensino Superior, no que se refere à sua contribuição ao desenvolvimento humano e social; debater as implicações e os rumos da investigação para contribuir de forma ativa para a sociedade e para as necessidades de desenvolvimento humano; abordar temas que versam sobre modos da investigação de poder ajudar a resolver problemas globais centrando-se, ao mesmo tempo, nas necessidades locais; abordar temas que versam sobre a ciência e a tecnologia”.

A pesquisa, portanto, é parte vital do desenvolvimento do Ensino Superior; porém, existe uma necessidade cada vez maior de questionar os paradigmas de conhecimento e de inovação em diferentes contextos, bem como sua relação com a sociedade e com as necessidades de desenvolvimento humano, que dão forma aos programas de pesquisa. Um dos entrevistados assim exemplifica uma das contribuições da UNISC em relação à aplicabilidade da pesquisa acadêmica.

A área ambiental é uma área que se desenvolveu muito nos últimos anos na Universidade, ganhamos prêmios de responsabilidade social. Por exemplo, o desfluoretador: que é uma tecnologia que foi desenvolvida aqui pela UNISC e foi colocada de domínio público. É uma tecnologia social, e quem quiser usar é só entrar no site da FUNASA e está lá o manual, para que cada um possa montar seu desfluoretador de maneira muito simples. E esse problema de fluorose



não tem somente aqui na nossa região, tem em outras regiões do País esse mesmo problema, como é o caso do Norte (ENTREVISTADO 4).

A terceira mesa versou sobre o tema “Melhorar o diálogo entre as instituições de Ensino Superior e a sociedade: como o Ensino Superior contribui para o desenvolvimento humano e social através do compromisso cívico”. Seus objetivos foram “analisar como o Ensino Superior contribui para o desenvolvimento humano e social através do compromisso cívico, e incluir na discussão os temas de aprendizagem-serviço, cooperação para o desenvolvimento, conhecimento e aprendizagem / local-global, relações e vínculos entre o Ensino Superior e as redes civis”.

Por fim, a quarta mesa teve como eixo central a discussão sobre como “Transformar as instituições de Ensino Superior para aproveitar as oportunidades criadas pela globalização: principais rumos e respostas institucionais”. Os objetivos dessa mesa foram: “examinar o papel que as instituições de Ensino Superior deveriam desempenhar frente ao desenvolvimento humano e social; analisar os principais rumos e respostas institucionais para assumir um novo papel pró-ativo e se antecipar às necessidades sociais e abordar temas como: modos de construir uma missão e uma visão compartilhadas; que tipo de instituição deveria assumir este novo papel”.

Nesse sentido um dos entrevistados, na UNISC, revela:

[...] tentamos passar essas decisões de Reitoria para as outras instâncias da Universidade. Sabemos que não é perfeito, que algumas informações às vezes não chegam completas, mas optamos por fazer assim. Não é o reitor que decide as coisas, são as pessoas, nos diversos colegiados. Acho que o equilíbrio financeiro da Instituição é uma coisa que a gente busca. Mas também, justamente, apoiamos muito as iniciativas que vêm de outras áreas. Quando nos chegam demandas sociais de outras áreas, de cursos da UNISC, nos envolvemos em conseguir identificar recursos para que se possa avançar na implantação das atividades para dar conta das demandas, apoiando financeiramente as escolhas (ENTREVISTADO 6).

Segundo a GUNI (2008), o papel do Ensino Superior no mundo atual é essencial e complexo, o que significa o surgimento de uma série de rumos e possibilidades, com implicações políticas, econômicas e sociais. Talvez os mais significativos sejam aqueles associados a uma troca de perspectivas sobre o conhecimento em si, que influenciam poderosamente no papel e na responsabilidade da universidade na sociedade.

Diante disso, pode-se pensar que o papel das Instituições de Ensino Superior tem evoluído com o tempo: passam de garantidoras da conservação de formas de conhecimento culturalmente reverenciadas ou fonte de pessoal altamente qualificado e investigadores dedicados a satisfazer necessidades econômicas de agentes do desenvolvimento e da transformação social. Essa transformação também se dá através de ações de responsabilidade social, especialmente aquelas que articulam ensino, pesquisa e extensão.



Áreas prioritárias para investimento na universidade

O papel do gestor de uma universidade com responsabilidade social nos parece ser o de conduzir suas ações de maneira que se torne corresponsável pelo desenvolvimento sustentável da sociedade. Segundo Audy (2006, p.57), “[...] a sociedade passa a esperar mais das Universidades em termos de contribuições ao processo de desenvolvimento econômico e social. Os problemas se tornam mais complexos e o ambiente mais incerto”.

Esse desenvolvimento sustentável se tornará mais possível na medida em que os valores fundamentais que à educação cabe promover, e em especial as universidades, sejam entendidos como compromissos de todos os envolvidos com essa realidade. A UNESCO destaca, entre esses valores:

[...] respeito pela dignidade e pelos direitos humanos de todos os povos em todo o mundo e compromisso com justiça social e econômica para todos; respeito pelos direitos humanos das gerações futuras e o compromisso em relação à responsabilidade intergeracional; respeito e cuidado pela grande comunidade da vida em toda a sua diversidade, que inclui proteção e restauração dos ecossistemas da Terra; respeito pela diversidade cultural e o compromisso de criar local e globalmente uma cultura de tolerância, de não violência e de paz (2005, p.42-43).

Para isso, é importante também que a universidade contribua com o provimento à sociedade de recursos humanos qualificados para intervir no real, mas, também, providencie a essa mesma sociedade respostas às demandas sociais emergentes que são vivenciadas pelos seres humanos, em especial no que se refere à preservação do meio ambiente pensando nas gerações futuras.

[...] a Universidade deverá [...] produzir o saber buscando o equilíbrio entre conteúdo social e a excelência acadêmica especificamente profissional, num explícito comprometimento com a elevação das condições de vida a níveis mais dignos e fraternos, numa significativa interação com o entorno social onde se situa, cumprindo, assim, o papel que cada vez mais é chamada a desempenhar (VOLPI, 1996, p. 17-18).

Nesse sentido, conforme documento da UNESCO (2005), a universidade tem um papel específico a desempenhar em relação à educação para o desenvolvimento sustentável: o de funcionar como local de pesquisa e de aprendizagem e como iniciadora de polos de atividades em sua comunidade e também nacionalmente.

Na UNISC, conforme um dos entrevistados:

Todo ano nós fazemos o Plano Geral de Ação, que está ligado a projetos e investimentos, que irão refletir nos orçamentos, etc. Neste Plano estão as diretrizes para investimento, o que iremos priorizar. Depois de feita essa seleção, nos organizamos por setores e criamos



estratégias para alcançar aquilo que é de nossa responsabilidade ou aqueles projetos que apoiamos. As prioridades são institucionais. Algumas coisas são internas, de cada pró-reitoria, mas no Plano Geral temos as prioridades da UNISC. Ainda, temos prioridades e demandas internas e externas, dependendo das necessidades de cada pró-reitoria e da comunidade e parceiros. Uma prioridade pode desencadear o envolvimento de várias áreas, então é uma engrenagem. (ENTREVISTADO 6).

Essa nos parece ser a maneira como a universidade desempenha o conjunto de suas atividades no âmbito do campo em que atua (científico) e o tipo de relações que estabelece com os demais campos do espaço social, que indicam o grau de responsabilidade social de suas ações enquanto corresponsável no processo de produção social, cabendo-lhe articular o capital intelectual com demandas sociais emergentes (DESAULNIERS, 2006a, p.1).

[...] nos tempos modernos, [a universidade] passou a preocupar-se em atender também às necessidades do seu tempo e do seu espaço. Hoje, a par de sua tarefa primordial, a universidade está voltada a participar ativamente de ações exteriores ao ambiente da academia (OLIVEIRA, 2004, p. 96).

Audy (2006, p. 68) complementa essas colocações afirmando que o “[...] balanço entre tradição (representada pelos valores acadêmicos) e a renovação (representada pelas novas demandas da sociedade) é o diferencial que as melhores universidades do futuro estão construindo hoje”.

De acordo com um dos entrevistados, na UNISC

Se garantem como intocáveis alguns elementos considerados fundamentais para a Universidade. Investimento em livro sempre está assegurado, o investimento nas adequações para melhorias internas, como nas salas de aula. Isso não passa por nenhuma pró-reitoria especificamente, o planejamento, a execução sim. Nós também levamos em consideração as demandas apresentadas pelos estudantes, como, por exemplo, as passarelas cobertas, a iluminação, segurança, etc. Essas demandas mais gerais acabam orientando o orçamento (ENTREVISTADO 3).

As universidades têm diante de si tempos fascinantes com um rumo interessante porque, ao mesmo tempo em que a globalização possibilita que elas aproveitem importantes oportunidades, também as obriga a enfrentar problemas graves em um futuro próximo. Devem se questionar sobre qual é seu valor principal – servir ao bem comum, pois o mundo sofreu uma transformação considerável nos últimos anos.

Ainda que uma parte da humanidade desfrute de maior qualidade de vida, surgem importantes metas como: a redução da pobreza e da crescente disparidade na distribuição das riquezas, a justiça internacional, a equidade global e os direitos humanos, a compreensão intercultural, a construção da paz, a cidadania e os governos globais e o desenvolvimento sustentável.



Em resumo, é necessário buscar soluções para os problemas globais, conseguindo promover mudança de paradigma para reconstruir a sociedade em resposta a esses rumos e para deixar um mundo melhor às gerações futuras. As Instituições de Ensino Superior, da mesma forma que as sociedades em que elas se encontram, estão sofrendo um processo de transformação muito rápido em todos os sentidos, mesmo com características diferentes em cada parte do mundo.

Um dos entrevistados da pesquisa reforça essa assertiva e exemplifica de que forma a UNISC vem trabalhando no sentido da inovação sem perder de vista a contribuição social desse conhecimento:

Programas de *stricto sensu* e a consolidação dos grupos de pesquisa e a geração de novos programas. Todos eles estão muito preocupados com a questão da produção, do desenvolvimento e da transferência de conhecimento para a sociedade. Que este conhecimento venha a melhorar a qualidade de vida e de relações dos cidadãos. E no *lato sensu* temos também várias ações prioritárias, na linha de oferta desses cursos, estamos trabalhando nesse período com a EaD, trabalhamos também com as residências médicas. A primeira residência que mandamos: residência em medicina da família e comunidade – estamos esperando a comissão de avaliação. Temos que dar bolsas e temos que ter infraestrutura. Ela não é que nem o *lato sensu*, que recebemos o dinheiro para ser autossustentável. O que estamos fazendo na residência: em função justamente do caráter socialmente responsável, e da relação com a medicina comunitária que temos, além de termos a necessidade dessas residências para nos tornarmos hospital universitário, trabalhamos com essa residência familiar e em comunidade (ENTREVISTADO 4).

Apartir das questões até aqui apresentadas, pode-se inferir que a responsabilidade social universitária, assim como a responsabilidade social empresarial, ainda que tenha um caráter individual, se quer se tornar institucional, parece dever partir do “comando superior”.

Torna-se fácil identificar a existência de um círculo vicioso comportamental, que só se poderá retificar mediante uma intervenção em nível de comando superior, de gerência, e não em nível intermediário, caso dos professores, dos estudantes. Só assim os resultados poderão ser refletidos em toda a estrutura do sistema de ensino (SIQUEIRA, 2006, p.11).

Na UNISC, as atividades desse chamado “comando superior”, entendido para a Instituição em estudo como o conjunto dos gestores, são justamente aquelas que se referem à organização e à sistematização de produtos do coletivo institucional, como o Projeto Político-Pedagógico Institucional, o Plano de Desenvolvimento Institucional e outros documentos de mesma envergadura. Um dos entrevistados comprova essa assertiva quando refere: “Eu acredito que o conjunto da reitoria e o conjunto das unidades é que asseguram os vínculos de responsabilidade social da universidade com o conjunto das atividades institucionais” (ENTREVISTADO 3).



Os gestores parecem entender a responsabilidade que têm uma vez que desejam disseminar a ideia e a operacionalização de ações socialmente responsáveis. Percebem-se enquanto multiplicadores de uma postura que deve ser assumida individualmente pelo professor e funcionário da Instituição.

O mesmo entrevistado complementa:

Para os professores que chegam aqui, especialmente os que não têm regime de trabalho, que passam pouco tempo aqui, é difícil perceber o que significa uma universidade comunitária. E se os professores não têm claro isso, os seus estudantes também não terão claro isso. Os professores vão percebendo isso gradualmente e os estudantes também, na medida em que permanecem aqui quatro, cinco, até seis anos. No final desse percurso, uma maior parte deles [dos estudantes] já tem mais clareza do que significa liberdade acadêmica, não repressão ao movimento estudantil, participação em eleição direta para reitoria, etc., participação nos colegiados, ter uma ouvidoria à sua disposição. Então os estudantes vão percebendo esses diferenciais (ENTREVISTADO 3).

A conscientização do que significa uma universidade comunitária, seus princípios e valores, bem como a relação desses com a responsabilidade social universitária é um processo gradativo, que ocorre no cotidiano institucional e que é observado pelos gestores da UNISC. Quanto melhor os professores, os funcionários e os estudantes compreenderem essas questões, melhor se dará a relação entre esses atores, no que se refere às suas atividades diárias, e mais caracterizada ficará a relação de parceria da Universidade com a comunidade de seu entorno, uma prioridade institucional importante devido ao seu caráter comunitário.

Ensino-pesquisa-extensão: articulação e indissociabilidade

Para que uma universidade comunitária possa ser entendida como socialmente responsável primeiramente o tripé que a mantém deve estar articulado²⁷. Ensino, pesquisa e extensão devem ser indissociáveis, tanto no entendimento quanto no cotidiano prático da universidade. Esses três elementos são complementares, sendo que um não pode ser plenamente desenvolvido e alcançado sem os outros dois.

Essa compreensão, aliada à perspectiva do empreendedorismo,

[...] propõe a esperança de alcançar um mundo-planetário de maior compreensão, de paz, tendo presentes a criatividade e a inovação. Isto quer dizer que temos a esperança de ver o processo de ensinar e de aprender envolvido em uma visão cooperativa e empreendedora, que possa fazer frente às incertezas que envolvem a sociedade (ENGERS, 2007, p. 28).

27 A articulação [refere-se] “A ação articulada dos diversos agentes sociais, culturais, políticos e econômicos, públicos e privados. A articulação é a ‘liga’, é que vai fazer com que os agentes não atuem isoladamente ou sobreponham ações. Faz também com que o processo ganhe força uma vez que todos o desejam” (DELEVATI, 2001, p.375).



Assim sendo, as universidades comunitárias poderão se considerar como instituições que formam recursos humanos socialmente responsáveis na medida em que conseguirem articular esses três elementos que compõem a tríade de uma universidade.

Sobre o ensino de Graduação, um dos entrevistados da pesquisa afirma que:

[...] na formação em nível universitário dos nossos cursos, essa responsabilidade, esse compromisso, está vinculado às práticas, às clínicas, aos gabinetes judiciais, àquilo que os cursos permitem e possibilitam ao seu estudante, que está numa situação de estudante, sujeito de aprendizagem, e aos seus professores, envolver a comunidade nessa construção da formação. Então, tem muitos cursos que envolvem diretamente a comunidade e trazem muito claramente essa responsabilidade, que está articulada à missão de ser uma universidade comunitária, comprometida com o desenvolvimento das regiões [do entorno], com o desenvolvimento das pessoas, com a formação cidadã. Os cursos, a extensão, as pesquisas, os estágios e as práticas, todas as dimensões se envolvem com a comunidade. Porém, é dada pouca visibilidade para esses espaços de formação. Eu ainda acho que é muito pouca visibilidade que se dá para o compromisso que temos com a comunidade, na graduação (ENTREVISTADO 5).

Essa passagem vem ao encontro de algumas reflexões feitas por Botomé (1996), que acredita que não é apenas através da extensão que a universidade afirma seu compromisso social. O autor considera que a pesquisa e o ensino também podem revelar um papel muito importante em relação a compromissos sociais assumidos pela universidade.

Deixar essa responsabilidade a cargo apenas da extensão seria um grande equívoco, até porque “[...] a indissociabilidade está muito mais vinculada à ideia de que o Ensino Superior necessita ter no seu *menu* essas três atividades. Mas isso tem que servir principalmente para os estudantes, que devem ter acesso a isso. [...] a indissociabilidade é fundamental para a formação dos estudantes que estão aqui na Universidade” (ENTREVISTADO 1).

As funções da pesquisa, do ensino e da extensão se dão em prol da produção de novos conhecimentos científicos e da ampliação e do desenvolvimento de ações que venham ao encontro das demandas sociais, especialmente daquelas do entorno da universidade, e de um ensino inovador e de qualidade, uma vez que o Ensino Superior precisa “[...] ser planejado a partir do que se constitui as exigências da realidade com que o estudante vai se defrontar quando sair da escola” (BOTOMÉ, 1996, p.126).

Afinal, é preciso que a universidade se transforme em uma instituição

[...] **geradora**, onde a reflexão teórica e a investigação, intimamente imbricadas com a contribuição ética e estética, se instalem de maneira integral tanto no corpo docente quanto em seu alunado. [...] Uma Universidade dessa natureza deve [...] estar em sintonia com a realidade para, dessa forma, colaborar na solução de problemas em todos os



setores da atividade humana, exercitando sua capacidade reflexiva e assim poder, crítica e criativamente, antecipar-se aos acontecimentos, tentando configurar propostas viáveis para a sociedade do futuro (VOLPI, 1996, p. 23-24).

A conduta do docente de gestão, nesse processo, “[...] deve ser embasada por uma forte vontade de influir e de participar [...] das mudanças e dos conflitos que marcam a realidade das organizações do nosso tempo, mas sem [...] se desantentar do processo histórico do qual participa” (SIQUEIRA, 2006, p.11).

Um dos entrevistados aponta para uma fragilidade desse tripé universitário, quando apresenta:

Essa indissociabilidade é enfraquecida porque uma das dimensões tem menor investimento por parte dos professores, que é a extensão. Ela não está no mesmo patamar. A extensão é difícil de ser feita, requer o desapego às condições ideais que nós temos no campus: o ar-condicionado, a cadeira estofada, a internet, a biblioteca, os laboratórios. Essa ida à escola, ao meio rural, ao bairro, à empresa, às prefeituras, esse contato com a realidade requer mais esforço, é mais difícil. O que nós temos que trabalhar inicialmente é a consciência. E aí cabe ao professor. O professor tem que se dar conta em que instituição ele está pisando, para quem ele trabalha. E os departamentos têm uma função primordial, ao verificarem, por exemplo, de que forma um projeto de pesquisa também vai ter extensão, como ele será de pesquisa e extensão, como será levado à comunidade. Esse é um processo que vem sendo feito (ENTREVISTADO 2).

Por outro lado, a passagem de uma outra entrevista ilustra bem as colocações feitas anteriormente por Siqueira:

[...] agora nós estamos criando um programa de Universidade da Terceira Idade. Esse programa já vem com o olhar da graduação, da pós-graduação e da pesquisa, e da extensão. A extensão é que está encaminhando, mas a gente fez um trabalho conjunto de buscar pensar ações que possam ser articuladas. Então não é apenas extensão, é pesquisa, é ensino, também. Mas temos que avançar muito nisso, com certeza. E isso é uma política [da UNISC]: ampliar essa interação, que é muito importante para o desenvolvimento humano. A gente tem que ter na base o ensino, a pesquisa e a extensão. Quer dizer: ensinar, mas não ensinar de forma desatualizada, para isso é necessário conhecer, através da pesquisa, e estender esse conhecimento para a comunidade e vice-versa (ENTREVISTADO 4).

Engers (2002, p.128) também complementa e amplia as colocações de Siqueira ao afirmar que “A contribuição da universidade para o desenvolvimento da sociedade é inegável, razão pela qual é preciso trabalhar para alcançar a excelência e a liderança”.

Um dos entrevistados da pesquisa reforça essas afirmações quando coloca que:



O vínculo da educação com a responsabilidade social já está presente nessa tarefa de se socializar o que se produz, daquilo que se aúfere do conhecimento produzido na esfera nacional e internacional, mas também, no caso de uma instituição comunitária, de buscar aproximar o exercício educativo de sala de aula, bem como o esforço da pesquisa e da extensão, das expectativas e necessidades da sociedade mais próxima, das comunidades regionais. A preocupação com o bem-estar social substitui o caráter filantrópico e assistencialista de alguns anos atrás. Hoje, a universidade assume um novo papel, que faz referência à tomada de decisão em contribuir com a sociedade através de projetos baseados em problemas sociais concretos, situados no tempo presente e em sintonia com a realidade vivenciada (ENTREVISTADO 3).

O próprio PPI da UNISC enfatiza essa assertiva, ao falar da sustentabilidade: “O esforço pela sustentabilidade não é uma opção, é uma necessidade de sobrevivência. [...] as medidas nesse sentido devem ser compatíveis com a busca permanente de realização da missão, da visão, dos compromissos e dos valores institucionais” (UNISC, 2008b, p.8).

Ainda em relação à importância da pesquisa, e também da extensão, para que a universidade possa afirmar seu compromisso social, Botomé disserta:

Difícilmente a sociedade vai participar ou contribuir para aumentar o acesso a algo que não lhe diz respeito ou interessa. Se a origem da pesquisa não tem relação com os problemas com os quais os componentes da sociedade se defrontam, dificilmente seus resultados dirão respeito a esses problemas e, nesse sentido, a origem também determina as possibilidades de utilização do conhecimento produzido (1996, p.106).

Um dos depoimentos da pesquisa ilustra claramente essa questão:

Nós somos universidade porque começamos com a graduação. Então, nosso principal foco, o que movimenta a pesquisa e a extensão, vem da graduação. Mas a Universidade é indissociável de pesquisa e extensão, ao mesmo tempo. E o que todo mundo faz, todos os professores, é ensino. A pesquisa e a extensão devem ser voltadas à aplicação prática dos conhecimentos de sala de aula. O estudante é o maior interessado nisso. E o professor precisa poder testar os seus conhecimentos para poder passar aos seus estudantes. Até para a melhora da qualidade do ensino, a pesquisa e a extensão são fundamentais. A pesquisa é uma forma de conhecimento; a extensão eu vejo muito mais como prática. Os cursos podem dar a visão do que significa responsabilidade social, e [algumas] áreas são mais propícias para dar essa visão de responsabilidade social. A extensão forma para a vida, a vivência do “real” cotidiano forma para a vida, não somente para habilidades técnicas (ENTREVISTADO 6).

Mais uma vez é reforçada a importância de as pesquisas realizadas na



universidade, e aqui se destacam as universidades comunitárias, terem relação com os problemas ou dificuldades advindos da comunidade do entorno da instituição. A pesquisa a ser desenvolvida não pode estar desvinculada da realidade que se apresenta para a universidade, e essa realidade é expressa pelas demandas sociais que estão surgindo na vida dos diferentes grupos sociais. Ou seja, a pesquisa se relaciona com a extensão, que tem articulação com o ensino. Essa rede de vetores precisa estar constantemente articulada e ser recíproca, para que se possa falar em articulação e indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

Universidade e outras universidades e organizações: articulação

Segundo Buarque (2000, p. 12), “O papel da universidade deve ser o de estimular e desafiar a razão, o de liberar a inteligência para a plenitude de sua possibilidade e, mais do que tudo, para a descoberta apaixonada do outro, esse nosso parceiro na imensa e enigmática aventura de viver”. O mesmo autor segue afirmando que

Com a velocidade com que o conhecimento avança em cada área e com a evolução dos instrumentos utilizados pelos profissionais, o egresso da universidade não consegue mais se formar em caráter definitivo. Ele vive um permanente processo de reciclagem ou torna-se rapidamente obsoleto (2000, p. 48).

Sendo assim, a educação pode facilitar esse processo, na medida em que possibilita compreender o significado do desenvolvimento humano, criando condições para seu aprimoramento. Dessa forma, estará colaborando para a identificação da própria identidade humana, na sua totalidade.

Nessa direção, fica difícil a universidade viver de forma isolada, sem estabelecer intercâmbios com outras universidades e outras organizações com as quais se possam assentar trocas de diferentes naturezas. No caso específico de universidades comunitárias gaúchas, essas encontram no COMUNG – Consórcio de Universidades Comunitárias Gaúchas –, um espaço de discussão, de troca de ideias, de intercâmbio de projetos. De acordo com um dos entrevistados da pesquisa, no que se refere a intercâmbios que a UNISC desenvolve:

Existem três meios principais: por entidades representativas, no Rio Grande do Sul existe o COMUNG, no Brasil existe a ABRUC; por projetos compartilhados, especialmente entre universidades públicas e universidades comunitárias; e por meio de intercâmbios, em nível internacional, processo que é protagonizado pelos professores. Estamos buscando formas alternativas, como o associativismo, como o trabalho em rede, como já é feito em países com a Itália e a Irlanda do Norte. Entendo que ainda existe muita concorrência entre as universidades comunitárias gaúchas; muita repetição de cursos; etc. Essa é uma situação que precisa ser resolvida no futuro, e isso só se resolve com aproximação, com conhecimento, com respeito, com diálogo e com projetos conjuntos entre professores e entre instituições. E o que vai fazer diferença nesse futuro eu acredito que



seja o aprofundamento das relações entre os protagonistas desse processo, que são os professores e os estudantes (ENTREVISTADO 2).

Outro entrevistado reforça essas ideias, afirmando que:

No momento atual, eu gostaria de destacar principalmente o intercâmbio que nós estamos tendo com as outras universidades comunitárias, porque nós estamos em uma cruzada a nível nacional para que o governo federal reconheça as nossas instituições como instituições públicas não estatais. Porque hoje nós não conseguimos entender que os recursos públicos tenham dificuldade de vir para as nossas instituições, tendo em vista que as nossas instituições estão realizando importantes atividades de desenvolvimento social, de inclusão social, de disseminação do conhecimento, de integração de indivíduos que não teriam acesso ao Ensino Superior se não fosse por nossas entidades. Então por tudo isso eu queria destacar que hoje há um movimento das universidades comunitárias, especialmente as ligadas ao COMUNG e a ACAFE, portanto Rio Grande do Sul e Santa Catarina, e que é a UNISC que está puxando a frente desse projeto. Hoje esse é um projeto de pesquisa, mas também já é um projeto de lei que nós fizemos e estamos encaminhando para que se reconheça o caráter público das nossas instituições. Também temos intercâmbio com universidades canadenses, temos intercâmbio com a universidade tecnológica de Mendoza, temos intercâmbio com universidades do Cone Sul, especialmente a Argentina, e também temos parcerias com outras universidades do Brasil. Intercâmbio de estudantes, de professores, projetos conjuntos, etc (ENTREVISTADO 1).

Esses intercâmbios são importantes, pois ampliam e reforçam as atividades desenvolvidas na Universidade de forma a contribuir para a elaboração de novos projetos e programas institucionais. Em relação a esses intercâmbios, vinculados à responsabilidade social da Instituição, um dos entrevistados apresenta uma crítica interessante:

[...] muitas vezes há um conceito errado, de que filantropia é a mesma coisa do que responsabilidade social, e não é. Nem tudo é responsabilidade social. [...] mas temos muita filantropia e pouca responsabilidade social, ainda, penso, de maneira geral. O fato de você ter mais professores vinculados a áreas propícias à responsabilidade social vai fomentar maior responsabilidade social. Como o eixo da Universidade é ensino, quem fará atividades de responsabilidade social são aqueles professores que fazem pesquisa e extensão. Temos também um fórum estadual do COMUNG vinculado à área administrativa e financeira e temos outro a nível nacional, que acontece uma vez por ano, é bem pontual, com atividades e discussões ligadas à filantropia e estudos de ações que deram resultados na área administrativa e financeira. Essas trocas acontecem muito nesse fórum do COMUNG. Nesse encontro anual estão apenas as



comunitárias e as confessionais, mais fortemente do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. As públicas têm outro fórum, afinal, elas não têm problemas financeiros, não precisam correr atrás de recursos. As privadas ou empresariais também não participam, porque têm outra lógica (ENTREVISTADO 6).

Através dessa passagem, percebe-se que a responsabilidade social universitária ainda não tem um amplo espaço para ser discutida nos fóruns das universidades. É importante que esses espaços também se destinem para estabelecer esse tipo de reflexão e de discussão, pois conforme o entrevistado, ainda se confunde muito responsabilidade social com filantropia. E a intenção é que as universidades tenham uma postura pró-ativa e socialmente responsável, não caritativa ou assistencialista.

Afinal, “Uma identidade construída com base na integração do plano individual com o ecossociocultural, que esclarece as relações do indivíduo consigo mesmo, com a sociedade e a natureza, em busca de sua própria transcendência” (MORAES, 2005, p. 211), contribui para que se possa alcançar um tipo de sociedade mais equitativo.

As universidades têm importante papel na busca desse objetivo, não apenas individualmente, mas de forma coletiva e integrada, dando a devida importância ao capital social nelas formado, uma vez que

O capital social representa o contexto, a energia, a substância que estabelece o relacionamento entre os indivíduos, organizações, grupos e atores. É o que possibilita o trabalho conjunto entre os cidadãos e a criação das redes de organização dentro de um “local”, o relacionamento de cooperação entre elas (DELEVATI, 2001, p.389).

Devemos reconhecer a capacidade potencial dos seres humanos (capital humano) na identificação de seus problemas e de suas necessidades, com autonomia crescente enquanto se organizam, se informam, estabelecem parcerias, cooperam, participam, compartilham com o Estado e com as instituições a responsabilidade pelo desenho das soluções e também a execução das políticas (DELEVATI, 2001).

Relação e articulação da universidade com a comunidade do entorno

Para que as ações de responsabilidade social universitária sejam concretizadas é necessário que a universidade se comprometa de maneira diferenciada com a formação dada para os seus estudantes, especialmente no que se refere à sensibilização, para que eles percebam os problemas sociais que os rodeiam. Isso será possível na medida em que os professores tiverem uma postura aberta à troca com os seus estudantes, para que esses se sintam capazes de integrar as iniciativas de responsabilidade social da universidade.

Dessa forma, ocorre uma interação do conhecimento teórico, sistemático com o saber informal da comunidade. A universidade com essa integração promove a melhora da qualidade de vida dos envolvidos na proposta, proporcionando condições a essas pessoas de buscarem exercer a sua cidadania de forma plena. Com esses



procedimentos, ela se torna socialmente responsável, assumindo assim o *status* de Universidade Cidadã (OLIVEIRA, 2004, p. 100).

Portanto, em relação à responsabilidade social externa da universidade, essa se refere à sua participação no processo de desenvolvimento da própria sociedade. Isso se dá através da elaboração e da execução de projetos que tenham como finalidade o atendimento de problemas específicos que a comunidade (do entorno), o território²⁸ ou a região, onde está situada a universidade, enfrentam (OLIVEIRA, 2004). A comunidade, também participante desse processo, beneficia-se com o conhecimento advindo da universidade, adquirindo novas perspectivas de vida e de projeção para o futuro.

Afinal,

Os atores sociais são os protagonistas da dinâmica social e devem ser os realizadores do seu desenvolvimento – [...] é a inversão do paternalismo e assistencialismo para uma visão de que a sociedade possa gerir, empreender, construir o seu futuro, enfim projetar o seu desenvolvimento. Para que isso aconteça é necessário que a *sociedade civil* aprenda a gerir, a racionalizar, a tomar decisões e analisar o nosso trabalho, a nossa economia e a nossa sociedade. [...] um dos primeiros requisitos para a dinamização de um processo de desenvolvimento local é o aumento da *capacidade de organização* dos diversos atores sociais e da população em geral (DELEVATI, 2001, p.374).

A fala de um dos entrevistados a esse respeito clarifica essa questão:

A primeira coisa [a fazer] é a abertura para o diálogo, para a escuta das necessidades da comunidade, a humildade da Universidade frente à comunidade. A UNISC tem uma bela prática de relação com a comunidade, começando pelo diálogo, planejando, sistematizando depois, registrando as ações, e finalmente avaliando. Então existe um caminho trilhado desta relação universidade-comunidade. Então, se criaram compromissos mútuos entre a UNISC e a comunidade. Precisamos dela e ela precisa de nós. Destaco aqui o poder público, as empresas, as escolas e as entidades não-governamentais – especialmente na área da Graduação. Temos trabalhado o envolvimento do estudante, seu compromisso social, sendo respeitado na sua individualidade. Um dos indicadores mais bem avaliados é que o estudante reconhece o respeito que o professor tem para com ele;

28 A territorialidade no desenvolvimento local aparece como referência a uma comunidade, um município, uma microrregião ou mesmo uma região (envolvendo vários municípios). Na realidade a territorialidade é resultado inicialmente de um processo de descentralização político-institucional onde os locais (municípios) estão paulatinamente assumindo as diversas responsabilidades em termos de saúde, meio ambiente, educação, agricultura, etc. Assim o município é o espaço mais propício e palpável para o desenvolvimento local, pois torna-se importante a capacidade de intervenção e a influência política dos atores no processo de desenvolvimento. [...] não é a prefeitura (sociedade política) que “faz” desenvolvimento, mas sim é parte de um todo no processo – um município (sociedade política e sociedade civil) é muito mais que uma prefeitura (DELEVATI, 2001, p.375).



mas ainda há muito para fazer... (ENTREVISTADO 5).

Juliatto (2004, p.27) apresenta que:

O Estado tem o dever constitucional de prover os cidadãos com alguns serviços básicos, mas a realidade cruel do país demonstra que essa situação está ainda muito longe de ser uma realidade. As universidades comunitárias podem complementar algumas funções específicas do Estado. Enquanto alguns formuladores de políticas públicas ainda travam batalhas entre teorias apelidadas de velha e nova esquerda, ou de velha e nova direita, as iniciativas práticas e bem-intencionadas na educação podem ajudar a criar uma sociedade dinâmica com oportunidades [...].

Por isso, para manter seu compromisso absoluto com a qualidade, a universidade, em nosso entender, deverá definir sua postura com base em cinco vetores:

- Participar da ampliação do patrimônio cultural da humanidade e da sociedade local e fazer avançar o mais puro e descomprometido pensamento em todas as áreas [...];
- Criticar as ameaças à estabilidade nacional, condenar as desigualdades e propor alternativas que visem distribuir eficientemente o bem-estar, a cultura e a liberdade;
- Entender o país [...]; identificar e definir suas necessidades [...];
- Ajudar no desenho do retrato do que se deseja para a sociedade no novo futuro, formular alternativas [...] sem ignorar a realidade herdada [...];
- Criar as bases científicas e tecnológicas que permitam transformar os recursos disponíveis no conjunto de bens e serviços necessários ao bem-estar social; e formar mão de obra necessária para produzir estas funções (BUARQUE, 2000, p.106).

Nessa mesma perspectiva, Candau afirma que:

[...] o desafio da Universidade de hoje é construir em cada contexto socio-cultural, em cada instituição universitária concreta, [...] esta 'razão solidária'. Assumir esta perspectiva supõe liberar nossa capacidade criativa e crítica. Exige unir esforços com todos aqueles que, na vida universitária e desde outras mediações científicas, culturais e sociais, acreditam na necessidade de repensar e transformar estruturalmente o mundo em que vivemos (1990, p.53).

Isso significa dizer que a universidade deve se imbuir dessa postura e desse comportamento socialmente responsável. Para tanto, deve se abrir, aprender a escutar aquelas demandas que vêm de fora de seus muros, que necessitam ser acolhidas e discutidas junto com a comunidade, poder público e iniciativas do terceiro setor. A principal contribuição da universidade vem, justamente, daquilo que ela faz melhor, que é o conhecimento; que, entretanto, deve ter uma intenção e uma relevância social



que interesse aos demais atores da sociedade.

Por outro lado, Singh (2005, p.47-48) reflete que, atualmente,

[...] o apelo em favor do comprometimento da universidade faz parte do discurso da “sociedade do conhecimento”, fenômeno que viu a educação superior adquirir uma nova proeminência no contexto das exigências de uma economia “movida pelo conhecimento”, ao mesmo tempo em que a sujeitou ao discurso de uma responsabilidade social mais aguda, inculcado por governos, instituições financeiras globais, doadores e outras forças sociais.

Zezeza (2005) complementa as afirmações de Singh, ao apresentar uma tese acerca da corporatização da gestão universitária, que

[...] tem a ver com a adoção de modelos comerciais para a organização e administração de instituições de educação superior. As universidades estão sendo pressionadas a adotar o discurso de responsabilidade social e do papel do empresariado, o que as obriga a adotar novas estratégias orçamentárias e a expandir e diversificar as suas fontes de financiamento, para que elas possam tornar-se mais eficientes, produtivas e relevantes (p.29).

Entende-se que a leitura que esses autores fazem do compromisso e da responsabilidade social que as universidades vêm adotando centra-se em uma análise mais econômica do que social. Afinal, a responsabilidade social universitária significa um tipo de postura e de comportamento adotado. Obviamente, essa postura implica investimentos econômicos, mas não se reduz a isso. Este trabalho busca refletir, justamente, sobre outros elementos envolvidos, especialmente as atividades que estão sendo desenvolvidas em nível universitário para contribuir com a sociedade naquilo que se refere à busca de soluções para seus problemas mais graves e emergentes.

Nesse sentido, há que se concordar com a própria Singh, quando postula que:

As universidades precisam abrir o seu próprio caminho, em meio a uma miríade de demandas, muitas vezes contraditórias – transformar-se radicalmente em muitos aspectos e, apesar disso, permanecer estável e coerente em outros; prestar contas a numerosos parceiros detentores de necessidades largamente distintas e, não obstante, preservar uma margem reconhecível de autonomia e independência; tornar-se individualmente mais competitiva nos níveis nacional, regional e internacional, enquanto opera em regime de parceria e cooperação com outras instituições; concorrer com sucesso contra poderosas organizações comerciais, que se estão tornando vendedoras de educação numa escala cada vez mais global [...] (2005, p.50-51).

A mesma autora segue seus argumentos:



[...] aumentar o acesso a grupos de estudantes, até então excluídos, e melhorar a qualidade dos serviços prestados, com orçamentos que nada ou pouco cresceram; manter uma identidade coesa e uma “marca” reconhecível, ao mesmo tempo que se descentraliza, terceiriza seus serviços ou “desagrupa serviços”; conservar-se como um espaço destinado ao pensamento crítico e reflexivo, enquanto procura atender às necessidades da indústria e das comunidades locais; promover a justiça social e o bem público no contexto de um meio ambiente onde a norma é a busca corporativa dos bens privados. O caminho do engajamento terá de ser construído em meio a todas estas antinomias de demandas de mudança e de continuidade (2005, p.50-51).

Sim, de fato são muitos os desafios e as mudanças pelas quais a Universidade vem passando, mas, sem fazer uma leitura simplista, não estariam sendo desafios de todas as instituições? Como já problematizado neste trabalho, a Universidade foi questionada e teve de se abrir, até por uma questão de sobrevivência e de conscientização. Volta-se à pergunta: produzir conhecimento para quem? A busca deve ser no sentido de produzir um conhecimento relevante para a sociedade, muito mais do que para o mercado.

O entrevistado 5 fala que uma das formas de operacionalizar essa proposta é trazer para a graduação o método extensionista, fazendo com que a Universidade se abra para o diálogo com a comunidade, atentando para as necessidades por ela apresentadas.

Tendo em vista essa questão, há uma série de mudanças importantes dentro das universidades que devem ser consideradas para se compreender a própria responsabilidade social universitária. A partir de Rossato (2006), destacam-se algumas delas:

Mudança importante na relação professor e estudante. [...] relação de maior respeito entre docentes e discentes. [...] a rapidez da difusão do saber e das novas descobertas exigiu que a universidade se abrisse. [...] O desenvolvimento dos direitos humanos [...] acaba por criar na universidade um clima melhor. [...] À medida que muda o panorama internacional, também mudam as relações entre as instituições. Muitas universidades adquirem maior credibilidade, pois se atribui uma função mais importante ao saber: a sociedade vai gradativamente se tornando educativa [...] (p.81-83).

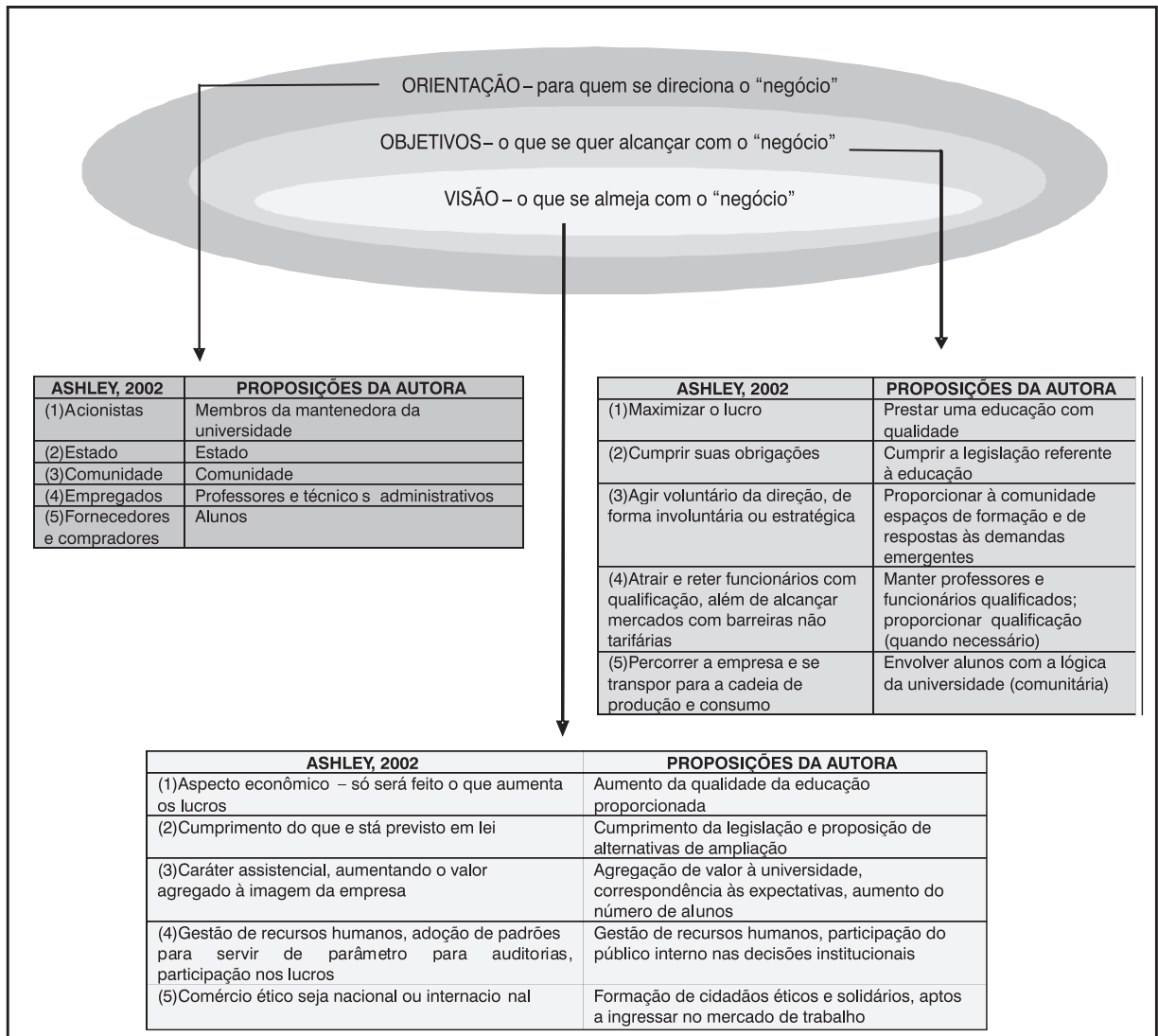
De maneira a deixar transparente a relação que se está estabelecendo entre responsabilidade social e responsabilidade social universitária, apresenta-se a seguir três esquemas, ilustrados em figuras, elaborados pela autora deste trabalho, tendo como apoio alguns autores²⁹ do referencial teórico de sustentação desta pesquisa, com o objetivo de compatibilizar e aproximar conceitos e fundamentos da

29 **Mandala da empresa socialmente responsável e Vetores da Responsabilidade Social** (ASHLEY, 2002); *Stakeholders* ou **públicos-alvo** das empresas com responsabilidade social (MELO NETO; FROES, 1999).



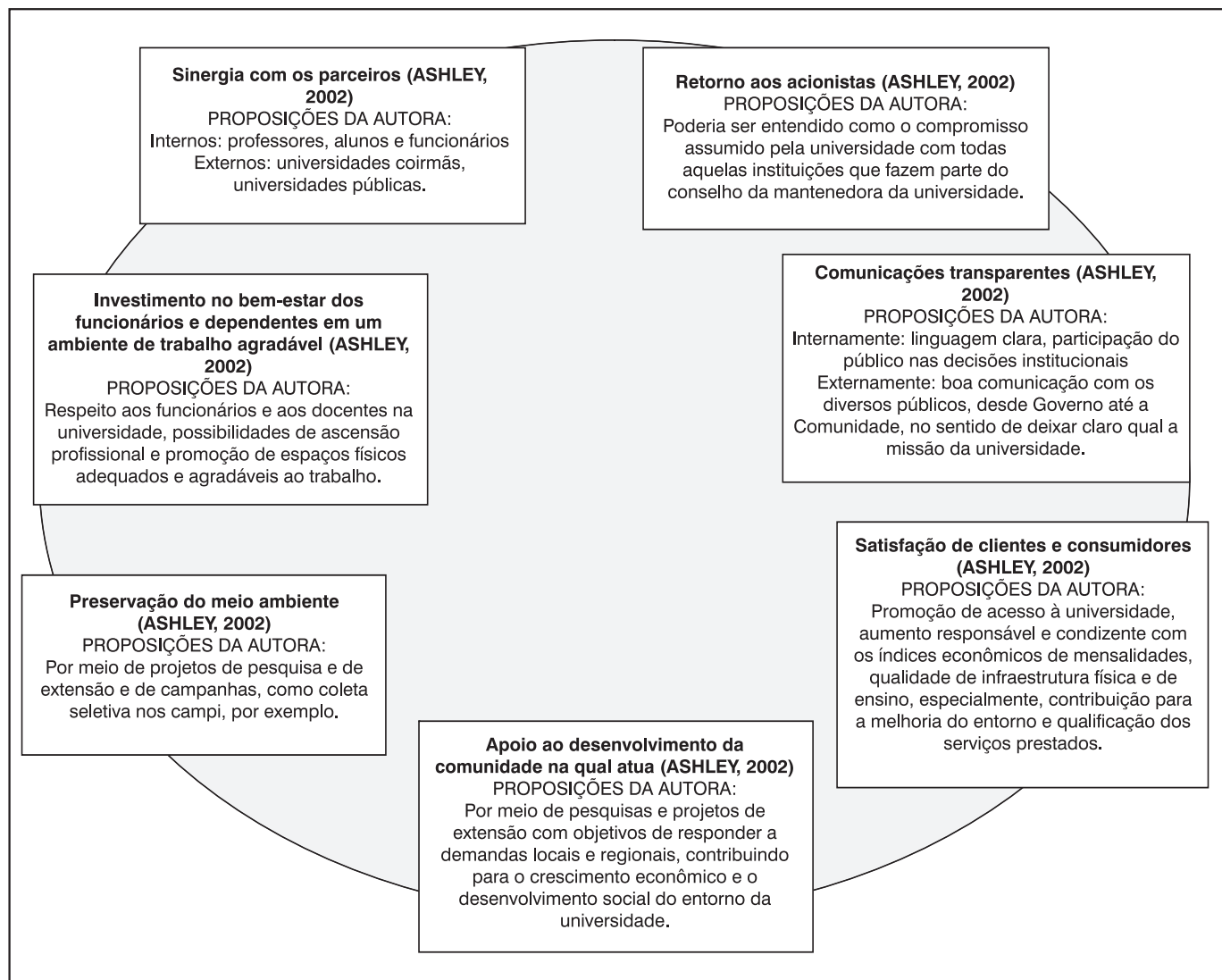
responsabilidade social em âmbito geral, já trabalhados na obra, com o que vem se considerando e evidenciando na Universidade em estudo como responsabilidade social das universidades, especialmente as comunitárias.

Figura 2 - Proposição de Mandala da Universidade (Comunitária) Socialmente Responsável.



Fonte: A autora (2009)

Figura 3 - Proposição de Vetores da Responsabilidade Social (Universitária).



Fonte: A autora (2009)

Quadro 3 - Proposição de Stakeholders ou Públicos-Alvo da Universidade (Comunitária).

PÚBLICO INTERNO PROFESSORES, TÉCNICOS ADMINISTRATIVOS, DEPENDENTES E ESTUDANTES	
MELO NETO; FROES, 1999	PROPOSIÇÕES DA AUTORA
Dimensão diálogo e participação	Relação com os sindicatos, especialmente com o SINPRO, e participação do público interno nos fóruns de decisões institucionais (colegiados, reuniões de conselhos, etc.)
Dimensão respeito ao indivíduo	Compromisso com o bem-estar dos colaboradores e dos estudantes e um clima de trabalho sem discriminação ou preconceito
Dimensão trabalho docente	Plano de carreira, bolsas de pós-graduação, liberação para estudos (qualificação), comportamento ético frente às demissões
Gestão do trabalho	Deve versar sobre a duração da jornada de trabalho; a distribuição da carga de trabalho; a criação de novas formas de organização do trabalho; desenho de cargos e postos de trabalho; os materiais e equipamentos; e o desenvolvimento de habilidades e capacidades
Gestão do ambiente de trabalho	Precisa cuidar de todos os aspectos relacionados ao momento da produção, ou seja: melhoria no ambiente de trabalho, através do cuidado com o clima, a cultura, o meio ambiente físico, os aspectos ergonômicos e o estresse que pode estar envolvido no ambiente; integração dos funcionários entre si e com as chefias; relacionamento; e participação de todos nos processos decisórios da empresa
Gestão da relevância social da vida no trabalho	Versa sobre a visão do empregado quanto à: imagem e ao exercício da responsabilidade social da empresa, qualidade de seus produtos e serviços e sua valorização e participação no trabalho, o que significa ter ou buscar ter um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal
PÚBLICO EXTERNO COMUNIDADE (DO ENTORNO) E SOCIEDADE, GOVERNO, MEIO AMBIENTE, OUTRAS IES	
MELO NETO; FROES, 1999	PROPOSIÇÕES DA AUTORA
COMUNIDADE E SOCIEDADE	Contribuições da universidade para a comunidade e parcerias com organizações da sociedade civil para o desenvolvimento de projetos
GOVERNO	Parcerias para o desenvolvimento de projetos diversos, financiamento de projetos de pesquisa (com relevância social), avaliações institucionais, ENADE, PROUNI
MEIO AMBIENTE	Programas de preservação ambiental, campanhas de preservação ambiental, coleta seletiva, consumo consciente, projetos de pesquisa voltados para a área ambiental
OUTRAS IES	Parcerias em projetos de pesquisa, de ensino e de extensão, intercâmbios com outras IES por meio de estudantes, de professores e de equipe de gestão

Fonte: A autora (2009)



A elaboração dos esquemas, apresentados nas figuras, origina-se das reflexões que se fez a partir da pesquisa realizada. A construção e a sistematização dos conteúdos foram no sentido de, conforme já explicitado, aproximar as diferentes perspectivas e entendimentos teóricos abordados nesta obra, para sugerir alguns indicadores possíveis para que se exerça responsabilidade social universitária.

Percebe-se, tendo em vista a construção feita, que há uma série de ações que podem e devem ser desencadeadas pelas universidades de maneira a contribuir com a vida em sociedade em suas múltiplas dimensões. As respostas para essas ações devem estar necessariamente pautadas em uma postura ética, proativa e responsável (DESAULNIERS, 2006a). Somente assim, estar-se-á apto a realmente desenvolver projetos e propostas de caráter socialmente responsável dentro das universidades.

Entende-se, a partir da investigação realizada, que a UNISC, ainda que tenha um caminho a trilhar em termos de responsabilidade social, pode ser considerada uma universidade comunitária socialmente responsável e os exemplos e dados que comprovam essa afirmação estão contidos ao longo desta obra.

A responsabilidade social da UNISC fica demarcada, inclusive, a partir da sintonia existente entre as falas dos gestores da Universidade e os documentos institucionais analisados. Percebeu-se, ao longo da análise e da interpretação das falas e dos documentos da pesquisa, que os gestores da UNISC, ainda que com algumas perspectivas diferentes, têm um entendimento comum do que significa responsabilidade social universitária.

Isto é bastante representativo daquilo que se abordou ainda no início desta obra, de que a responsabilidade social é um comportamento assumido individualmente pelas pessoas que trabalham na organização, e não por um setor ou departamento isolado da realidade organizacional como um todo. Acredita-se que quando pessoas com o mesmo pensamento se unem, a capacidade de se criar harmonia aumenta proporcionalmente ao número de pessoas que participam desse encontro (HAPPÉ, 2004).

A “Responsabilidade Social está a exigir um pensamento de segunda ordem, o que significa evolução da consciência como alternativa a ser explorada, estando nela presente a solidariedade, que se expande do eu para o nós e do nós para todos nós” (PORTAL, 2004, p.40).

Essa lógica remete ao entendimento de que há uma integralidade entre os diversos aspectos de um mesmo fenômeno, neste caso a responsabilidade social universitária, na qual o individual e o coletivo, ideias e ações, perspectivas e conhecimentos, atividades e intencionalidades são variáveis que convivem na perspectiva de realizar e alcançar um objetivo em comum: ser uma universidade com responsabilidade social.

É importante ressaltar que o trabalho desenvolvido com a pesquisa foi no sentido de poder demonstrar que a responsabilidade social universitária pressupõe o exercício de contemplar os pilares da educação elencados pela UNESCO e destacados no início deste capítulo, quais sejam: aprender a conhecer; aprender a fazer; aprender a viver juntos; aprender a ser. Para fins desta obra, compreende-se que o pilar aprender a ser é o que nos parece merecer maior relevância quando se trata de responsabilidade social universitária, pelo fato de esse pilar tratar do desenvolvimento integral da pessoa e da liberdade de pensamento e desenvolvimento de talentos.



Ora, se está se trabalhando na perspectiva de que a responsabilidade social dentro de universidades é um movimento que parte do individual para o coletivo, esse destaque ao pilar “aprender a ser” é sintônico, e esse aprender a ser é intencional, visando ao conhecimento compartilhado e com relevância social.

De acordo com Portal (2004, p. 40):

Responsabilidade Social tem estreita relação com níveis superiores da existência humana, cabendo à educação propiciar ambientes para o emergir da nossa criatividade interior, introduzindo na ciência a ideia de consciência como fundamento de todo o ser/base metafísica de um novo paradigma, no qual Responsabilidade Social tenha a compreensão de que necessita para ocupar o espaço que merece.

Entende-se que aí reside o principal desafio da responsabilidade social universitária: o de cada um questionar suas intencionalidades individuais frente a si, ao outro, à comunidade, à sociedade e ao mundo, tendo como referencial o propósito de vida, potencial em cada um de nós, para, após, transformá-las juntamente com as criatividades singulares, as construções de conhecimento particulares em ações e atividades institucionais e coletivas. Isso será possível na medida em que os gestores universitários conseguirem estabelecer espaços de autoformação que viabilizem processos de participação coletivos, envolvendo docentes, discentes e funcionários nos processos decisórios, aos moldes de como já se fazem acontecer na UNISC.

Dessa forma, este trabalho não se encerra aqui. Há ainda muitas descobertas por fazer e realidades a se desvelar no que concerne à responsabilidade social universitária, especialmente em relação aos pilares da educação relacionados a essa temática, ainda pouco investigados e debatidos. Acredita-se que esse terreno é bastante fértil para construção de novos conhecimentos na área da Educação, e é nessa perspectiva que se busca avançar nos futuros estudos que serão empreendidos.



7 CONSIDERAÇÕES EM ABERTO

A educação não pode mais ser compreendida como um sistema fechado, no qual não há espaço para dúvidas e incertezas, premissa que permeou a pesquisa ora apresentada. Quando se fala de educação formal, o processo de ensino e de aprendizagem precisa ser uma via de mão dupla, na qual estudantes e professores ensinam e aprendem, em um processo contínuo, no qual a informação precisa ser transformada em conhecimento. De acordo com Rossato: “A informação torna-se inútil se não for transformada em conhecimento, análise, interpretação, pois, neste caso, estará esvaziada” (2006, p.146).

A educação deve estar e está na pauta das discussões mais relevantes acerca das transformações societárias e dos rumos na sociedade neste novo século. Ao mesmo tempo, não se pode esperar que a educação resolva todos os problemas e demandas que existem, mas sabe-se que ela representa um papel de grande relevância na construção de alternativas.

A partir dessas questões, pode-se pensar o papel que as universidades ocupam na atualidade. Construção de conhecimento é o “negócio” da universidade, em relação a isso não há qualquer dúvida. Mas construção de conhecimento para quê/ para quem?

Mais especificamente, a partir do estudo de caso desenvolvido neste trabalho, é importante propor-se a pensar em qual o papel das universidades comunitárias no cenário de sociedade do século XXI. Pretendeu-se compreender como os gestores de universidade comunitária gaúcha percebem as atividades nela desenvolvidas, a partir da preocupação com uma educação socialmente responsável em sua Instituição.

Entende-se que essa compreensão se deu na medida em que se procedeu à análise dos dados coletados ao longo da investigação, por meio das observações da pesquisadora, dos documentos institucionais – Plano Político-Pedagógico Institucional e Relatórios e Balanços Sociais (2000-2007) – e das entrevistas realizadas que permitiram perceber que essas atividades são desenvolvidas no cotidiano institucional.

Através de atividades de pesquisa, de ensino e de extensão, a responsabilidade social da UNISC se expressa, porque todas essas ações têm um objetivo em comum: contribuir para o desenvolvimento sustentável da região, especificamente do Vale do Rio Pardo, de forma a demarcar a importância da Universidade, e de seu público interno, na construção de uma sociedade mais justa e solidária.

Iniciativas diferenciadas se dão no espaço institucional da UNISC, que tem como grande marca o envolvimento com a comunidade de seu entorno, representada por diferentes instituições, grupos e associações. Obviamente, essa tarefa ou objetivo não é realizado de forma linear e sem entraves. Pelo contrário, os próprios gestores da Universidade (re)afirmam que a articulação do tripé ensino-pesquisa-extensão ainda é uma dificuldade a ser superada.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que eles não perdem de vista com que finalidade essa articulação deve se dar: ela deve se dar em prol do estudante



e de sua formação. O estudante funciona como sujeito multiplicador dos valores da Universidade, e esses valores são exercitados cotidianamente, nas atividades e projetos de extensão, nas pesquisas desenvolvidas e nas salas de aula.

Neste sentido, a missão da UNISC está presente de modo que as atividades realizadas permeiem as atribuições dos diferentes gestores. A visão, por sua vez, dá o estímulo necessário para que a gestão saia do plano ideal para o plano concreto, com a participação dos atores da Instituição. Para muitos dos gestores entrevistados, a responsabilidade social é inerente à missão da Universidade. Gestão participativa e construção coletiva são alguns indicativos de como esse compromisso se efetiva internamente, ao passo que projetos articulados com outras organizações do entorno dão o tom da responsabilidade social externa.

Por isso, a principal estratégia é a de proporcionar um espaço produtivo para professores, técnicos e estudantes, na crença de que quanto melhor forem a estrutura e os diálogos estabelecidos na Universidade, mais os estudantes se interessarão em permanecer na Instituição, sentindo que fazem parte daquele espaço. Nesta perspectiva, os relatórios sociais da UNISC, internamente, ainda têm o que melhorar, incrementando a participação dos diversos setores institucionais na elaboração desse documento. Externamente, os relatórios servem para avaliar a Universidade e solidificar relações com parcerias externas.

Dessa forma, as repercussões dos referidos relatórios são diversas, especialmente em relação ao público externo da Universidade. A partir dos relatórios, é possível socializar experiências com outras universidades em relação a ideias, projetos e programas. Internamente, há um reconhecimento individual de contribuição para a Instituição. Por outro lado, os entrevistados referem que o PPI é o documento fundamental para que a Instituição consiga projetar e operacionalizar ações nas diferentes dimensões universitárias – ensino, pesquisa e extensão – de forma a qualificar as atividades que desenvolve, bem como contribuir para a resolução de problemáticas encontradas na comunidade de seu entorno.

Nesse sentido, as áreas elencadas como prioritárias são estabelecidas em conjunto, não apenas entre os gestores da UNISC, mas também com representantes da comunidade externa vinculados à mantenedora, a APESC. A Universidade busca privilegiar as atividades de ensino-pesquisa-extensão de maneira equilibrada, com o objetivo de proporcionar a melhor formação ao estudante, sem perder de vista as demandas advindas da sociedade do entorno. Ainda que articulação demande aprimoramentos, há iniciativas no sentido de aproximar as três áreas. É claro para os gestores que a pesquisa alimenta o ensino, que contribui com a extensão, que traduz a pesquisa.

Frente às questões apresentadas, fica claro que o compromisso social é inerente ao modelo comunitário de Instituição de Ensino Superior, e a UNISC mostrou, por meio da pesquisa, que vem instalando atividades no sentido de dar conta das demandas que lhe são apresentadas, de maneira ética, comprometida e científica.

Portanto, acredita-se, e comprovou-se, através do estudo de caso realizado, que: **A Universidade ora pesquisada, a UNISC, contribui com uma educação socialmente responsável, por meio da articulação e da indissociabilidade de suas funções bem como da relação e da interação que estabelece com as comunidades de seu entorno.**

Importante se faz enfatizar que a UNISC pratica de modo articulado suas



funções, ensino-pesquisa-extensão, embora tenha ficado evidenciado que a indissociabilidade buscada ainda não foi alcançada de modo pleno. Percebe-se, pois, que a universidade comunitária, bem como as demais instituições nesta modalidade de ensino, precisam redobrar esforços, em parceria com as comunidades, para avançar na direção desejada.

Espera-se que esta investigação tenha contribuído para, de algum modo, despertar a atenção daqueles que atuam como gestores, professores/pesquisadores, para que em parceria com seus estudantes e demais funcionários, sensibilizem-se para continuar nessa trajetória, produzindo e reproduzindo conhecimento, articulados com a comunidade. Afinal de contas, “Devemos ter no horizonte uma sociedade educativa” (ROSSATO, 2000, p.129).



REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2006.

ARAUJO, Marley Rosana Melo de. Exclusão social e responsabilidade social empresarial. **Psicologia em estudo**. Maringá: Departamento de Psicologia - Universidade Estadual de Maringá. V.11, n. 2. maio/ago 2006. p. 417-426.

ARDOINO, Jacques. **Psicologia da educação: na universidade e na empresa**. Tradução de Nestor Dockhorn. São Paulo: Herder, 1971.

ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). **Ética e responsabilidade social nos negócios**. São Paulo: Saraiva, 2002.

ASSMANN, Hugo. **Competência e sensibilidade solidária: educar para a esperança**. Petrópolis: Vozes, 2000a.

_____. **Reencantar a educação: rumo à sociedade aprendente**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2000b.

AUDY, Jorge Luis Nicolas. Capítulo 2: Entre a tradição e a renovação: os desafios da universidade empreendedora. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa. **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 56-69.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. **Modernidade líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BORGES, Regina Maria Rabello. Mudança de Paradigma em Pesquisas sobre Educação de Professores. In: ENGERS, Maria Emília Amaral (Org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação: notas para reflexão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p.45-50.

BOTOMÉ, Silvio Paul. **Pesquisa alienada e ensino alienante: o equívoco da extensão universitária**. Petrópolis: Vozes, 1996.

BRASIL. República Federativa do Brasil. Lei nº 9.394/1996.

BUARQUE, Cristovam. **A aventura da universidade**. 2.ed. São Paulo: Universidade Estadual Paulista; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BUSSMANN, Antônia Carvalho. O projeto político-pedagógico e a gestão da escola. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 6.ed. Campinas: Papirus, 1998.

CANDAU, Vera María. La universidad hoy: entre el “claustro” y la “palestra”. In: FRANCO, Eloísa López; OCHOA, Carmen Fernández; FLECHA, Consuelo; TORRES,



Isabel (ed.). **Lá función social de la universidad**. Madrid: Narcea, 1990. p. 47-54.

CAPRA, Fritjof. **A teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. Tradução de Newton Roberval Eicheberg. São Paulo: Cultrix, 1997.

CARVALHO, J. Eduardo. **O balanço social da empresa**: uma abordagem sistêmica. Portugal: Minerva, s.d.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. A era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução de Roneide Venâncio Majer. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005. v.1.

CASTRO, Marta Luz Sisson de. Metodologia da pesquisa qualitativa: revendo as ideias de Egon Guba. In: ENGERS, Maria Emília Amaral (Org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação**: notas para reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 53-64.

CLOTET, Joaquim. Apresentação. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa. **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 11-12.

CRES – Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe. **Declaração da Conferência Regional de Educação Superior na América Latina e no Caribe**. Disponível em: < <http://www.cres2008.org/pt/index.php>>. Acesso em: 17 jan. 2009.

COMUNG (Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas). **Programa de avaliação institucional das universidades do COMUNG**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 1998.

_____. **As universidades comunitárias no Rio Grande do Sul**. Disponível em: <<http://www.comung.org.br/1024/index.html>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

CUNHA, Maria Isabel. Pesquisa e qualidade no ensino: aprendizagens e possibilidade no Ensino Superior. In: ENGERS, Maria Emília Amaral; MOROSINI, Marília Costa (Orgs.). **Pedagogia universitária e aprendizagem**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

DEBASTIANI, Sandro; BITARELLO, Jucelaine. **Balanço social**: um enfoque sobre sua evolução e utilização no panorama brasileiro. Novo Hamburgo: Feevale, 2005.

DELEVATI, Dionei Minuzzi. Organização social e desenvolvimento regional. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). **Vale do Rio Pardo**: (re) conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

DELORS, Jacques et al. Educação: um tesouro a descobrir. **Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 1996.

DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos. **Desenvolvimento sustentável da sociedade passa pela universidade**. Entrevista concedida para a Editora da ULBRA. Disponível em: <<http://www.editoradaulbra.com.br>>. Acesso em: 13 maio 2006a.

_____. (Org.). **Responsabilidade social & universidade**. Canoas: ULBRA; Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006b.

ENGERS, Maria Emília Amaral. **O alfabetizador eficaz e os fatores influentes na**



eficácia do ensino. Tese (Doutorado) - Faculdade de Educação, UFRGS, Porto Alegre, 1987.

_____. Pesquisa Educacional: Reflexões Sobre a Abordagem Etnográfica. In: ENGERS, Maria Emília Amaral (Org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação:** notas para reflexão. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994. p. 65-74.

_____. A pesquisa no contexto da universidade: um novo olhar para a realidade da PUCRS. **Educação Brasileira:** Revista do Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras. Brasília: CRUB, v. 22, n.44, p.131-154, jan./jun. 2000.

_____. O Ensino Superior no século XXI: visão e ação. **Revista Educação.** Porto Alegre: EDIPUCRS, mar/2002. Ano XXV, n.46. p.119-136.

_____. Ensinar / Aprender e Empreender: desafios e competências para o Ensino Superior. In: ENGERS, Maria Emília Amaral; MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Pedagogia universitária e aprendizagem.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

ETGES, Virgínia Elisabeta. A região no contexto da globalização: o caso do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). **Vale do Rio Pardo:** (re)conhecendo a região. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

FARIAS, Edvaldo de. **Formação e desenvolvimento profissional sob a ótica de novas competências.** Disponível em: <http://www.revistas.net/rhevisao/7/2_4.shtml>. Acesso em: 02 fev. 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 3.ed. São Paulo: Paz e Terra. 1997.

GANDIN, Danilo; GANDIN, Luís Armando. **Temas para um projeto político-pedagógico.** 4.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

GIFE. **Terceiro setor:** desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 3.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUARESCHI, Elydo Alcides. **O processo de construção da Universidade de Passo Fundo.** Passo Fundo: UPF, 2001. (Nascimento e Implantação, v.2).

GUNI. **International Barcelona Conference.** Disponível em: <<http://www.guni-rmies.net/newsletter/edit.php>>. Acesso em: 2 maio 2008.

GURGEL, Roberto Mauro. **Extensão universitária:** comunicação ou domesticação. São Paulo: Cortez/Autores Associados/EUFC, 1986.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** Petrópolis: Vozes, 1987.

HAPPÉ, Robert. **Consciência é a resposta.** São Paulo: Talento, 2004.

HERNÁNDEZ, Fernando. O projeto político-pedagógico vinculado à melhoria das escolas. **Revista Pátio – Revista Pedagógica.** Porto Alegre: Artmed, ano VII, n.25, p.8-11, fev./abr. 2003.

IBASE. **Balanco social.** Disponível em: <<http://www.balancosocial.org.br>>. Acesso



em: 30 out. 2007.

INEP – Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **O sistema de educação superior**. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/educacao_superior.stm>. Acesso em: 17 jan. 2009a.

_____. **Tipos de instituição de educação superior**. Disponível em: <http://www.educacaosuperior.inep.gov.br/tipos_de_instituicao.stm>. Acesso em: 17 jan. 2009b.

_____. **Sinaes**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/sinaes/>>. Acesso em: 17 jan. 2009c.

_____. **Enade**. Disponível em: <http://www.inep.gov.br/superior/enade/enade_oquee.htm>. Acesso em: 17 jan. 2009d.

_____. **Avaliação dos cursos de graduação**. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/superior/condicoesdeensino/default.asp>>. Acesso em: 17 jan. 2009e.

JULIATTO, Clemente Ivo. Universidade e solidariedade social: pegadas na areia global. In: ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Sei em quem confiei**: festschrift em homenagem a Norberto Francisco Rauch. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

KARKOTLI, Gilson. **Responsabilidade social**: uma contribuição à gestão transformadora das organizações. Petrópolis: Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

KIPPER, Maria Hoppe; RIZZATO, Elizabeth Pires; VOGT, Olgário Paulo. **UNISC**: a construção de uma universidade comunitária. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. **Balanço social**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Tradução de Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artes Médicas; Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LESBAUPIN, Ivo. Neoliberalismo, exclusão social e violência. In: HENZ, Celso Igo; ROSSATO, Ricardo (Org.). **Educação humanizadora na sociedade globalizada**. Santa Maria: Biblos, 2007.

LIMA, Arlindo Pereira de (Org.). **Subsídios para elaboração de projetos pedagógicos em universidades**. Campo Grande: UCDB, 2001.

LINCOLN, Yvonna; GUBA, Egon G. **Naturalistic inquiry**. Newbury Park, California: SAGE, 1985.

MATURANA, Humberto; REZEPKA, Sima Nisis de. **Formação humana e capacitação**. Tradução de Jaime A. Clasen. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MELO NETO, Francisco Paulo de. **Gestão da responsabilidade social corporativa: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

MELO NETO, Francisco Paulo de; FROES, César. **Responsabilidade social e cidadania empresarial: o caso brasileiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 22.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.



MORA, José-Ginés. O processo de modernização das universidades europeias: o desafio da sociedade do conhecimento e da globalização. In: AUDY, Jorge Luis Nicolas; MOROSINI, Marília Costa. **Inovação e empreendedorismo na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2006. p. 116-142.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. 11.ed. Campinas: Papirus, 2005.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo: possibilidades e limites. In: ENGERS, Maria Emília Amaral (Org.). **Paradigmas e metodologias de pesquisa em educação: notas para reflexão**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1994.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo**. 2.ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

_____. **Ciência com consciência**. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000a.

_____. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000b.

_____. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8.ed. São Paulo: Cortez, 2003.

_____. **O método 1: a natureza da natureza**. Tradução de Ilana Heineberg. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

_____. **O método 2: a vida da vida**. Tradução de Marina Lobo. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005b.

_____. **O método 3: o conhecimento do conhecimento**. Tradução de Juremir Machado da Silva. 3.ed. Porto Alegre: Sulina, 2005c.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade na Educação Superior: tendências do século XXI. Mimeo. 2008.

NEVES, Clarissa Eckert Baeta. O Ensino Superior no Rio Grande do Sul. In: MOROSINI, Marília Costa et al. **Enciclopédia de pedagogia universitária**. Porto Alegre: FAPERGS/RIES, 2003. p.198-216.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel (Org.). **Extensão universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas/UFMG, 2000.

OLIVEIRA, Helena Wilhelm. Responsabilidade social: um novo olhar sobre o papel da universidade. In: ULLMANN, Reinholdo Aloysio. **Sei em quem confiei: festschrift em homenagem a Norberto Francisco Rauch**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. Projeto político-pedagógico: caminho para uma escola cidadã mais bela, prazerosa e aprendente. **Revista Pátio – Revista Pedagógica**. Porto Alegre: Artmed, ano VII, n.25, p.12-15, fev./abr. 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser; SOLA, Lourdes (Org.). **Sociedade e estado em**



transformação. São Paulo: UNESP; Brasília: ENAP, 1999.

PORTAL, Leda Lísia Franciosi. Responsabilidade social: projeto de consciência. **Brasil Responsável.** São Paulo: Press&Advertising, ano I, n. 2, p. 40, abr. 2004.

POZO, Juan Ignacio. Aprender em la sociedad del conocimiento. In: ENGERS, Maria Emília Amaral; MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Pedagogia universitária e aprendizagem.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

RAMOS, Maurivan Güntzel. **Avaliação do desempenho docente numa perspectiva qualitativa:** contribuições para o desenvolvimento profissional de professores no Ensino Superior. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 1999.

RICO, Elizabeth de Melo. O empresariado, a filantropia e a questão social. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo: Cortez, ano XIX, n.58, v.19, p. 24-40, nov. 1998.

_____. A responsabilidade social empresarial e o Estado: uma aliança para o desenvolvimento sustentável. **São Paulo em Perspectiva.** São Paulo: Fundação SEADE, v.18, n.4, p.73-82, out./dez. 2004.

ROCHA, Ronai Pires da. **Organização universitária e ensino de graduação.** Santa Maria: Universidade Federal de Santa Maria, 1989.

ROSSATO, Ricardo. **Universidade:** nove séculos de história. Passo Fundo: EDIUPF, 1998.

_____. Educação: antigos e novos desafios. **Estudos Leopoldenses – Série Educação.** v.4, n.06, UNISINOS – Centro de Ciências Humanas. São Leopoldo, 2000. p.113-132.

_____. **Século XXI:** saberes em construção. 2. ed. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2006.

_____. A desumanização da educação. In: HENZ, Celso Igo; ROSSATO, Ricardo (Org.). **Educação humanizadora na sociedade globalizada.** Santa Maria: Biblos, 2007.

SANTOS, Marcos Moura Baptista dos. Universidade e região: potencialidades e dificuldades na implantação da Universidade de Santa Cruz do Sul. **Revista Barbarói –Revista do Departamento de Ciências Humanas/UNISC.** Santa Cruz do Sul: Livraria e Editora da UNISC, n.0, p.53-75, mar.1994.

SANTOS, Júlio César Furtado dos. Aprendizagem significativa e ação docente: em busca de um fazer coerente. In: HENZ, Celso Igo; ROSSATO, Ricardo (Org.). **Educação humanizadora na sociedade globalizada.** Santa Maria: Biblos, 2007.

SINGH, Mala. Universidades e sociedade: compromissos de quem? In: UNESCO. **Sociedade do conhecimento x economia do conhecimento:** conhecimento, poder e política. Brasília: UNESCO, SESI, 2005. p.47-88.

SIQUEIRA, Wagner. A responsabilidade social do professor. Entrevista com Wagner Siqueira cedida pelo Jornal Educação. **Revista Arte&Educação.** Edição especial comemorativa – 50 anos da escolinha de arte do Brasil. Rio de Janeiro: EAB/Escolinha



de Arte do Brasil, p.10-11, mar.2006.

SOMBRA, Severino. **Definição de universidade**. Rio de Janeiro: Fundação Educacional Severino Sombra, 1992.

STAKE, Robert. E. **Investigación com estudio de casos**. Madrid: Ediciones Morata, S. L., 1998.

STÜLP, Valter José. O setor primário da região do Vale do Rio Pardo. In: VOGT, Olgário Paulo; SILVEIRA, Rogério Leandro Lima da (Org.). **Vale do Rio Pardo: (re) conhecendo a região**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio. **Balanco social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações**. São Paulo: Atlas, 2001.

TRAMONTIN, Raulino e BRAGA, Ronald. **As universidades comunitárias: um modelo alternativo**. São Paulo: Edições Loyola, 1988.

UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável, 2005-2014: documento final do plano internacional de implementação**. Brasília: UNESCO, OREALC, 2005.

_____. **World Declaration on Higher Education for the Twenty-First Century: Vision and Action and Framework for Priority Action for Change and Development in Higher Education** adopted by the World Conference on Higher Education Higher Education in the Twenty-First Century: Vision and Action. 9 october 1998. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001419/141952e.pdf>>. Acesso em: 5 set. 2008.

UNIVERSIDADE DE SANTA CRUZ DO SUL - UNISC. **Missão da UNISC**. Disponível em: <<http://www.UNISC.br/universidade/compromisso.htm>>. Acesso em: 2 set. 2007a.

_____. **Relatório Social 2003**. Disponível em: <http://www.unisc.br/apesc/balanco_social/balancosocial2007/index.htm>. Acesso em: 2 set. 2007b.

_____. **Números da UNISC**. Disponível em: <<http://www.unisc.br/universidade/numeros.htm>>. Acesso em: 2 jan. 2008a.

_____. **Projeto Político-Pedagógico Institucional da UNISC**. Santa Cruz do Sul: PROPLAN, 2008b.

_____. **Organograma da UNISC**. Disponível em: <<http://www.unisc.br/organograma>>. Acesso em: 01 maio 2009.

VANNUCCHI, Aldo. **A universidade comunitária: o que é, como se faz**. São Paulo: Loyola, 2004.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Construção do conhecimento em sala de aula**. 15.ed. São Paulo: Libertad, 2004. (Cadernos Pedagógicos do Libertad, v.2).

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-pedagógico da escola: uma construção coletiva. In: VEIGA, Ilma Passos Alencastro. **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. 6.ed. Campinas: Papirus, 1998.

VOLPI, Marina Tazón. **A universidade e sua responsabilidade social**. Porto Alegre:



EDIPUCRS, 1996.

WANDERLEY, Luiz Eduardo W. **O que é universidade**. 7.ed. São Paulo: Brasiliense, 1988.

YIN, Robert. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Tradução de Daniel Grassi. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

YUS, Rafael. **Educação integral**: uma educação holística para o século XXI. Tradução de Daisy Vaz de Moraes. Porto Alegre: Artmed, 2002.

ZELEZA, Paul Tiyambe. Conhecimento, globalização e hegemonia: produção do conhecimento no século XXI. In: UNESCO. **Sociedade do conhecimento x economia do conhecimento**: conhecimento, poder e política. Brasília: UNESCO, SESI, 2005. p.19-46.





Editora da Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC
www.unisc.br/edunisc



Livros Digitais EDUNISC

Últimos lançamentos



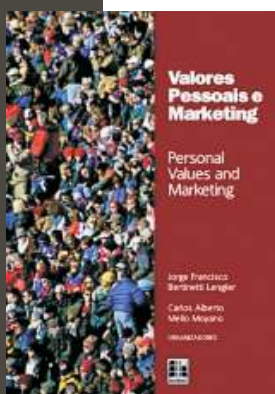
A construção da desproteção social no MERCOSUL: um estudo sobre a saúde dos trabalhadores em região fronteiriça do Rio Grande do Sul

Autor: Rosângela da Silva Almeida
Área: Ciências Sociais Aplicadas
Ano: 2012
Páginas: 109
ISBN: 978-85-7578350-4



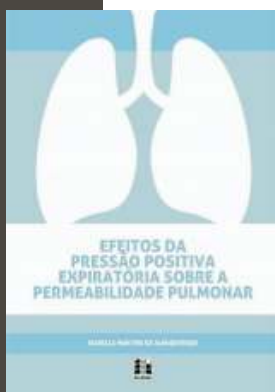
Verdade, memória e justiça: um debate necessário

Organizador: Rogério Gesta Leal
Área: Ciências Sociais Aplicadas
Ano: 2012
Páginas: 102
ISBN: 978-85-7578-346-7



Valores Pessoais e Marketing / Personal Values and Marketing

Organizador: Jorge Francisco Bertinetti Lengler e Carlos Alberto Mello Moyano
Área: Ciências Sociais Aplicadas
Ano: 2012
Páginas: 98
ISBN: 978-85-7578-337-5



Efeitos da pressão positiva expiratória sobre a permeabilidade pulmonar

Autora: Isabella Martins de Albuquerque
Área: Ciências da Saúde
Ano: 2012
Páginas: 49
ISBN: 978-85-7578-336-8

EDUNISC

Av. Independência, 2293 - Santa Cruz do Sul

Fone 51-3717-7461 - 3717-7462

E-mail: editora@unisc.br - www.unisc.br/edunisc